



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS

RELATÓRIO TÉCNICO

Nº 001 / 2020 - DEPUC

ESTUDOS PRELIMINARES PARA A CRIAÇÃO DO



“REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MUNICIPAL MEIEMBIPE”



Abril / 2020
Florianópolis - SC



SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	4
APRESENTAÇÃO	6
1. Equipe Técnica	7
1.1 <i>Composição, objetivos gerais, aspectos metodológicos e atividades realizadas</i>	8
1.2 <i>Objetivos específicos</i>	10
1.3 <i>Finalidade do relatório</i>	10
2. Contextualização	12
2.1 <i>Plano Municipal da Mata Atlântica</i>	14
3. Caracterização da área do REVIS	17
3.1 <i>Localização</i>	18
4. Aspectos do meio físico	19
4.1 <i>Clima regional</i>	19
4.2 <i>Geologia</i>	19
4.3 <i>Geomorfologia</i>	22
4.4 <i>Pedologia</i>	23
4.5 <i>Espeleologia</i>	24
4.6 <i>Hidrografia / hidrologia / limnologia</i>	25
5. Aspectos do meio biótico	28
5.1 <i>Vegetação: histórico</i>	28
5.1.1 <i>Floresta Ombrófila Densa</i>	31
5.1.2 <i>Vegetação de Restinga</i>	38
5.1.3 <i>Vegetação de banhados, baixadas e lagunas</i>	39
5.2 <i>Fauna</i>	41
6. Aspectos do meio antrópico	44
6.1 <i>Contextualização histórica</i>	44
6.2 <i>Comunidades do entorno do Maciço Norte</i>	45
6.3 <i>Demografia</i>	45
6.4 <i>Economia</i>	47
6.5 <i>Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)</i>	49
6.6 <i>Fragilidades ambientais</i>	50
6.7 <i>Potencialidades ambientais</i>	51
6.8 <i>Serviços ecossistêmicos e benefícios com a criação da UC</i>	52
6.9 <i>Visitação pública, ecoturismo e pesquisa científica</i>	54
6.10 <i>Valorização de patrimônio histórico cultural</i>	54
6.11 <i>Participação social e proteção ambiental</i>	56
6.12 <i>Importância e implementação de corredores ecológicos</i>	56
7. Proposta preliminar	58
7.1 <i>Da categoria de manejo: Refúgio de Vida Silvestre Municipal Meiembipe</i>	58
7.2 <i>Da denominação: Meiembipe</i>	61
7.3 <i>Da poligonal: proposta de limites da UC</i>	62



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



**PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS**

<i>7.4 Das consultas públicas</i>	62
8. Proposta final	65
<i>8.1 Da participação comunitária</i>	65
<i>8.2 Da Categoria, denominação, objetivos e gestão</i>	138
<i>8.3 Da alteração da poligonal</i>	138
<i>8.4 Da Zona de Amortecimento</i>	139
<i>8.5 Das devolutivas às comunidades</i>	140
<i>8.6 Instrumento legal de criação: proposta de minuta</i>	153
9. Considerações finais e encaminhamentos	154
10. Bibliografia Consultada	155
ANEXO I - Minuta do Decreto	159
ANEXO II – Mapa dos Limites da Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Municipal Meiembipe	166
ANEXO III – Memorial Descritivo da Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Municipal Meiembipe	168
ANEXO IV – Memorial Descritivo da Zona de Amortecimento da Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Municipal Meiembipe	246



RESUMO EXECUTIVO

O objetivo essencial deste relatório é apresentar o processo relativo à criação de uma importante Unidade de Conservação (UC) a ser alocada no complexo de maciços da porção centro-norte da Ilha de Santa Catarina, denominada Refúgio de Vida Silvestre Municipal Meimbipe (REVIS-Meimbipe) este que possui alta vulnerabilidade a problemas ambientais decorrentes de desmatamento, como deslizamentos de encostas, perda de mananciais hídricos e assoreamento de corpos d'água propensos à inundações nas áreas mais baixas. A UC proposta terá como objetivo minimizar ou impedir que estes problemas se propaguem, além de proteger uma rica biodiversidade remanescente que existe no local.

Os estudos preliminares para a criação do REVIS que se encontram neste relatório foram elaborados por uma equipe técnica altamente qualificada, composta de técnicos de várias instituições municipais, federais e autônomas, formada a partir do convite do Departamento de Unidades de Conservação da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis.

A escolha da categoria de UC permite que as propriedades privadas dentro de sua área possam coexistir com o REVIS e possam ser beneficiadas com a presença da mesma. A área do REVIS está, com poucas exceções, dentro de áreas de proteção permanente já previstas em lei (Lei Complementar nº 482/2014 - Plano Diretor de Florianópolis), e o levantamento de características ambientais e urbanísticas, a partir de bases de dados do IPUF/PMF, permitiram configurar seus limites de forma a abranger as áreas mais importantes para proteção da biodiversidade e características geomorfológicas que apresentam risco ambiental, como também evitar conflitos com ocupações humanas já consolidadas.

A categoria de Refúgio de Vida Silvestre vem ao encontro da proteção de um importante refúgio e corredor ecológico, tanto da flora quanto da fauna. Abriga espécies vegetais típicas e características das florestas maduras, hoje raras e algumas ameaçadas de extinção, como também de algumas espécies da fauna, incluindo dois anfíbios, um deles endêmico da Ilha, três mamíferos e cinco aves, além de um pequeno peixe que foi registrado em uma das muitas cavernas ali encontradas. Estes são atributos que tornam este espaço estratégico para a conservação e recuperação populacional destas espécies na Ilha de Santa Catarina.

Foram realizadas seis Consultas Públicas com as comunidades do entorno para apresentação da proposta de criação, onde foram apresentados os seus limites, os critérios de delimitação, a categoria de manejo e outras informações, sendo dirimidas dúvidas sobre a UC, conforme previsto em Lei (SNUC), cujas atas estão anexas a este relatório. Além disso, durante as consultas foram obtidas propostas sobre a ampliação da área por diferentes associações comunitárias. Todas as propostas com pertinência técnica foram aceitas e incorporadas aos limites da área. Anexo ao relatório encontra-se a minuta de Decreto para a criação do REVIS proposta, bem como parte dos estudos elaborados neste relatório, fruto das discussões com as comunidades de entorno.

A evidente importância biológica, hídrica, geológica, paisagística e antropológica da área objeto desta proposta, demonstra que sua conservação ambiental implica na contribuição de garantias de qualidade de vida para toda a população da cidade de



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS

Florianópolis. Além disso, a criação deste REVIS reveste-se de grande interesse social, como já verificado durante a definição de áreas prioritárias para a criação de unidade de conservação no Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica. Considerando o respaldo obtido pela comunidade técnica e científica como também das comunidades do entorno da área proposta é possível perceber um enorme apoio para a criação do REVIS Meimbiipe, apresentando um ganho social, ambiental e econômico para a cidade de Florianópolis com a sua implantação.



APRESENTAÇÃO

Este documento está organizado em 9 capítulos, precedido de um resumo executivo e acompanhando por três (3) anexos. A organização do mesmo segue uma linha temporal, iniciando com a apresentação da equipe técnica convidada pelo órgão gestor, a qual participou da elaboração e sistematização da proposta de criação da UC. Seguindo com o capítulo 2 contextualizando o presente cenário, complementado pelos capítulos 3 e 4 que apresentam a caracterização, bem como a localização da área e os aspectos relacionados ao meio físico. Já os aspectos biológicos são abordados no capítulo 5, que apresenta as seções de flora e fauna, enquanto os aspectos antrópicos são abordados no capítulo 6. Capítulo este que apresenta várias seções, e entre elas cabe destacar as 6.6 e 6.7 respectivamente, que abordam elementos em relação às fragilidades e potencialidades ambientais, ambas com argumentos relevantes que colaboram com a proposta neste documento apresentada. Os capítulos 7 e 8 trazem os resultados do processo, apresentando uma proposta técnica inicialmente elaborada pela equipe técnica e a uma proposta ratificada em alguns pontos e retificada em outros, após a participação comunitária por meio de diversas consultas públicas e reuniões setoriais. O Capítulo 9 finaliza este documento com a indicação dos encaminhamentos necessários para efetivação da criação da unidade de conservação proposta.



1. Equipe Técnica

Equipe Técnica Mista composta com o objetivo de realizar os estudos preliminares visando a criação da Unidade de Conservação “Refúgio de Vida Silvestre Municipal Meiembipe”, em conformidade com os procedimentos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC - Lei Federal nº. 9.985/2000 e Decreto Federal nº. 4.340/2002.

EQUIPE TÉCNICA MISTA		
Prefeitura Municipal de Florianópolis		
Mauro Manoel da Costa	Fiscal Ambiental / Mateiro / Chefe DEPUC	FLORAM / DEPUC
Luca Mattos Santucci	Estudante de Geografia / Estagiário DEPUC	FLORAM / DEPUC
Aracídio de Freitas Barbosa Neto	Geógrafo / Chefe de Divisão de Administração de UCs	FLORAM / DEPUC
Camila Rezende Ayroza	Bióloga / Estagiária DEPUC	FLORAM / DEPUC
Elias Pires	Fiscal Técnico do Meio Ambiente / Chefe de Divisão de Implantação e Manejo de UCs	FLORAM / DEPUC
Silvane Dalpiaz do Carmo	Bióloga / Chefe DEPEA	FLORAM / DEPEA
Mariana Hennemann	Bióloga	FLORAM / DILIC
Kaliu Teixeira	Geógrafo / Gerente de Cadastro e Geoprocessamento	IPUF
Leandro Lino Freitas	Geólogo	IPUF
Lucas Barros E. Daniel	Geógrafo	IPUF
Elisa Cabral	Geógrafa	IPUF
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC		
Prof. Dr. J. Salatiel R. Pires	Ecólogo	Dep. Ecologia e Zoologia
Ma. Talita Laura Góes	Geógrafa / Doutoranda PPGG UFSC	Dpto. Geociências/ Observatório de Áreas Protegidas



Dr. Maurício E. Graipel	Biólogo	Dep. Ecologia e Zoologia
Prof. Dr. Orlando Ferretti	Geógrafo	Departamento de Geociências / Observatório de Áreas Protegidas
Barbara Lima Silva	Estudante/pesquisadora de Ciências Biológicas	Dep. Ecologia e Zoologia
Sociedade Civil Organizada		
Elizete Maria Marques	Professora	ONG Costa Legal
Fabrcio Basilio Almeida	Geógrafo / Doutorando PPGG UFSC	Instituto Aprender Ecologia / Laboratório de Gestão Costeira Integrada / Observatório de Áreas Protegidas - UFSC
Dr. João de Deus	Biólogo	Rede ONGs da Mata Atlântica
Richard Smith	Engenheiro Sanitarista e Ambiental	Instituto Çarakura
Rodrigo Dalmolin	Filósofo	Programa Roteiros do Ambiente
Colaboradores		
Danilo Funk	Biólogo	Biólogo aposentado da Floram

1.1 Composição, objetivos gerais, aspectos metodológicos e atividades realizadas

Esta equipe técnica foi formada a partir do convite do Departamento de Unidades de Conservação da Fundação Municipal do Meio ambiente de Florianópolis, tendo em vista da necessidade de elaboração dos estudos preliminares para a criação do REVIS Municipal Meieimbipe, conforme previsto em lei (Lei Federal Nº 9.985/2000 - SNUC). Os técnicos convidados além de conhecerem significativamente os aspectos ambientais da região em estudo, compreendem a importância da necessidade de salvaguardar o patrimônio natural nela contido. Outrossim, estes têm desenvolvido pesquisas nas unidades de conservação municipais e contribuído nos processos de implementação destas.

Como já foi abordado, a equipe técnica teve como objetivo levantar e encaminhar discussões pertinentes à elaboração dos estudos preliminares para verificar a viabilidade da criação de nova unidade de conservação de gestão municipal no território de Florianópolis, cuja proposta é denominada REVIS Municipal Meieimbipe, conforme



previsto em lei (Lei Federal Nº 9.985/2000 - SNUC), de modo que utilizou atividades de gabinete e reuniões temáticas de forma intensiva e sistemática a partir fevereiro de 2020. Contudo, os técnicos envolvidos já realizam estudos teóricos e trabalhos de campo na região em tela há muito tempo.

Entre vistorias, projetos e pesquisas, a equipe do Departamento de Unidades de Conservação, assim como os técnicos envolvidos no grupo ligados a Floram ou outras instituições, como DELIC e DEPEA, na FLORAM, bem como o IPUF, vinculados a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SMDU, e a Universidade Federal de Santa Catarina, com profissionais da Biologia - Ecologia, Zoologia e Botânica - e Geociências, através de suas respectivas instituições, já realizaram diversas saídas de campo com variadas finalidades, possuindo um vasto conhecimento acerca dos aspectos ambientais da região em estudo, assim como compreendendo a importância e necessidade de salvaguardar o patrimônio natural nela contido.

Em relação às saídas de campo vinculadas a projetos, temos como exemplo o grande e ambicioso Fauna Floripa, que consiste numa parceria entre o Departamento de Unidades de Conservação da Floram com o Departamento de Ecologia e Zoologia do curso de Biologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e que tem como objetivo principal o levantamento das espécies da mastofauna e aves da Ilha de Santa Catarina através da instalação de armadilhas fotográficas nos remanescentes de natureza da porção insular do município. Iniciado no segundo semestre de 2019, diversas saídas de campo foram realizadas, muitas delas nos fragmentos de floresta que compõem o território do REVIS Meimbipe. Além de ficar a par da atual situação da qualidade ambiental dessas áreas, foi possível levantar dados sobre a fauna local a partir dos resultados obtidos das câmeras instaladas, que revelaram inclusive a presença do Macuco (*Tinamus solitarius*), até então dado por extinto na Ilha de Santa Catarina (ISC) devido às intensas práticas de caça.

Outro importante grupo que realiza pesquisas acerca das unidades de conservação da ISC, e que compõe a equipe técnica, é o Observatório de Áreas Protegidas (Observa), também da UFSC, mas do Departamento de Geociências. Atualmente, a pesquisadora Mestra Talita Laura Góes está a realizar sua pesquisa de Doutorado no Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGG) da UFSC, que tem como objetivo principal levantar os fragmentos de mata primária da Ilha tendo como critério bioindicador a espécie Canela-preta (*Ocotea catharinensis*), árvore originalmente bastante frequente e hoje identificada como espécie seriamente ameaçada de extinção devido ao seu longo processo de exploração. Além de ser um objeto de estudo extremamente relevante, pois irá refinar o mapa fitogeográfico do Município, com a realização de diversas saídas de campo para localizar estes fragmentos, a identificação destes locais auxiliou também nos pontos de amostragem do projeto Fauna Floripa.

Oportuno também destacar o Programa Roteiros do Ambiente, programa municipal vinculado à FLORAM e articulado com a sociedade que busca o manejo dos caminhos e trilhas de uso público do Município, assim como monitoramento e gestão sustentável, oferecendo sinalização, informação, mais segurança e conforto para os visitantes dos espaços naturais e culturais protegidos por legislação. Em atividades do PRA já foram realizados diversos estudos e intervenções em caminhos e trilhas contidas no território proposto para o REVIS.



A partir do momento que houve sinalização positiva do Executivo Municipal para que os procedimentos para que a proposta de criação do REVIS fossem desenvolvidos, a equipe técnica, catalisada e coordenada pelo DEPUC, realizou uma série de reuniões com objetivo de dar consistência na proposta, seja sob o ponto de vista teórico, conceitual e legal, seja em relação aos procedimentos no sentido da legitimidade da sociedade através das consultas públicas.



Imagem 1: Reunião da equipe técnica no centro municipal de educação ambiental em 18/02/2020.

1.2 Objetivos específicos

- Elaborar os estudos técnicos preliminares presente neste relatório e seus produtos, como proposta de categoria, mapa da poligonal, minuta de instrumento legal e anexos;
- Acompanhar o processo relativo à criação do REVIS Municipal Meimbipe;
- Oferecer apoio na continuidade do processo, especialmente nas etapas de discussão da proposta junto à entidades interessadas, assim como na organização e divulgação das consultas públicas;
- Garantir representatividade de partes interessadas e sua participação em todas as etapas do processo de criação do REVIS Municipal Meimbipe.

1.3 Finalidade do relatório

O presente Relatório Técnico tem por objetivo informar os resultados das atividades desenvolvidas pela Equipe Técnica Mista na elaboração dos estudos preliminares para subsidiar tecnicamente a criação da nova UC.

Os estudos apresentados neste relatório foram desenvolvidos a partir de análises e discussões, e através da divisão de tarefas entre os setores envolvidos, deste modo, foram realizados levantamentos de dados, produção de mapas, elaboração de textos, seleção de imagens, organização e participação nas consultas públicas. Os procedimentos são elencados a seguir:



- Identificação dos limites das Áreas de Preservação Permanente - APP, já previstas em lei (Lei Complementar nº 482/2014 - Plano Diretor de Florianópolis), e as características da ocupação no entorno, excluindo áreas já consolidadas por ocupações;
- Definição da categoria de manejo mais adequada segundo a Lei Federal 9.985/2000 e o Decreto Federal nº 4.340/2002 (SNUC);
- Definição de nome da UC, conforme previsto no SNUC;
- Levantamento bibliográfico preliminar, da legislação e de documentos existentes relativos à área do Maciço Norte e seu entorno;
- Levantamento de características ambientais e urbanísticas, a partir de bases de dados do IPUF/PMF;
- Realização de Consultas Públicas com as comunidades do entorno para apresentação da proposta de criação da UC, seus limites, categoria de manejo e nome, conforme previsto em Lei (SNUC), cujas atas estão anexas a este relatório;
- Digitalização dos limites propostos, conforme critérios supracitados e apresentados nas consultas públicas. Elaboração do memorial descritivo da poligonal que define os limites propostos para a UC, identificando as coordenadas geográficas dos vértices da poligonal. Impressão do mapa que junto com memorial descritivo acompanham este relatório;
- Elaboração de minuta de Decreto para a criação da UC proposta, como parte dos estudos elaborados neste relatório;
- Organização deste Relatório e CD ROM com todo o material produzido em forma digital acompanhando o processo físico.



2. Contextualização

O modelo econômico/cultural implantado a partir da modernidade, com seus pressupostos e métodos, foi se evidenciando profundamente inadequado, em escala local e global, ao ambiente natural no qual se desenvolve. Neste contexto, inicia-se a história do conservacionismo, cujo objetivo é a proteção de cenários naturais com significativa importância paisagística e sua representativa biodiversidade. Em 1872, nos Estados Unidos, foi criado o Parque Nacional de Yellowstone, que se tornou referência histórica internacional como estratégia para conservação da natureza.

A criação do Parque Nacional do Itatiaia, em 1937, é o marco histórico brasileiro na instituição de espaços naturais especialmente protegidos. Ao longo das décadas do século XX, muitas outras áreas foram sendo legalmente protegidas. No estado de Santa Catarina, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro marca a iniciativa no uso deste instrumento em nível estadual. O Parque Municipal da Lagoa do Peri, criado em 1981 e recategorizado para Monumento Natural Municipal em 2019, tornou-se o marco na criação de Unidades de Conservação (UC) em nível municipal.

Ao contrário do que muitos pensam, as UCs não são espaços intocáveis e se mostram comprovadamente vantajosas para os municípios e suas comunidades humanas, tendo em vista a oferta de serviços ecossistêmicos e fomento ao ecoturismo e outras atividades. Nesse sentido, as UCs aparecem como bons exemplos de que é possível compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.

A instituição da Lei Federal 9.985 de 18 de julho de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, estabeleceu os conceitos e os procedimentos de criação de Unidades de Conservação - UCs no território nacional, regulamentando o 3º Parágrafo do Item III do Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, o qual determina que é dever do poder público *definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos*. Além de servir como incentivo à criação destas, seja nos níveis federal, estadual ou municipal, esta lei tornou tal processo mais transparente, tecnicamente efetivo e consistente. Atualmente, muitas UCs estão se adequando às categorias previstas no SNUC, visando principalmente melhor efetividade na sua gestão, manutenção e implementação.

O município de Florianópolis possui atualmente 8 (oito) UCs gerenciadas pela esfera municipal, sendo o órgão gestor a Fundação Municipal do Meio Ambiente – FLORAM: Parque Natural Municipal do Maciço da Costeira, Parque Natural Municipal do Morro da Cruz, Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri, Parque Natural Municipal da Lagoinha do Leste, Parque Natural Municipal das Dunas da Lagoa da Conceição, Parque Natural Municipal Lagoa do Jacaré das Dunas do Santinho, Monumento Natural da Galheta e Parque Municipal do Manguezal Itacorubi (em processo de adequação ao SNUC). Observadas suas respectivas localizações na cartografia municipal, percebe-se que no processo de criação das UCs municipais elas ficaram concentradas nas porções centro sul do seu território insular.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS



Imagem 2: UCs municipais da Ilha de Santa Catarina.

Mesmo Florianópolis contando com oito UCs, várias áreas do Município ainda se encontram desprotegidas, sobretudo a região do complexo de maciços cristalinos localizados na porção centro-norte da Ilha. (Cons)cientes da importância da conservação deste patrimônio natural, que atualmente está salvaguardado somente pelo zoneamento de Áreas de Preservação Permanente - APP a partir do Plano Diretor municipal, e apenas parcialmente pela Lei Federal nº 12.651/2012, mas sem garantias adequadas de proteção e num contexto de intensa e veloz pressão urbana, percebe-se a necessidade urgente de uma proteção mais eficiente para a garantia deste patrimônio.

Na primeira década do século XXI, duas grandes discussões sobre possíveis criações de Unidades de Conservação na região norte da ISC foram levantadas. A primeira, no ano de 2006, desenvolvida pelo Grupo Pau-Campeche, financiada pelo Ministério do Meio Ambiente e com o apoio de diversas instituições, inclusive a Floram, tinha como objetivo implantar o chamado “Refúgio de Vida Silvestre Papaquara”, localizado no Morro do Caçador. Já no final do ano seguinte, a ideia de criação de um Mosaico de UCs do Norte da Ilha foi apresentada, a qual elencou como áreas prioritárias para conservação o próprio Morro do Caçador, além do Morro das Feiticeiras, a UCAD e as Dunas do Santinho, esta última que teve até um Projeto de Lei elaborado (PL nº 12.342/07), posteriormente arquivado. Somente em 2016 fora criado o Parque Natural Municipal da Lagoa do Jacaré das Dunas do Santinho (Lei Mun. nº 9.948/2016), contudo as demais glebas continuaram sem uma proteção além de seu zoneamento.

Sendo evidente a importância biológica, hídrica, geológica, paisagística e antropológica desta região, sua conservação ambiental implica na contribuição de garantias de qualidade de vida para toda a cidade. Portanto, devido à importância ambiental, a criação de uma UC reforçaria de maneira muito mais profunda e eficaz a



sua proteção. Soma-se a isso, além da motivação e interesse social em salvaguardar os fragmentos de vegetação e a biodiversidade contida nesses espaços e as nascentes que afloram sob suas sombras, o Maciço Norte foi estabelecido como área prioritária para a criação de Unidade de Conservação no Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, devido aos seus aspectos ecológicos relevantes.

2.1 Plano Municipal da Mata Atlântica

Devido sua importância e grau de ameaça, a Mata Atlântica foi protegida por lei específica, a Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006, regulamentada pelo Decreto 6.660/2008), que dispõe sobre a utilização e proteção da sua vegetação nativa. O Art. 38 da referida lei instituiu os Plano Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA), abrindo a possibilidade de os municípios, cujo território está total ou parcialmente nela inserido, atuarem proativamente na defesa, conservação e restauração da vegetação nativa da Mata Atlântica, por meio de definição de áreas e ações prioritárias.

Os PMMA buscam retratar a realidade de cada município, sendo uma oportunidade para orientar as ações públicas e privadas, bem como para a atuação de entidades acadêmicas, de pesquisa e das organizações da sociedade, empenhadas em promover a conservação dos remanescentes de vegetação nativa e da biodiversidade existentes na Mata Atlântica. O PMMA tem mostrado ser uma grande oportunidade também para o fortalecimento da gestão ambiental municipal, fortalecendo tanto o órgão municipal do meio ambiente como também o Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Deste modo, tendo em vista a importância do PMMA como instrumento de gestão e planejamento das cidades localizadas no bioma da Mata Atlântica, a Prefeitura Municipal de Florianópolis criou um Grupo de Trabalho para coordenar o processo de elaboração do PMMA de Florianópolis, composto por representantes da FLORAM, IPUF, SMDU e SETUR, a partir do Decreto Municipal n. 18.809, de 23 de julho de 2018.

Após mais de um ano de trabalho, dois workshops técnico-científicos, três oficinas públicas participativas e workshop final, o Grupo de Trabalho estabeleceu treze objetivos para o PMMA, dentre os quais de destacam no contexto da UC que está sendo proposta: tornar mais efetiva a proteção das APPs, recuperar as APPs degradadas e reconhecer áreas importantes passíveis de proteção ambiental; manter a qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos do município; manter a conectividade ecológica entre os remanescentes de Mata Atlântica; fortalecer, criar e ampliar UCs, preferencialmente em ambientes naturais não protegidos em sua integralidade e áreas sob forte expansão urbana; diminuir o impacto da expansão urbana sobre os remanescentes de Mata Atlântica; e adaptação às mudanças climáticas. Para cada objetivo, foram estabelecidos estratégias e ações específicos.

Além dos objetivos, estratégias e ações, foram também identificadas 70 áreas prioritárias para recuperação e conservação dos remanescentes de Mata Atlântica no município. Após os estudos técnicos e consultas à sociedade, a área considerada como mais importante no sentido da conservação para a região centro-norte da Ilha foi a cobertura vegetal remanescente nas encostas e topos de morros do complexo de maciços



cristalinos que foi chamado de UC do Maciço Norte, justamente em função da proposta para esta área ser a criação de uma UC de Proteção Integral. Boa parte da área prioritária identificada no PMMA está compreendida na poligonal da proposta do Refúgio de Vida Silvestre Municipal Meiembipec.

O PMMA foi aprovado pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis - COMDEMA na reunião de 11/11/2019 (extrato publicado no Diário Oficial nº 2607, de 16/01/2020), e a partir de então, passa a fazer parte das ferramentas de gestão ambiental do município.



Imagem 3: Prancha do PMMA citando o Maciço Norte com área prioritária para conservação.

Esta convergência vem fortalecer as justificativas para criação dessa nova UC. Entretanto, além desta área, nas consultas públicas realizadas para apresentação da proposta do REVIS Meiembipec, algumas comunidades apresentaram outras demandas de áreas a serem incluídas na poligonal da respectiva UC, que foram analisadas pela equipe técnica, e que também foram identificadas no PMMA como importantes para conservação da Mata Atlântica.

NORTE · ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO (NÃO SELECIONADAS)

1 MORRO DA PONTA DA LAGE DO BOI

Localização: Cachoeira do Bom Jesus - Ponta das Canas [753917 - 6967801]
Tamanho/área: 0.247 Km²
Ecossistema: Encosta - Topo de morro - Costão rochoso - Floresta Ombrófila Densa
Serviços ecossistêmicos: provisão, regulação, culturais
Grau de degradação: baixo
Pressão urbana: média

2 BANHADO LAGOINHA DO NORTE

Localização: Cachoeira do Bom Jesus - Ponta das Canas [754403 - 6967501]
Tamanho/área: 0.153 Km²
Ecossistema: Planície - Área úmida - Mata ciliar
Serviços ecossistêmicos: provisão, regulação, culturais
Grau de degradação: médio
Pressão urbana: alta



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



**PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS**

3 RESTINGA DE PONTA DAS CANAS

Localização: Cachoeira B. Jesus - Ponta das Canas
[754305 - 6965923]

Tamanho/área: 0,414 Km²

Ecossistema: Planície - Restinga - Manguezal - Praia

Serviços ecossistêmicos: provisão, regulação, culturais

Grau de degradação: baixo

Pressão urbana: média

Imagem 4: Outras áreas elencadas como prioritárias para conservação PMMA na região norte da Ilha.



3. Caracterização da área do REVIS

Florianópolis é a capital do Estado de Santa Catarina, localizada no sul do Brasil, com a maior parte de seu território contida na ISC.

A ISC vem viajando junto ao continente sul-americano, desde que este se separou da geo-massa africana, há mais de cem milhões de anos, após intensas atividades vulcânicas que deram origem ao Atlântico Sul. Contudo, nem sempre esteve insulada, pois durante nosso atual período geológico, o Quaternário, houve pelo menos quatro longas estações de intenso frio – as glaciações. A última teve seu apogeu de 25 a 18 mil anos atrás, e durante este fenômeno, o nível do oceano regrediu mais de 100 metros em relação ao nível atual, levando as margens do continente muito para fora de onde estão hoje, ligando a ISC e tantas outras, ao continente. Com a subida do nível do oceano no fim destas glaciação, a última ocorrência há aproximadamente 12.000 anos, a atual Ilha era um arquipélago, composto por duas ilhas principais entre outras menores, foi sendo sedimentada através da marinha e fluvial chegando a atual formação.

Após esta pincelada sobre este cenário de transformações geológicas e geográficas, apresentemos outra protagonista, a biodiversidade da Ilha, pois sabemos sua inserção no domínio da Mata Atlântica, um dos biomas com maior diversidade de formas de vida do planeta. Segundo os notáveis pesquisadores Edward Wilson e Robert MacArthur, nos estudos sobre biogeografia insular, contidos na obra *Teoria da biogeografia de ilhas*, publicada em 1967, dependendo do tamanho de uma ilha (efeito área) e de sua proximidade com o continente (efeito distância), maior ou menor será sua diversidade biológica. Em nosso caso, como se trata de uma Ilha com 425 km² de área e a 500 metros de distância de um continente com grande biodiversidade, formada por um conjunto de ecossistemas específicos, como restinga, dunas, manguezais, florestas de encosta e de planícies, lagoas e lagunas, costões e baías, esta foi colonizada por dezenas de espécies de mamíferos, de répteis, centenas de aves e de espécies arbóreas e tantas outras florísticas, além de uma miríade de outras formas de vida.

Porém, com a urbanização acelerada das últimas décadas, a parte continental mais próxima da Ilha se tornou um intensamente urbanizada, o que não foi diferente na parte oeste da Ilha, do Ribeirão à Jurerê. Este bloqueio antrópico dificulta a passagem dos animais silvestres do continente para a porção insular. Além disso, a urbanização e as estradas estão formando vários estrangulamentos na sua paisagem natural. Assim, a ISC, que era rica, vai se tornando pobre do ponto de vista biológico, tomando as feições de uma ilha pequena e afastada do continente.

Esta realidade biológica e social, nossa “bio-pólis”, nos sugere a necessidade de medidas de conservação mais urgentes para proteção do equilíbrio dinâmico da diversidade de vida na ISC.

A história do conservacionismo tem nos ensinado que a criação e a implantação de UCs são valiosos instrumentos técnico-políticos para proteção dos ecossistemas e da biodiversidade, principalmente em Florianópolis, tendo em vista a intensa urbanização ocorrida nas últimas décadas. São as UCs que nos permitirão um mínimo de equilíbrio entre os labirintos urbanos e as paisagens naturais, permitindo que nosso município continue um lugar mágico, marcado pela diversidade cultural em meio a uma rica



diversidade natural, permitindo mais que a mera sobrevivência, mas uma vida com qualidade integral.

Contudo, ressaltamos que este relatório se refere à estudos preliminares, cujo objetivo é justificar a importância da criação de uma nova UC no município de Florianópolis. Portanto, não tem como finalidade exaurir ou antecipar estudos futuros que devem ser realizados com mais profundidade, visando à elaboração do Plano de Manejo da unidade.

Sendo assim, trata-se de um trabalho sucinto, buscando compor um panorama sócio-ambiental da área em tela, apresentando dados e aspectos que demonstram a sua relevância para conservação, justificando a criação desta nova UC como forma mais adequada para garantir qualidade ambiental para a população que vive e visita esta cidade. Assim, apresentamos aspectos do meio físico, biótico, histórico e antrópico, bem como o estado de conservação em que se encontram o patrimônio cultural e natural da região, que abriga um rico patrimônio ecológico, hídrico, paisagístico, histórico, espeleológico, arqueológico. Além disso, o Maciço Norte está localizado entre diferentes Unidades de Conservação, contribuindo estrategicamente como conexão entre estas e outros ambientes naturais.

3.1 Localização

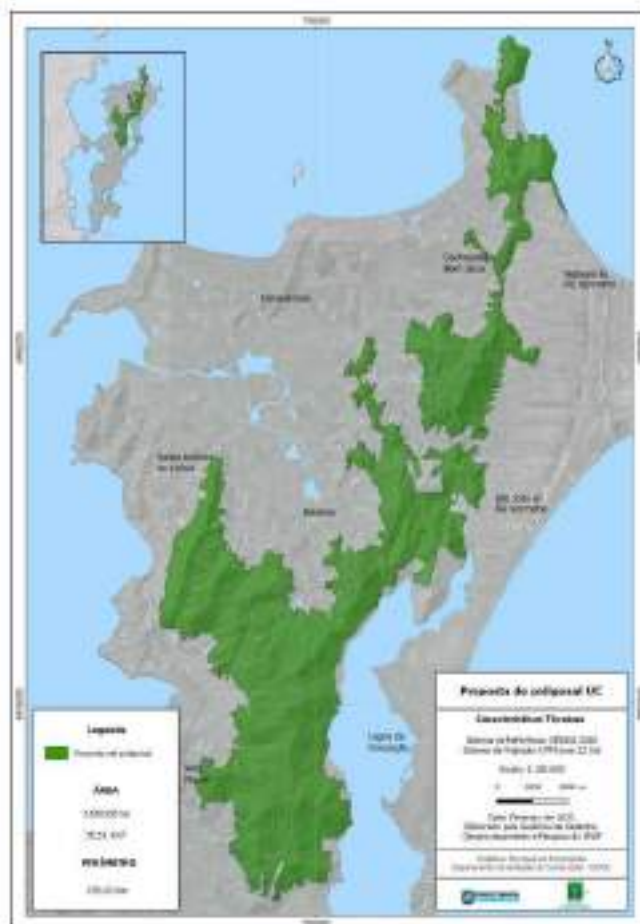


Imagem 5: Localização geográfica da proposta do Refúgio de Vida Silvestre Municipal Meimbipe. Fonte: Gerência de Cadastro, Geoprocessamento e Pesquisa do IPUF.



4. Aspectos do meio físico

4.1 Clima regional

O clima do litoral catarinense, incluindo Florianópolis, é considerado como sendo sub-quente, com temperatura média anual superior a 20,4°C e com um inverno ameno. A temperatura média inferior oscila no mês mais frio, em julho, entre 15°C e 18°C, e a temperatura média do mês mais quente, em janeiro, entre 24°C e 26°C.

Este clima é uma transição entre o clima tropical quente das latitudes baixas do Brasil e temperado mesotérmico das latitudes médias da região sul, e acaba sendo um prolongamento climático da região sudeste. Desta forma, na região de Florianópolis o clima é classificado como subtropical úmido (conforme proposto por Strahler), equivalente ao Cfa de Köppen.

As chuvas são bem distribuídas ao longo do ano, sem uma estação seca bem definida, e a passagem das frentes frias polares ocasionam bruscas mudanças de tempo atmosférico em qualquer estação. No verão ocorrem chuvas convectivas associadas ao aquecimento do continente. Em função da maritimidade, a umidade relativa do ar é, em média, de 80%.

Os ventos predominantes sopram do quadrante norte, com velocidade média de 3,5 m/s, sendo que os ventos mais velozes e também mais frequentes sopram do sul com velocidade média de 10 m/s, com rajadas chegando a até 80 km/h.

4.2 Geologia

O território de Florianópolis é constituído por rochas do Ciclo Brasileiro, diques cretáceos do Enxame de Diques Florianópolis e depósitos quaternários continentais e transicionais. Do ponto de vista geomorfológico, pode ser dividido em dois domínios fundamentais: a) morros, montanhas e elevações; e b) planícies costeiras, que interligam essas elevações.

A UC REVIS Meimbipe compreenderá, de forma geral, o domínio de morros, montanhas e elevações de granito do tipo Ilha da suíte intrusiva Pedras Grandes, e por rochas plutonovulcânicas ácidas que compõem a suíte Cambirela (rochas piroclásticas e Granito Itacorubi). Os dois grupos de rochas são intrusivos nas rochas migmatíticas do Complexo Águas Mornas e seccionadas por diques básicos, ácidos e intermediários do Enxame de Diques Florianópolis, bem como por rochas cataclásticas e falhas/fraturas com orientação tendencial a NNE-SSW (Tomazzoli & Pellerin, 2015).



Imagem 6: Trilha do Rapa. Autoria: Mauro Manoel da Costa.



Imagem 7: Pedra do Balão- Saco Grande. Autoria: Rodrigo Dalmolin.



Imagem 8: Granito Ilha interceptado por dique de diabásio. Fonte: Acervo pessoal.

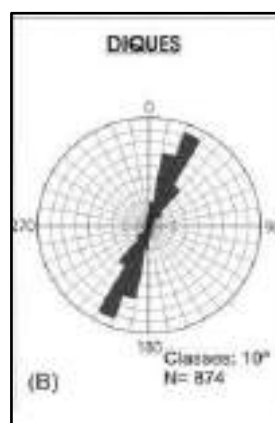


Imagem 9: Diagrama de direções de diques, em classes ponderadas por frequência. Fonte: TOMAZZOLI et al 2019.

Os maciços rochosos que compõem o território do REVIS Meimbipe ocorre em forma de elevações com cristas alinhadas condicionadas, em geral, pelas falhas e diques de rochas máficas organizados predominantemente na direção NNE-SSW. Essas elevações se estendem pelo centro da ISC na porção centro-norte constituindo uma dorsal.

A dorsal centro-norte abrange as elevações dos morros do Itacorubi e do Canto dos Araçás, ao sul, até o morro do Rapa no extremo norte da ilha, sendo o morro da Costa da Lagoa a maior elevação, ponto culminante onde a cota altimétrica alcança 492 metros.

Esta dorsal é separada ao sul do maciço que compreende as elevações do Canto da Lagoa e do Córrego Grande, onde está implementado o Parque Natural Municipal do Maciço da Costeira.

A dorsal centro-norte do maciço rochoso do REVIS Meimbipe ancora nas bordas e sopés, essencialmente em declividades baixas, sedimentos cenozóicos formados pela

deposição em ambiente continental, como o colúvio-aluvionar, e também em ambientes transicionais, como marinho, eólico, lagunar e estuarino.

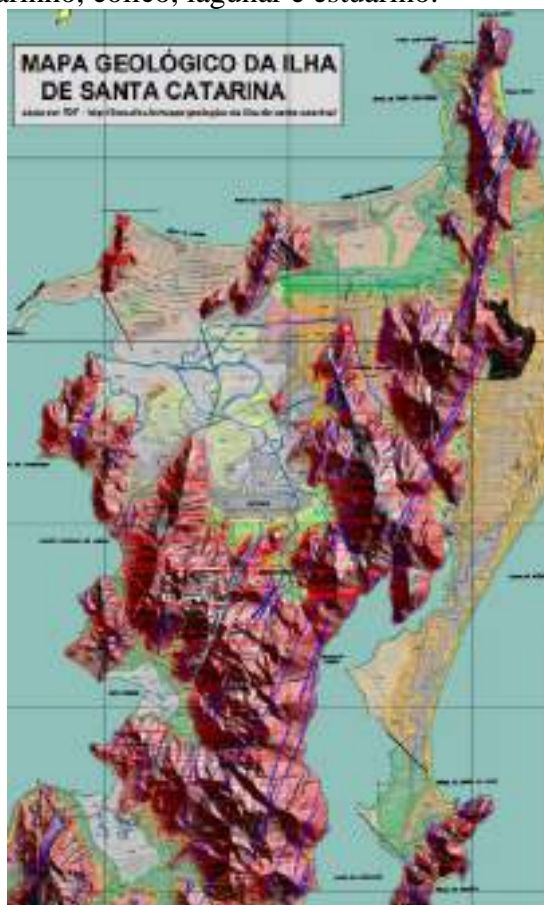


Imagem 10: Imagem retirada do mapa geológico da ISC, publicado por TOMAZZOLI e PELLERIN, 2014.

A UC proposta também compreende a faixa de sedimentos arenosos finos, bem selecionados e de cor esbranquiçadas que conformam o depósito eólico holocênico de dunas transversais ao longo do extremo norte da praia dos Ingleses.

Este cordão arenoso constitui uma barreira ancorada na porção sul do morro das Feiticeiras e entre a faixa praial e os depósitos marinhos elevados da região das Gaiivotas.



Imagem 11: Vista do Morro das Feiticeiras, Ingleses. Autoria: Rodrigo Dalmolin.

4.3 Geomorfologia

Sob o ponto de vista geológico-geomorfológico, é possível encontrar duas feições geomorfológicas principais na ISC:

a) Maciços Cristalinos: formados por domínio de rochas ígneas plutônicas e vulcânicas, de idade pré-cambriana, representados principalmente por granitos, riolitos e rochas piroclásticas ácidas, apresentando intrusões de enxame de diques básicos, típicos de morros e elevações;

b) Planícies Costeiras: formadas por depósitos cenozóicos costeiros podendo ser compartimentados em depósitos marinhos praias, depósitos eólicos, lagunares, paludiais e/ou turfáceos, depósitos colúviais e depósitos fluviais (TOMAZZOLI & PELLERIN, 2001).

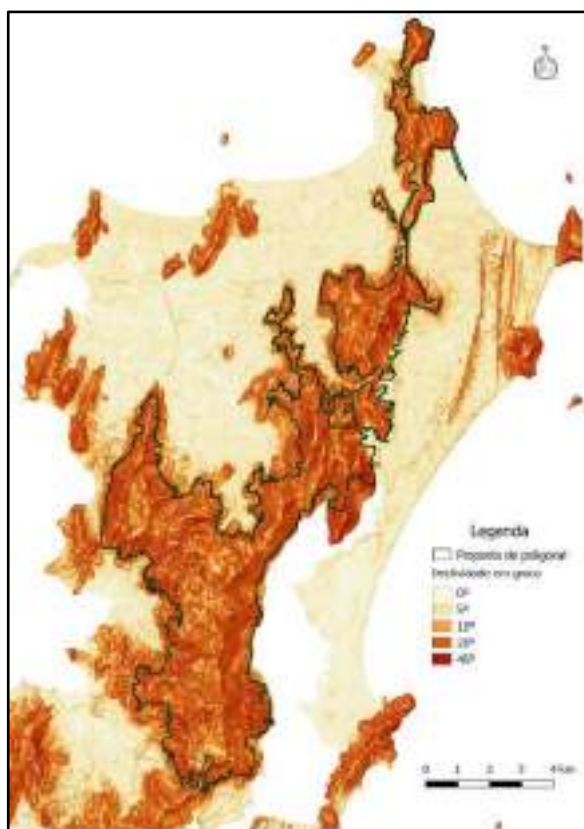


Imagem 12: Declividade classificada em graus.

Os maciços rochosos que compõem o REVIS Meimbipe apresentam relevos de dissecação esculpidos em granito caracterizados como modelados de dissecação em montanhas e morros (BASTOS, 2004). Os processos de dissecação levaram ao sulcamento das encostas e ao carreamento do solo desagregado para os sopés.

As encostas rochosas são relativamente acentuadas e apresentam trechos com declividade superior a 45°. Nos topos e sopés a declividade é predominantemente



inferior a 20°. A declividade média do maciço é de aproximadamente 21°. O ponto de maior elevação é o cume da Costa da Lagoa, a 492 metros de altitude. Outros picos relevantes são o Morro do Manoel Lacerda (476 m), Morro do Macacu (453 m), Morro das Caneiras (442 m) e Morro do Milhas (412 m).



Imagem 13: Bacia do Itacorubi com morraria ao fundo. Autoria: Rodrigo Dalmolin.

4.4 Pedologia

Os solos locais são originários da desagregação e da decomposição das rochas do maciço e se constituem como autóctones nos topos e alóctones nos tálus. Em geral, os regolitos ou solos do REVIS Meiembepe são de pouca espessura e contém blocos e matações desprendidos da rocha matriz. Quando aflorantes, o nível rochoso configura áreas de encostas ou lajes. Conforme o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (Embrapa, 2018), predominam os Neossolos Litólicos e os Cambissolos.

Os solos em estágio inicial são pouco evoluídos, preservam características mineralógicas e texturais da rocha matriz e contém fragmentos rochosos. Estes solos, denominados Neossolos Litólicos, apresentam profundidade incipiente.

A evolução dos solos por processos de pedogênese nas áreas de menor declividade, como nos sopés, levaram à formação de Cambissolo por meio da reorganização estrutural dos materiais e à transformação dos minerais originais por argilominerais de granulação argilosa e argilo-siltosa.

Solos provenientes de material intemperizado de diques de Diabásio apresentam textura argilosa (tendo composição granulométrica de 35 a 60% de argila) conhecida como argissolo vermelho. Já o substrato resultante de intemperização dos granitos apresenta classe textural granulométrica média, com menos de 35% de argila e mais de 15% de areia. Este último, chamado de argissolo vermelho-amarelo, possui menor fertilidade que o argissolo vermelho.

A acumulação dos solos transportados nos sopés constituem os tálus e são formados por material heterogêneo constituídos por solo argilo-siltoso e blocos rochosos rolados.

4.5 Espeleologia

Das 86 cavidades naturais subterrâneas presentes no Cadastro Nacional de Cavernas (CNC), da Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE), 39 localizam-se no maciço centro-norte da ISC, o que representa 45,34% das cavernas registradas em Florianópolis. Todas são cavernas em matacões graníticos, provenientes da unidade geológica denominada Granito Ilha. São formadas a partir de processos erosivos que atuam seletivamente sobre núcleos residuais ou movimentados, retirando o material mais fino e gerando um vazio entre os mesmos. Grande parte dessas cavidades ocorrem nas encostas dos morros, outras em seus sopés e fundos de vales.

Até o momento, a maior caverna registrada é o Sistema de Cavernas da Água Corrente, com cerca de 1026 m de ponta de trena, localizada na região do Saco Grande. Nesta caverna foi localizada uma espécie de bagre de água doce, o candiru (*Vandellia cirrhosa*), listado como criticamente em perigo (CR) pelo ICMBio, sendo a caverna considerada por estudo espeleológico como abrigo essencial de espécie ameaçada de extinção, tornando-a de relevância máxima (SATO *et al.*, 2018). Ainda há a presença da rã-manezinha (*Ischnocnema manezinho*), espécie endêmica de Florianópolis (OSWALD *et al.*, 2019) que aparece como ameaçada, classificada com vulnerável (VU) pelo ICMBio e IMA/SC, avistada também nas grutas do Monte Verde, da Laje e da Praia Brava (SATO *et al.*, 2018), no maciço centro-norte.

Para além das espécies mencionadas, têm sido avistadas nessas cavernas outros tipos de anuros, morcegos e invertebrados como aranhas, opiliões, grilos, diplópodes e zeluros, só para citar os mais comuns. Em relação aos morcegos, salienta-se o papel dos mesmos como agentes polinizadores, importantes para a recuperação florestal desse setor da ISC. Para todos estes animais o ambiente subterrâneo é essencial para abrigo, alimentação, reprodução e/ou outras etapas de seus ciclos de vida. Pela função ecossistêmica que exercem, a preservação dessas cavernas é de suma importância.



Imagem 14: Entrada da Gruta da Casa Velha, caverna de matacões na encosta do Morro da Virgínia. Autoria: Rodrigo Dalmolin.



4.6 Hidrografia / hidrologia / limnologia

O município de Florianópolis detém uma rede hidrográfica composta por bacias, lagoas, lagunas, rios e córregos que deságuam nas baías Norte e sul, e no Oceano Atlântico. Os cursos d'água são classificados como intermitentes e raramente perenes, são altamente dependentes do regime pluviométrico, e são abastecidos por uma diversa quantidade de córregos (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2009).

O REVIS Meimbipe, localizada longitudinalmente do centro até a porção mais ao norte da ISC, influencia diretamente em nove microbacias do município (Imagem 15), são elas: a Bacia da Lagoinha do Norte, da Praia Brava, de Ponta das Canas, dos Ingleses, do Rio Ratonas, da Lagoa da Conceição de Santo Antônio de Lisboa e do Saco Grande. Dentre essas, destaca-se a Bacia do Rio Ratonas, de maior extensão, com 9077 ha, e também, a Bacia da Lagoa da Conceição, segunda maior, com 6464 ha. Nesta bacia, os cursos que nascem nas encostas centro-leste do maciço deságuam na Laguna e daí têm suas águas derivadas para o Oceano Atlântico.

No maciço centro-norte há diversas nascentes de importantes cursos e corpos hídricos da ISC. Os rios Capivari e João Gualberto Soares são os principais drenantes das encostas de leste, enquanto nas encostas de oeste nascem os principais afluentes do rio Ratonas, como o arroio dos Macacos, o Ribeirão Vargem Pequena e o córrego Cachoeira. A sudoeste as maiores drenagens são o Rio Vadik e o Itacorubi.

O relevo de encostas é um dos fatores condicionantes do regime hidrológico local e conformam abaciamentos nos sopés onde se acumulam massas d'água como a Lagoa da Conceição, a Lagoinha do Norte e as planícies úmidas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



**PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS**

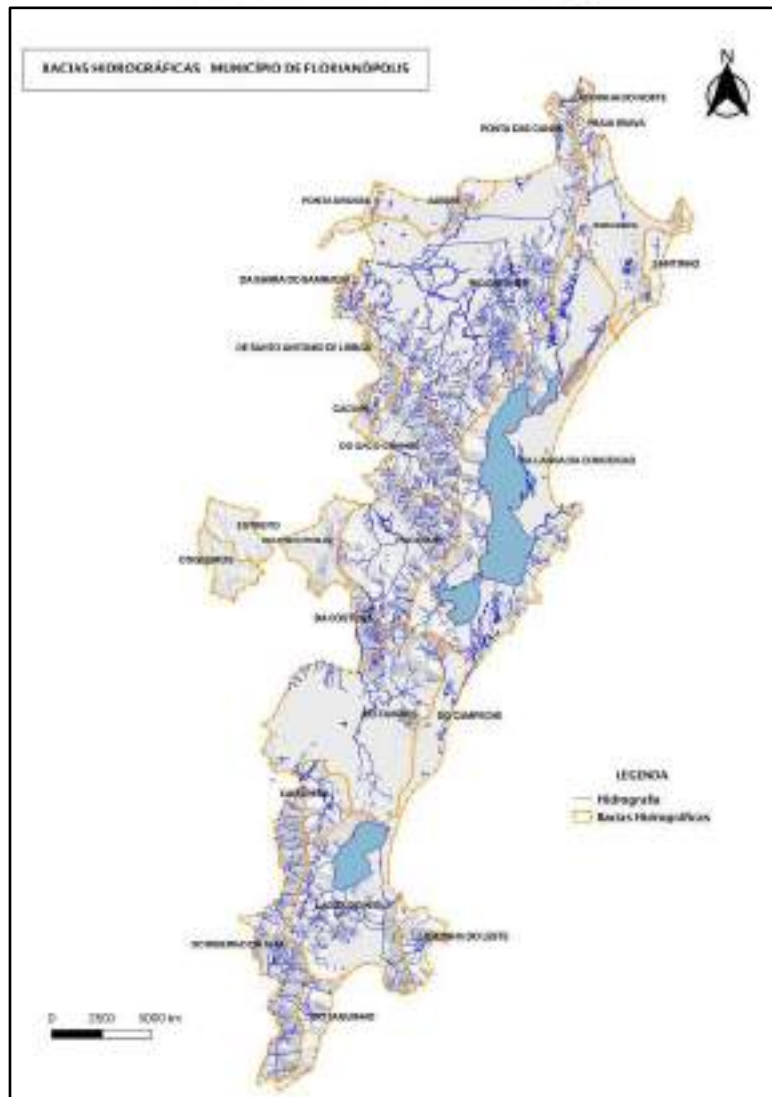


Imagem 15: Bacias Hidrográficas do município de Florianópolis.



Imagem 16: Lagoa da Conceição vista do Caminho da Costa da Lagoa ao Ratores . Autoria: Rodrigo Damolin.



Imagem 17: Cachoeira Vargem Grande. Autoria: Mauro Manoel da Costa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS



Imagem 18: Rio Vadik - Saco Grande. Autoria:
Rodrigo Dalmolin.



Imagem 19: Cachoeira da Costa da Lagoa.
Autoria: Rodrigo Dalmolin.



5. Aspectos do meio biótico

5.1 Vegetação: histórico

É sabido e consabido que a história da Mata Atlântica, do ponto de vista da história cultural dos últimos 500 anos, é a história do desmatamento e da destruição. Uma história escrita, segundo o historiador Warren Dean, a ferro e fogo. Um bioma que tinha seus domínios, originariamente, em 15% do território brasileiro, ao longo de toda a sua costa e se interiorizando em muitas regiões, e que no processo de ocupação a partir da colonização foi reduzido a menos de 8% da sua cobertura original. Em nosso Estado não foi diferente e os dados revelam que existem menos de 18% da área primitiva, que totalizava 100% do território catarinense. Na ISC, nossa mata verdadeira, mata virgem, chamada pelos Guarani de Caaetê, praticamente desapareceu, e o desmatamento raso chegou a quase 80% da cobertura original. Tal impacto, obviamente, está relacionado com o processo de formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, pois no seu domínio se ergueram suas principais cidades, fazendo que quase 80% da população brasileira esteja ocupando os horizontes da mata atlântica, ou do que dela sobrou.



Imagem 20: Panorama da floresta do Maciço Norte. Autoria: Rodrigo Dalmolin.

Ainda hoje a conservação da Mata Atlântica enfrenta grandes desafios; em sua área de abrangência encontram-se altos índices de biodiversidade e de endemismos, contudo a redução drástica da sua cobertura, a fragmentação e a degradação de seus ecossistemas naturais a colocam numa situação de grande criticidade.

A ISC, assim como a totalidade do município de Florianópolis, encontra-se na área de abrangência da Mata Atlântica. Aqui também se verificou o mesmo processo de exploração, ocupação e degradação de suas formações originais. A ISC era ponto de parada obrigatória para os navegadores que se dirigiam ao mares do atlântico sul, onde se reabasteciam com abundantes recursos naturais. Frézier, que aportou na Ilha em 1712, ao descrevê-la registra que era ela “*uma floresta contínua de árvores verdes o ano inteiro, [...]*”



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS



Imagem 21: Representação cartográfica da ISC elaborada pelo engenheiro militar e navegador francês Amédée François Frézier no século XVIII.

Com a consolidação da ocupação da ISC, a partir de 1748, fundada em 1673 por Dias Velho, a exploração madeireira e o avanço da agricultura provocaram significativas mudanças na paisagem. De um modo geral, quase a totalidade dessa formação vegetal passou por processos intensos de intervenção antrópica. Grande parte sofreu corte raso para fins agropecuários. O intenso desmatamento levou praticamente ao desaparecimento local de algumas espécies, pois se somando ao desmatamento raso, ocorreu uma intensa atividade madeireira de extração seletiva das madeiras de valor econômico para fins diversos, como a fabricação de embarcações, móveis, taboados, barrotes, assoalhos e aberturas para construção de casas e engenhos, entre outros usos. Além do extrativismo de lenha para abastecer as centenas de engenhos de farinha, cachaça, caieiras, curtumes e outras atividades domésticas.



Imagem 22: Aspectos do desmatamento nas encostas - Avenida das Rendeiras com o Morro da Lagoa ao fundo, segunda metade do século XX. Fonte:

<http://fotosantigasflorianopolis.blogspot.com/2013/03/lagoa-da-conceicao.html>



O mosaico de imagens de 1938 (Imagem 23) nos dá uma dimensão do resultado desse processo histórico de conversão dos ambientes naturais.



Imagem 23: Fotografia aérea de 1938 da região da porção centro-norte da ISC. Fonte: <http://geo.pmf.sc.gov.br/>.

Com o gradual abandono das atividades agropecuárias, a partir de meados do século XX, a cobertura vegetal do Maciço Norte veio se regenerando naturalmente e a floresta lentamente ganhando estrutura e resiliência. Cabe destacar que até tempos recentes a prática de queimadas para fins agropecuários nas encostas desmatadas dos morros era comum em toda a Ilha, prática que começou a ser combatida de forma mais efetiva a partir da década de 1980. Porém, ainda ocorrem queimadas, como remanescentes desta prática para manutenção de pastos ou coivaras, mas também para queima de resíduos, especialmente aqueles provenientes da “limpeza” de terrenos.

Como o desmatamento raso não foi total, fragmentos de floresta ficaram de pé, não sucumbindo na sua totalidade, no entanto, diversas espécies visadas por sua qualidade foram alvo do desmatamento seletivo, como as canelas, peroba, óleo, cedro, entre outras. E se, por um lado o desmatamento seletivo foi desestruturando os fragmentos primários e as queimadas foram empobrecendo o solo e dificultando a sucessão da vegetação nativa, por outro, nas áreas mais abertas favoreceram o domínio de espécies exóticas invasoras como a braquiária, os *Pinus* sp., e o capim-melado.



Imagem 24: Face norte do Morro do Macacu, espécies exóticas invasoras e floresta ao fundo. Autoria: Rodrigo Dalmolin.

Não obstante este histórico de exploração, encontramos nas encostas importantes áreas onde o processo de regeneração da mata nativa vem se dando de forma bastante satisfatória, motivo pelo qual a Mata Atlântica situada na ISC foi elencada como de “Extrema Importância biológica” para conservação de determinados componentes da biodiversidade na “Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos”, realizada pelo MMA. Segundo o IBGE a Mata Atlântica na ISC é representada pela região fitoecológica Floresta Ombrófila Densa ou Floresta Pluvial Atlântica, com seus ecossistemas associados, resultantes da influência oceânica, conhecidos como manguezais e restingas.

5.1.1 Floresta Ombrófila Densa

A Floresta Ombrófila Densa, cobertura característica dos morros da Ilha, constitui a formação majoritária no polígono proposto para o REVIS Municipal Meimbipe. É uma vegetação que se estende das planícies até os morros mais altos. É considerada uma formação vegetacional complexa e heterogênea, fato constatado pelas inúmeras comunidades e associações de espécies que somente são encontradas nesses ambientes, caracterizando-se também pela formação de um dossel uniforme quanto à sua coloração, forma das copas e altura, representando uma fitofisionomia muito característica e com poucas variações durante todo o ano.



Imagem 25: Fitofisionomia do exterior da floresta. Foto retirada em um trabalho de campo.
Autoria: Mauro Manoel da Costa.

A vegetação é condicionada por um clima quente e úmido, sendo decisiva para a perenidade de nascentes, proteção dos cursos d'água, estabilidade das encostas, regularidade do regime de chuvas, boa qualidade do ar, bem como pela manutenção da biodiversidade. É uma floresta com árvores que podem atingir até 30m de altura, criando dossel com copas densas, e mostrando na maturidade uma estratificação característica, com associações de arvoretas, arbustos e ervas. Essa complexidade estrutural é ainda enriquecida pela grande quantidade de epífitos e lianas que se estabelecem junto ao estrato arbóreo.



Imagem 26: Fitofisionomia do interior da floresta. Foto retirada em um trabalho de campo.
Autoria: Mauro Manoel da Costa.

Estudos realizados no início do século XX pelo notável e saudoso Professor Miguel Roberto Klein contabilizaram aproximadamente 340 espécies arbóreas, e dentre as espécies arbóreas típicas destacam-se a canela-preta (*Ocotea catharinensis*), árvore

originalmente bastante frequente e hoje identificada como espécie seriamente ameaçada de extinção; a canela-sassafrás (*Ocotea odorifera*), com status similar, peroba (*Aspidosperma olivaceum*), canela-amarela (*Nectandra lanceolata*) cedro (*Cedrela fissilis*), laranjeira-do-mato (*Sloanea guianensis*), araçá (*Psidium cattleianum*), canela-garuva (*Cinanamomum glaziovii*), araçá-alazão (*Eugenia muticostata*), palmiteiro (*Euterpe edulis*), pau-óleo (*Copaifera trapezifolia*), o bagueçu (*Magnolia ovata*), o guapere (*Lamanonia speciosa*), bicuíba (*Viola bicuhyba*), guamirins (*Myrcia glabra*, *M. aethusa*), guamirim-ferro (*Neomitranthes glomerata*), guaraparim (*Vantanea compacta*), cupiuva (*Tapirira guianensis*), ipê-do-morro (*Handroanthus chrysotrichus*), almécega (*Protium kleinii*), bacopari (*Garcinia gardneriana*), carvalho-brasileiro (*Roupala montana*), banana-de-macaco (*Porcelia macrocarpa*), cabreúva (*Myrocarpus frondosus*), guarajuba (*Buchenavia kleinii*), louro-pardo (*Cordia trichotoma*), figueiras (*Ficus spp.*), o poleiro-de-macuco (*Bathysa australis*), aguai (*Chrysophyllum viride*), guarantã (*Esenbeckia grandiflora*), caxeta (*Chrysophyllum viride*), em especial, constatada somente no Maciço Norte, o jequitibá-branco (*Carinianna estrellensis*).

	
<p>Imagem 27: Louro-pardo (<i>Cordia trichotoma</i>). Autoria: Mauro Manoel da Costa.</p>	<p>Imagem 28: Canela-preta (<i>Ocotea catharinensis</i>). Autoria: Mauro Manoel da Costa.</p>
	
<p>Imagem 29: Peroba (<i>Aspidosperma olivaceum</i>). Autoria: Mauro Manoel da Costa.</p>	<p>Imagem 30: Cedro (<i>Cedrela fissilis</i>). Autoria: Mauro Manoel da Costa.</p>



Imagem 31: Almécega (*Protium kleinii*). Autoria: Mauro Manoel da Costa.



Imagem 32: Pau-óleo (*Copaifera trapezifolia*). Autoria: Mauro Manoel da Costa.



Imagem 33: Guaraparim (*Vantanea compacta*). Autoria: Mauro Manoel da Costa.



Imagem 34: Carvalho-brasileiro (*Roupala montana*). Autoria: Mauro Manoel da Costa.



Imagem 35: Laelia (*Laelia purpurata*). Autoria: Mauro Manoel da Costa.



Imagem 36: Araçá (*Psidium cattleianum*). Autoria: Mauro Manoel da Costa.



Nas florestas secundárias que hoje recobrem a ISC muitas destas árvores já se mostram raras, prevalecendo as espécies de crescimento rápido, características da sucessão florestal secundária, em estágios pioneiros, (formação herbácea), capoeirinha (herbáceo-arbustivo), capoeira (arbustivo-arvoretas), capoeirão (arbóreo inicial) e floresta secundária (arbóreo avançado), formando uma verdadeira colcha de retalhos onde nas partes mais centrais e de maiores altitudes estão os fragmentos de floresta com características climáticas, com as espécies elencadas acima. No entanto, é sempre bom ressaltar que uma floresta desestruturada pelo desmatamento seletivo é significativamente mais funcional do que uma floresta secundária cujo solo foi queimado paulatinamente durante 200 anos, além de terem sido o abrigo para a fauna em fuga por conta do desmatamento raso.



Imagem 37: Fitofisionomia do exterior de floresta secundária. Na imagem pode-se perceber a presença de dezenas de garapuvus (*Schizolobium parahyba*), espécie muito característica de Florianópolis. Sua abundância é fruto do processo de ocupação que retirou grande parte da cobertura vegetal original da superfície dos maciços da Ilha. Autoria: Mauro Manoel da Costa.

Dentre as espécies arbóreas típicas da sucessão secundária, destacam-se o jacatirão (*Miconia cinnamomifolia*), pixirição (*Miconia cabucu*), garapuvu (*Schizolobium parahyba*), licurana (*Hieronyma alchorneoides*), canela-ferrugem (*Nectandra oppositifolia*), pau-jacaré (*Piptadenia gonoacantha*), ingá-feijão (*Inga marginata*), canjerana (*Cabralea canjerana*), embaúba (*Cecropia glaziovii*), fruta-de-pomba (*Erythroxylum argentinum*), mangue-formiga (*Clusia criuva*), carobinha (*Jacaranda puberula*), espinheiro-maricá (*Mimosa bimucronata*), capororoca (*Myrsine coriacea*), catiguá (*Trichilia palens*), pindaíba (*Xylopia brasiliensis*), araticum-do-mato (*Annona silvatica*) ipê-verde (*Cybistax antissyfilitica*), o pixirição (*Miconia cabucu*), o camboatá (*Matayba guianensis*), camboatá-vermelho (*Cupania vernalis*) a canela-papagaio (*Cinnamomum glaziovii*), jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), aroeira (*Schinus terebinthifolia*), tanheiro (*Alchornea triplinervia*), gramimunha (*Weinmannia paulliniifolia*), congonha (*Ilex theezans*), rabo-de-macaco (*Lonchocarpus leucanthus*), Capororocão (*Myrsine umbellata*), gabirola (*Campomanesia xanthocarpa*), cambuim-branco (*Gomidesia palustris*), açoita-cavalo (*Luehea divaricata*) entre outras.



Imagem 38: Jacatirão (*Miconia cinnamomifolia*).
Autoria: Mauro Manoel da Costa.



Imagem 39: Jerivá (*Syagrus romanzoffiana*).
Autoria: Mauro Manoel da Costa.



Imagem 40: Mangue-formiga (*Clusia criuva*).
Autoria: Mauro Manoel da Costa.



Imagem 41: Tanheiro (*Alchornea triplinervia*).
Autoria: Mauro Manoel da Costa.



Imagem 42: Capororoca (*Myrsine coriacea*).
Autoria: Mauro Manoel da Costa.



Imagem 43: Canjerana (*Cabrlea canjerana*).
Autoria: Mauro Manoel da Costa.



Imagem 44: Licurana (*Hieronyma alchorneoides*). Autoria: Mauro Manoel da Costa.

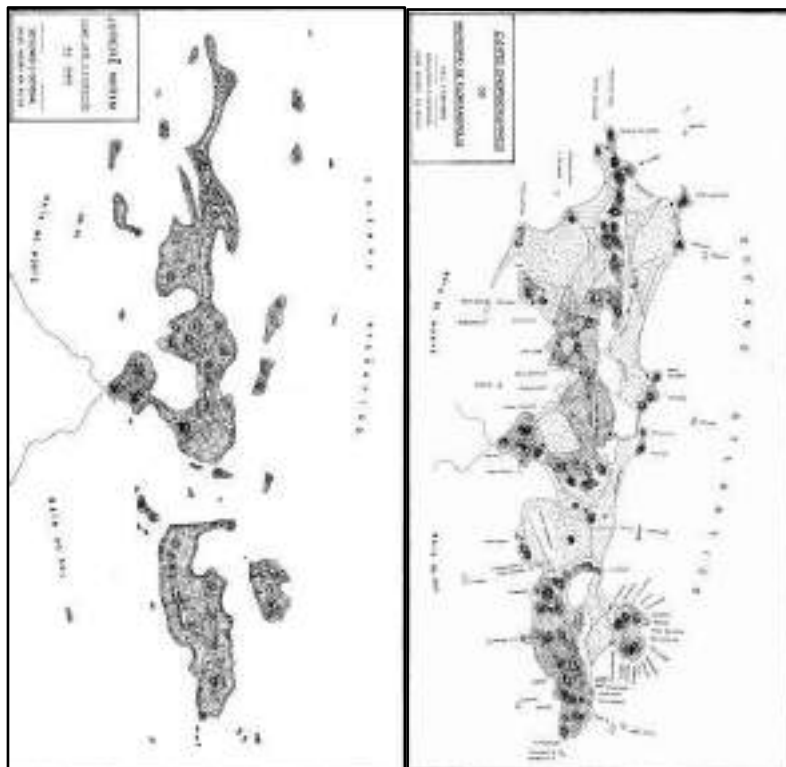


Imagem 45: Pau-jacaré (*Piptadenia gonoacantha*). Autoria: Mauro Manoel da Costa.

Nas florestas secundárias da ISC, notadamente naqueles espaços que já se encontram em estágio avançado de regeneração, é muito frequente a presença de epífitos e lianas, com destaque para as bromélias, samambaias, orquídeas, e mesmo algumas espécies de plantas parasitas, como a erva-de-passarinho (*Phoradendron* sp.). A orquídea laelia (*Laelia purpurata*), o cravo-do-mato (*Tillandsia stricta*), a barba-de-velho (*T. usneoides*), imbé (*Philodendron bipinnatifidum*), o cipó-de-cabra (*Trigonia nivea*), a bertalha (*Anredera cordifolia*), o cipó-preto (*Hippocratea volubilis*), o bacopari-cipó (*Salacia elliptica*) são algumas destas espécies.

No sub-bosque da floresta são encontradas diversas outras espécies, dentre as quais se destacam as palmeiras tucum (*Bactris setosa*) e guaricana (*Geonoma gamiova*), as piperáceas (*Piper gaudichaudianum*), a grandiuva-d'anta (*Psychotria nuda*), e samambaias arborescentes como *Cyathea corcovadensis* e *Alsophila setosa*.

5.1.2 Vegetação de Restinga



Imagens 46 e 47: A Ilha de Santa Catarina é o resultado de alterações do nível do mar, condicionados por alterações climáticas no período quaternário, que moldaram sua geomorfologia de planícies litorâneas.

A Restinga é o tipo de vegetação litorânea que ocorre sobre as planícies quaternárias e dunas, em solo predominantemente arenoso, destacando-se por seu caráter edáfico. É observada em diferentes formações Herbáceas, Arbustivas e Arbóreas, bem como mosaicos dessas três. Seguindo a classificação proposta por Falkenberg (1999), iniciando pela praia, encontra-se a vegetação que mais sofre com as adversidades do ambiente litorâneo, resistindo ao sal marinho, ventos fortes, movimentação e soterramento por areia, além das altas temperaturas, pouca disponibilidade de água e baixa fertilidade do solo, caracterizando-se por raízes profundas, fortes estolões, folhas pequenas, pilosas ou com certa succulência. Nesses ambientes de dunas frontais, ocorrem principalmente a batateira-da-praia (*Ipomoea pes-caprae*), o capotiraguá (*Blutaparon portulacoides*), o pinheirinho-da-praia (*Remirea maritima*), o rosetão (*Acicarpa spatulata*), a acariçoba (*Hidrocotyle bonariensis*) e os capins-da-praia (*Spartina ciliata* e *Panicum racemosum*). Em direção ao interior, após as dunas frontais, onde a areia se movimenta com menor intensidade, começam a ocorrer algumas espécies de porte arbustivo, onde se passa a encontrar o feijão-da-praia (*Sophora tomentosa*), a erva-baleeira (*Varronia curassavica*), o marmeleiro-da-praia (*Dalbergia ecastophylla*) e a arumbeva (*Opuntia arechavaletai*). Um pouco mais para o interior das dunas ocorrem as espécies maria-mole (*Guapira opposita*), guamirim (*Eugenia catharinae*), cambuim (*Myrcia palustris*), aroeira-brava (*Lythraea brasiliensis*)

e mangue-formiga (*Clusia criuva*). Onde o solo começa a apresentar maior teor de umidade, sombreamento e matéria orgânica, instalam-se espécies um pouco mais exigentes quanto às condições ecológicas, de porte arbóreo, onde encontramos o baguaçumirim (*Eugenia umbeliflora*), a canelinha-da-praia (*Ocotea pulchella*), as caúnas (*Ilex theezans* e *Ilex dumosa*), a pitangueira (*Eugenia uniflora*), e o araçá-amarelo (*Psidium cattleianum*). Nos locais com alteração do solo mais recente surgem a quaresmeira (*Tibouchina urvilleana*), a vassoura-vermelha (*Dodonaea viscosa*), a vassoura-branca (*Eupatorium cassaretoi*), e a aroeira-vermelha (*Schinus terebinthifolius*) como espécies pioneiras.

A partir dos estudos do Prof. Antônio Bresolin, o qual fez o levantamento das espécies da flora existente na região dos Ingleses, “nestas restingas arbustivas predominam acentuadamente as Mirtáceas: *Eugenia catharinae* (Guamirim) e a *Myrcia multiflora* (Cambui), além de *Gomidesia palustris* (Guamirim), *Eugenia umbelliflora* (Baguagu) e *Campomanesia littoralis* (Guabiroba-da-praia). Além destas espécies mais comuns temos ainda como frequentes as seguintes: *Cordia verbenacea* (Camarinha), *Erythroxylum cuspidifolium* (Concon), *Opuntia vulgaris* (Arumbeva), *Schinus terebinthifolius* (Aroeira vermelha) e *Lythraea brasiliensis* (Aroeira braba). Nos solos ensombrados, encontramos densos agrupamentos de *Philodendron* sp.”



5.1.3 Vegetação de banhados, baixadas e lagunas

Áreas úmidas são ecossistemas na interface entre ambientes terrestres e aquáticos, continentais ou costeiros, naturais ou artificiais, permanentemente ou periodicamente inundados por águas rasas ou com solos encharcados, doces, salobros, ou salgados, com comunidades de plantas e animais adaptadas à sua dinâmica hídrica (INCT-INAU apud Junk et al., 2015). Para Simioni & Guasseli (2017), banhado refere-se a um tipo de área úmida que apresenta alta complexidade e grande diversidade de gradientes ambientais. Estes ecossistemas são caracterizados pela presença de: i) depósitos paludiais e turfas; ii) solos hidromórficos; e iii) presença de macrófitas aquáticas. São regulados pelos



pulsos de inundação, permanecendo constante ou temporariamente inundados, com a presença de vegetação adaptada às flutuações do nível da água e uma biota característica. Sem destacar a vegetação aquática submersa ou flutuante que ocorre nas áreas permanentemente úmidas, lagoinhas e lagoas, no Município ocorrem dois tipos de ambientes úmidos bastante característicos: os banhados com predominância de tiririca (*Cladium mariscus*); e os b) Histórico do uso do solo e relações com a vegetação O histórico a seguir tem como base o extenso relato histórico desenvolvido por Caruso (1990), além do conhecimento dos técnicos da Prefeitura de Florianópolis. As culturas da mandioca, milho, feijão e cana de açúcar, além das pastagens para o gado bovino, foram as principais atividades que cobriram as planícies e morros da Ilha de Santa Catarina devastando a vegetação nativa existente. Solos arenosos nas planícies e pouco férteis nas encostas não propiciavam a manutenção de lavouras por muitos anos seguidos, necessitando com predominância de taboa (*Typha dominguensis*). Ambos ocorrem principalmente nas planícies de Restinga no sul e norte da Ilha de Santa Catarina. Na planície do Pântano do Sul, ambiente que dá nome à localidade, na região de Ratonês e Jurerê/Daniela, estão presentes amplas áreas revestidas por vegetação herbácea alta, formada quase que exclusivamente por tiririca (*Cladium mariscus*), que pode somente em épocas de marés muito altas receber aporte de água salgada. Podem ocorrer também outras espécies de tiriricas (*Cyperus giganteus*, *Lagenocarpus rigidus*, *Scleria muricata*), o peri (*Fuirena robusta*), a cavalinha (*Equisetum giganteus*), entre algumas outras. São ambientes quase indepassáveis, pois estas espécies possuem folhas e estruturas cortantes e pontiagudas, que dificultam sua transposição. Em Ponta das Canas, Rio Vermelho, Rio Tavares, Campeche, em áreas permanentemente cobertas por uma rasa lâmina d'água, encontra-se a taboa (*Typha dominguensis*), espécie largamente distribuída pelas regiões tropicais do mundo, com suas folhas largas e inflorescências em forma de bastão, sendo uma das principais espécies que auxiliam no rápido entulhamento de pequenas lagoas e banhados, por sua enorme capacidade de ocupação do ambiente e produção de massa verde.



Imagem 50: Vegetação de restinga.

É importante destacar que a área indicada para abrigar a futura Unidade de Conservação se constitui hoje em um importante refúgio e corredor ecológico, tanto



para a flora quanto para a fauna. Muitas das espécies típicas e características das florestas maduras, hoje raras e algumas já reconhecidas formalmente como ameaçadas de extinção, ainda resguardam indivíduos nesta área, tornando assim este espaço estratégico para a conservação e recuperação populacional destas espécies, justificando-se plenamente o esforço da sociedade para garantir a conservação deste espaço singular da ISC.

5.2 Fauna

A biodiversidade da Mata Atlântica encontra-se grandemente ameaçada, como indicam os números de espécies constantes em listas vermelhas, resultado da intensa pressão de desmatamento e outras ameaças que o bioma vem sofrendo praticamente desde a descoberta do Brasil (GRAIPEL et al., 2017).

Nas florestas da ISC aproximadamente 20% das espécies de aves florestais foram extirpadas (FARIAS, 2014; GHIZONI-JR et al., 2013), como o patinho-gigante (*Platyrhynchus leucophrys*), caburé-miudinho (*Glaucidium minutissimum*), sabiá-cica (*Triclaria malachitacea*) e araponga (*Procnias nudicollis*), um número bastante inferior em relação a outros vertebrados com menor capacidade de dispersão. Por exemplo, quando comparados ao continente próximo, mamíferos não voadores, apresentaram uma perda de 60% das espécies, incluindo onças, jaguatirica, veados, porcos e gatos-do-mato (GRAIPEL et al., 2001; CHEREM et al., 2004; 2011).

O REVIS Meiembipe possui potencial para abrigar a maior parte das espécies de vertebrados existentes na ISC, incluindo 352 de aves, 52 de mamíferos, 37 de répteis e 35 de anfíbios (GHIZONI-JR, I., comunicação pessoal; SILVA-LIMA, B. comunicação pessoal), especialmente espécies florestais. Dentre as espécies que foram confirmadas para esta área, dez foram consideradas como ameaçadas de extinção em algum nível (estadual, nacional ou mundial). Os anfíbios são: rã-manezinha (*Ischnocnema manezinho*), perereca-de-vidro (*Vitreorana uranoscopa*); dentre os mamíferos: cuíca-d'água (*Chironectes minimus*), cuíca (*Lutreolina crassicaudata*), paca (*Cuniculus paca*); e dentre as aves: macuco (*Tinamus solitarius*), gavião-pombo-pequeno (*Amadonastur lacernulatus*), gavião-pega-macaco (*Spizaetus tyrannus*), saíra-sapucaia (*Tangara peruviana*) e tiê-sangue (*Ramphocelus bresilius*).

Apesar da defaunação verificada na ISC, percebe-se em estudos recentes o reaparecimento de espécies mencionadas por antigos moradores, ou que ocorrem no continente próximo e foram registradas pela primeira vez na ISC. Esta condição possivelmente está relacionada com políticas ambientais nas diferentes esferas do poder público, especialmente municipal com a criação de oito Unidades de Conservação na ISC. Este é o caso do macuco (*Tinamus solitarius*), há mais de 20 anos sem registro, e observado em 18 de novembro de 2019 (Projeto Fauna Floripa) na área estipulada do REVIS Meiembipe e também o ouriço (*Coendou spinosus*), o furão (*Galictis cuja*), o preá (*Cavia magna*), a irara (*Eira barbara*) e os ratos-de-espinho (*Phyllomys nigrispinus* e *Phyllomys sulinus*).

Embora a Ilha esteja bastante defaunada em relação aos animais de maior porte, é possível perceber que, com a diminuição da caça e a recuperação da vegetação, a comunidade biológica pode ser restaurada e voltar a ter a integridade ecológica tão necessária para proporcionar os serviços ecossistêmicos que mantém a qualidade



ambiental para a população humana residente. A criação do REVIS Meiembipe, em conjunto com as demais Unidades de Conservação, é fundamental para projetos de recuperação da comunidade biológica original da ilha, possibilitando a melhoria das condições ambientais e a sustentabilidade ecológica da ISC.



Imagem 51: Rã-manezinha (*Ischnocnema manezinho*). Autoria:
Ivo Ghizoni-Jr



Imagem 52: Perereca-de-vidro (*Vitreorana uranoscopa*).
Autoria: Ivo Ghizoni-Jr



Imagem 53: Cuíca-d'água (*Chironectes minimus*). Autoria:
Projeto Parques & Fauna



Imagem 54: Cuíca (*Lutreolina crassicaudata*). Autoria:
Rodrigo Dalmolin



Imagem 55: Paca (*Cuniculus paca*). Autoria: Projeto Fauna Floripa

Imagem 56: Macuco (*Tinamus solitarius*). Autoria: Projeto Parques & Fauna



Imagem 57: Gavião-pombo-pequeno (*Amadonastur lacernulatus*). Autoria: Projeto Fauna Floripa

Imagem 58: Gavião-pega-macaco (*Spizaetus tyrannus*) no Morro das Feiticeiras. Autoria: Rodrigo Pacheco



Imagem 59: Tiê-sangue (*Ramphocelus bresilius*). Autoria: Fabricio B. Almeida

Imagem 60: Saíra sapucaia (*Tangara peruviana*). Autoria: Fabricio B. Almeida



6. Aspectos do meio antrópico

6.1 Contextualização histórica

O maciço centro-norte da ISC encontra-se, fortemente, inserido no contexto de desenvolvimento histórico de Florianópolis. Seu excelente porto natural, iniciando no extremo setentrional da baía norte, na atual Ponta do Rapa, desde que teve início às navegações européias pelos mares do sul, tornar-se-ia um dos principais pontos de parada para embarcações rumo às novas colônias no estuário da Prata, já antes da metade do século XVI. Além de víveres, o porto da ISC oferecia madeira para o reparo dos navios de diferentes nacionalidades, conforme relato, no início do século XVIII, de Frézier: “o sassafrás, esta madeira conhecida pelo seu bom aroma e comum pelas suas virtudes contra os males venéreos, ali é tão comum que nós o cortamos para queimar como lenha”. Cerca de 200 anos após sua descoberta, a Ilha, inclusive o maciço centro-norte, era visto pelo navegador europeu, em 1712, onde “ *não se encontrando nela outros sítios praticáveis a não ser os desbravados em torno das habitações, isto é, 12 ou 15 sítios dispersos aqui e acolá à beira mar*”. Nessa época, retoma Frézier a caça não era menos abundante que a pesca; “mas os bosques são de tão difícil acesso que é quase impossível de perseguir-se nele o animal e mesmo encontrá-lo quando abatido”.

Com o acirramento da disputa entre portugueses e espanhóis pelo controle da Baía do Prata, Portugal promoveu a instalação de fortalezas para defender o seu principal porto rumo à Colônia de Sacramento. A militarização da ISC impôs maior necessidade de ocupação da antiga freguesia, elevada à vila em 1726, para fornecer os víveres necessários à manutenção das tropas, além do desenvolvimento da capitania, criada em 1738. É nesse cenário que surgem os colonizadores açorianos e madeirenses. Com os escassos recursos fornecidos pela coroa portuguesa e a terra pouco propícia à agricultura, logo a floresta secular nas encostas dos morros seria desmatada para o extrativismo e agropecuária. Com o recuo das florestas a partir das áreas planas perdeu-se ao longo dos dois séculos seguinte (1750 – 1950) grande parte da conectividade entre os maciços do centro-norte aos do sul.

Obviamente, visto se tratar uma síntese, não é apresentado um cenário de formação antropológica de forma mais complexa, porém, cabe ressaltar, que além das colaborações culturais mais recente no incremento do cosmopolitismo moderno de Florianópolis, a presença de elementos de culturas de origem africanas e indígena na formação da cultura florianopolitana é basilar conjuntamente com a lusitana.

Com o declínio das atividades agropecuárias e extrativistas vegetais, a partir de metade do século XX, antigas áreas desmatadas nos morros da Ilha, como se vê no maciço centro-norte, passaram a recuperar-se, lentamente, de séculos de intensa antropização agro-pastoris. Contudo, novas pressões surgiram com o crescimento populacional da capital do Estado, resultando numa pressão urbana acentuada rumo às encostas dos morros. Além disso a introdução de espécies exóticas invasoras de fauna e flora pelo ser humano ameaçam e degradam, atualmente, diferentes ecossistemas presentes na ISC, como o da Floresta Ombrófila Densa presente no maciço centro-norte.



6.2 Comunidades do entorno do Maciço Norte

O Maciço Norte está inserido nos seguintes Distritos Administrativos: Sede Insular (bairros Itacorubi, Monte Verde e Saco Grande), Lagoa da Conceição, Ratonés, Santo Antônio de Lisboa, São João do Rio Vermelho, Cachoeira do Bom Jesus e Ingleses do Rio Vermelho. E limita-se com as seguintes localidades: Vargem Pequena, Vargem Grande, Vargem do Bom Jesus, Ponta das Canas, Praia da Lagoinha do Norte, Praia Brava, Muquém, Praia do Saquinho, Prainha, Costa da Lagoa e Canto dos Araçás.

6.3 Demografia

Florianópolis é a segunda cidade mais populosa do Estado de Santa Catarina, e de acordo com a Estimativa Populacional do IBGE de 2019, possui 500.973 habitantes. No período 2018-2019 apresentou uma taxa de crescimento anual de 1,62% (acima da taxa do Estado que foi de 1,3%), sendo a 6ª capital com maior taxa de crescimento geométrico do país, entretanto é uma das capitais menos populosa, figurando na 23ª posição.

Salienta-se também que Florianópolis sofre com fortes alterações demográficas sazonais em razão da atratividade turística nos meses de verão. Calcula-se que, nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março, a população da cidade chegue a aumentar três vezes. Com uma distribuição desse incremento de maneira desigual pela cidade (particularmente no norte da ilha), os impactos desses movimentos refletidos na sua infraestrutura, nos serviços e conseqüentemente no meio ambiente são notáveis.

Na Tabela 1 apresenta-se a evolução populacional e a densidade demográfica do município entre 1980 e 2019, e na Tabela 2, a taxa de crescimento anual, nas décadas de 1980, 1990, 2000 e no período 2018-2019.

Tabela 1: População total de Florianópolis e densidade demográfica, entre os anos de 1980 e 2019.

Ano	População total	Densidade demográfica
1980	187.871	416,4
1991	254.944	578,9
2000	342.315	784,3
2010	421.240	972,8
2019	500.973	1156,9

Fonte: IBGE – Censos de 1980, 1991, 2000 e 2010; e Estimativa de 2019.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS

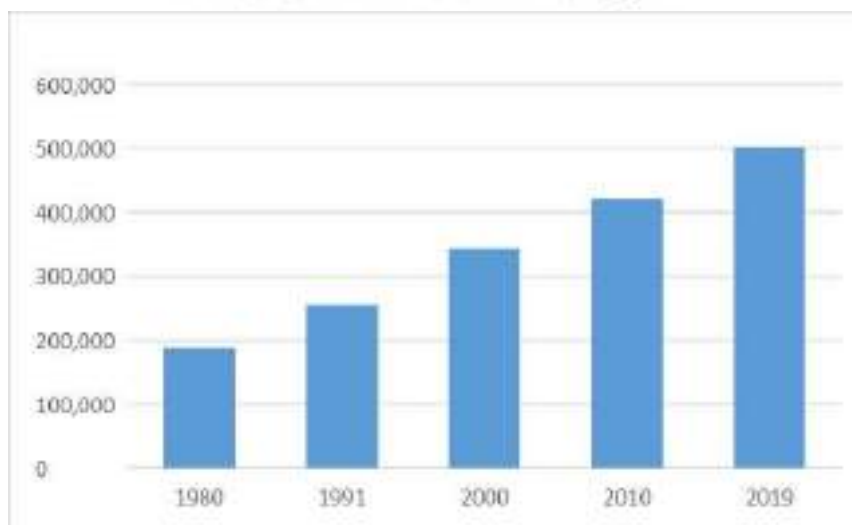


Imagem 61: Gráfico da evolução populacional de Florianópolis entre 1980 e 2019. Fonte: IBGE – Censos de 1980, 1991, 2000 e 2010; e Estimativa de 2019.

Tabela 2: Taxa de crescimento anual (%).

Período	Taxa de crescimento
1980 – 1991	2,12
1991 – 2000	2,81
2000 – 2010	2,31
2018 – 2019	1,62

Fonte: IBGE – Censos de 1980, 1991, 2000 e 2010; e Estimativa de 2019.

De acordo com dados do censo demográfico de 2010, a região norte da ISC (Distritos de Santo Antônio de Lisboa, Ratonos, Canasvieiras, São João do Rio Vermelho, Ingleses do Rio Vermelho e Cachoeira do Bom Jesus) é a segunda mais ocupada do município. Sua população compunha-se por 107.950 habitantes, o que representa 24,6% da população total.

Esta região teve sua ocupação intensificada a partir da execução e pavimentação da rodovia SC-401, na década de 1970. Constituindo-se no “eixo estruturador e de interligação” de importantes localidades do município (SUGAI, 1994). Esta rodovia continua sendo relevante no processo de expansão em direção ao norte, pois houve significativo aumento do número de empresas de tecnologia que se instalaram ao longo da via, bem como de outros setores comerciais e de serviço, e até mesmo o centro Administrativo do Estado de Santa Catarina. Em Canasvieiras, destaca-se o Sapiens Parque, um parque de inovação, sendo também um polo de atração da região.



6.4 Economia

De acordo com o estudo “Região de Influência das Cidades”, elaborado no ano de 2007 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, na hierarquia de centros urbanos brasileiros, a cidade de Florianópolis é considerada uma Capital Regional de nível A, exercendo forte influência regional nas cidades do entorno.

No município de Florianópolis o setor terciário é o mais representativo, em 2016, participou com 73,54% do PIB (considerando a administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social). O setor primário tem uma ínfima participação no valor adicionado bruto a preços correntes, correspondeu a 0,24%; e o setor secundário participou com 8,95%, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3: Produto Interno Bruto (PIB) – por mil.

Atividade econômica	Valor adicionado bruto a preços correntes	Participação (%)
Agropecuária	44.996,24	0,24
Indústria	1.671.095,26	8,95
Serviços – exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	11.358.504,37	60,88
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	2.362.517,38	12,66
Impostos líquidos de subsídios sobre produtos a preços correntes	3.220.043,38	17,25
Total	18.657.157,00	

Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios, 2016.

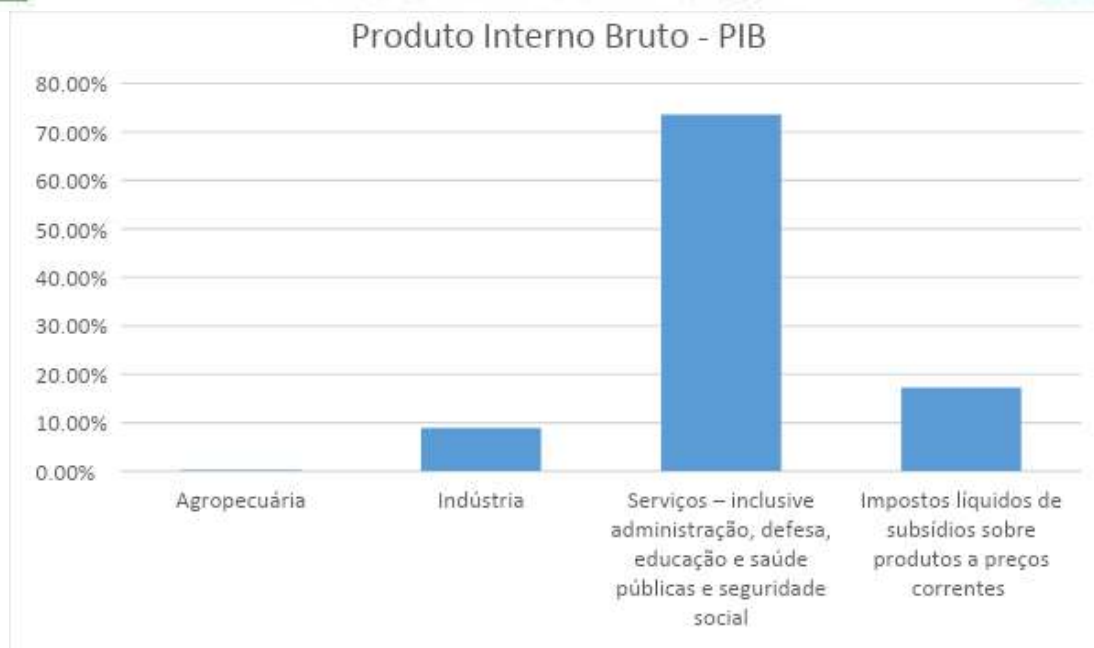


Imagem 62: PIB a preços correntes (2016). Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios, 2016.

Florianópolis possui o 3º maior PIB do estado, ficando atrás apenas de Joinville e Itajaí, e o 45º do Brasil (IBGE, 2016). Dentre as principais atividades econômicas do município estão: serviços ligados à tecnologia e desenvolvimento, responsável por mais de 45% do PIB do município; o turismo, com a chegada de turistas nacionais e internacionais durante o verão, e o uso da infraestrutura turística instalada nos períodos de baixa temporada; e a indústria pesqueira, sobretudo a produção de frutos do mar, com 70% da produção de ostras do país.

Nos dados publicados pelo Ministério do Trabalho no ano de 2019, o Município registrou 183.153 empregos formais, embora seja um número 33% menor que o registrado em 2015 (Tabela 4), ainda assim exerce grande atratividade espacial quando comparado aos municípios da Região Metropolitana onde está inserido. Diariamente, milhares de pessoas se deslocam dos municípios vizinhos para atividades de trabalho, comércio, acesso a serviços, entre outras. Vale lembrar também que por ser sede do governo estadual, o município concentra grande quantidade de órgãos públicos de todas as esferas, bem como as universidades federal e estadual. Desta forma, o setor público absorve parcela significativa de mão-de-obra do município e da região metropolitana.

Tabela 4: Número de empregos formais no município de Florianópolis.

Ano	Quantidade
2010	254.222
2011	262.179
2012	270.709



2013	277.741
2014	288.505
2015	277.290

Fonte: Ministério do Trabalho.

Nas comunidades do entorno do Maciço Norte percebe-se diferentes atividades econômicas. Os bairros Itacorubi, Saco Grande e Monte Verde possuem uso misto, pois são residenciais e também concentram atividades de comércio e prestação de serviços, a exemplo da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), no Itacorubi, e do Floripa Shopping, no Saco Grande, bem como diversos empreendimentos comerciais ao longo da SC-401, nos bairros Monte Verde, Saco Grande e Distrito de Santo Antônio de Lisboa. O Distrito de Ratoles possui um quadro ambiental relativamente conservado, com significativa presença de mata densa, capoeira e capoeirinha. Ainda é presente na região atividades agrícolas como criação de gado e plantações de hortaliças, além de atividades voltadas ao ecoturismo. As localidades de Vargem Grande e Vargem Pequena também apresentam áreas rurais com atividades voltadas para agricultura e pastagem.

As localidades de Ponta das Canas, Praia da Lagoinha do Norte, Praia Brava, Cachoeira do Bom Jesus e Ingleses são balneários em que predominam as atividades de comércio e serviços, sobretudo voltados ao turismo durante a temporada de verão. Nestas localidades boa parte da população é flutuante, com a presença de imóveis de veraneio ou destinados à locação. Em algumas localidades do Distrito de São João do Rio Vermelho, além das atividades econômicas do setor terciário, há também atividades rurais, como pastagens e cultivo agrícola, além do agroturismo.

6.5 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é utilizado para comparação entre os países, com objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. Este índice é calculado com base em dados econômicos e sociais. O IDH varia entre 0 (nenhum desenvolvimento humano) e 1 (desenvolvimento humano total). Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país. Este índice também é usado para apurar o desenvolvimento de cidades, estados e regiões. No cálculo do IDH, são computados os seguintes fatores: educação (taxas de alfabetização e escolarização), longevidade (expectativa de vida da população) e renda (PIB per capita).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Florianópolis, em 2010, foi de 0,847 (Tabela 5), o melhor de todas as capitais de estados brasileiros e o terceiro melhor do País. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,873, seguida de Renda, com índice de 0,870, e de Educação, com índice de 0,800 (Tabela 6).



Tabela 5: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de Florianópolis.

Ano	IDH
1991	0,681
2000	0,766
2010	0,847

Fonte: IBGE Cidades

Tabela 6: Longevidade, mortalidade e fecundidade.

	M/2010	H/2010
Esperança de vida ao nascer	81,4	73,3
Mortalidade infantil	10,2	11,4
Mortalidade até 5 anos de idade	11,5	12,8
Taxa de fecundidade total	1,2	

Fonte: Atlas Brasil

6.6 Fragilidades ambientais

Neste item são apresentadas as principais ameaças que incidem sobre o espaço pretendido para criação do REVIS Meieimbepe e que justificam a criação da mesma, a fim de avaliar o nível de pressão no qual os ecossistemas, as espécies, o patrimônio histórico e cultural e os serviços ecossistêmicos estão submetidos e atuar na prevenção e possível erradicação dos mesmos em curto, médio e longo prazo.

- Área de fácil acesso
- Insuficiência de proteção do espaço
- Insuficiência de instrumentos que permitam recursos financeiros e pessoais para a gestão do espaço
- Fiscalização insuficiente
- Processo de educação ambiental fraco
- Pouco estímulo ao conhecimento científico da biodiversidade local
- Pouca informação à sociedade sobre a importância do espaço
- Fragilidade dos ecossistemas
- Presença de espécies e populações de espécies em situação de fragilidade



- Presença de plantas exóticas invasoras
- Presença de animais domésticos
- Realização de atividades incompatíveis com a importância do espaço
- Presença de caçadores
- Coleta de plantas nativas
- Presença de fogo
- Desmatamento
- Resíduos sólidos
- Criação de gado
- Especulação imobiliária
- Presença de estradas
- Poluentes atmosféricos
- Poluição sonora
- Deslizamento de terra
- Usos desordenados dos espaços públicos além de sua capacidade de carga

6.7 Potencialidades ambientais

Neste item são apresentadas as principais potencialidades inerentes ao espaço pretendido para criação do REVIS Meimbepe e que justificam sua criação a fim de proteger os ecossistemas, as espécies, o patrimônio histórico e cultural e os serviços ecossistêmicos em longo prazo.

- Elevada biodiversidade com possível presença de endemismos
- Presença de espécies raras e ameaçadas de extinção (canela-preta, paca, macuco, araponga, saíra-sapucaia, entre outras)
- Ecossistemas de grande relevância ecológica (ambientes singulares e de alta biodiversidade)
- Presença de remanescentes em bom estado de conservação de floresta ombrófila densa
- Conservação de importantes nascentes
- Rico banco genético de flora e fauna
- Área de nidificação, alimentação e descanso de uma grande quantidade de espécies da fauna da Mata Atlântica (residentes e migratórias)
- Garantia efetiva de preservação de remanescentes do bioma Mata Atlântica
- Recuperação efetiva da flora e fauna da Ilha
- Aspectos culturais e grande acervo de inscrições rupestres
- Manutenção de beleza cênica ímpar
- Estabelecimento de equipe responsável pela gestão da unidade
- Identificação de atores chave que possuem relação com a unidade
- Possibilidade de parceria e convênio com diversas entidades (ONGS, associação de moradores, setor privado, universidades)
- Possibilidade de parcerias com outras esferas do poder público para realizar fiscalização (polícia ambiental, icmbio, defesa civil, entre outras)
- Presença de pesquisadores na área e desenvolvimento de conhecimento científico sobre aspectos naturais, sociais e culturais



- A forma como está sendo colocada esta discussão hoje, envolvendo todas as partes interessadas na sua criação e futura implementação
- Dispor de área física para a instalação de infra-estrutura necessária à efetivação da UC
- Área com potencial para desenvolver educação ambiental e melhorar o conhecimento e o comportamento da população sobre a importância da área a ser preservada, bem como os serviços ecossistêmicos
- Proteção integral frente ao turismo desordenado do entorno
- Realização de atividades relacionadas ao turismo ecológico e cultural
- Colaboração para o desenvolvimento sustentável da região de entorno

6.8 Serviços ecossistêmicos e benefícios com a criação da UC

As unidades de conservação no Brasil se constituem como a principal ferramenta para manutenção de ecossistemas, suas funções e processos, em locais que abrigam alta biodiversidade. Além do seu valor intrínseco, estes espaços são capazes de promover importantes serviços socioambientais e culturais, pois conservam o patrimônio natural, bem de uso comum da sociedade e onde se encontra enraizada sua identidade cultural. Além disso, podem influenciar positivamente atividades econômicas de comunidades que vivem dentro ou no seu entorno, mas para isso se concretizar é preciso esforços integrados e constantes.

Os serviços ecossistêmicos são os benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas direta e indiretamente e estão classificados em quatro categorias: 1. Suporte (habitat, formação do solo e ciclagem de nutrientes); 2. Provisão (alimento, água, matéria prima, recursos genéticos); 3. Regulação (clima, polinização de plantas, controle de doenças); 4. Culturais (recreação, paisagem, religiosa e espiritual) (MEA, 2005).

No espaço pretendido para criação do REVIS Meiembipe foram identificados três ecossistemas principais: a restinga, o costão rochoso e a floresta ombrófila densa, sendo este último o mais representativo em termos de área.

A partir dos ecossistemas mapeados, foi possível identificar dezesseis serviços ecossistêmicos, sendo dois de suporte, quatro provisão, oito de regulação e dois culturais, além de sete atores beneficiados (Tabelas 7, 8 e 9).

Tabela 7: Serviço ecossistêmicos da Floresta Ombrófila Densa no REVIS Meiembipe, classificados em suporte, provisão, regulação e cultural.

Sistema	Classe	Serviço	Atores	Usos e Benefícios
	Suporte	Diversidade de habitat / Produção de matéria orgânica	-	-



Floresta Ombrófila Densa	Provisão	Biomassa (madeira)	Instituições de ensino/Comunidade local	Coleta
	Regulação	Ciclagem de nutrientes / Balanço hídrico / Clima / Proteção do solo	Comunidade local	Fixação de encostas/Abastecimento de água/Qualidade do ar
	Cultural	Paisagem/Processo histórico	Setor turístico/Instituições de ensino/Comunidade local	Ecoturismo/Turismo contemplativo/Educação ambiental/Lazer

Fonte: Base de dados do Laboratório de Gestão Costeira Integrada – UFSC

Tabela 8: Serviço ecossistêmicos da Restinga no REVIS Meiembipe, classificados em suporte, provisão, regulação e cultural.

Sistema	Classe	Serviço	Atores	Usos e Benefícios
Restinga	Suporte	Diversidade de habitat/Produção de matéria orgânica	-	-
	Provisão	Biomassa (madeira)	Instituições de ensino/Comunidade local	Coleta
	Regulação	Estabilização do solo/Balanço hídrico/Fixação do sistema de dunas	-	-
	Cultural	Paisagem/Processo histórico	Instituições de ensino/IPHAN	Patrimônio arqueológico (sambaquis)

Fonte: Base de dados do Laboratório de Gestão Costeira Integrada – UFSC

Tabela 9: Serviço ecossistêmicos do Costão Rochoso no REVIS Meiembipe, classificados em suporte, provisão, regulação e cultural.

Sistema	Classe	Serviço	Atores	Usos e Benefícios
	Suporte	Diversidade de habitat	-	-



Costão Rochoso	Provisão	Berçário natural/Estoque de mariscos	Comunidade local/Setor gastronômico local/Coletores e pescadores	Coleta artesanal/Pesca
	Regulação	Abrigo físico/proteção costeira	Setor pesqueiro/Comunidade local/Setor de turismo	Segurança à navegação e fundeio/proteção de linha de costa
	Cultural	Paisagem/Processo histórico	Instituições de ensino/IPHAN	Comunidade local/Instituições de ensino/IPHAN/Operadoras de mergulho/Turistas

Fonte: Base de dados do Laboratório de Gestão Costeira Integrada – UFSC

6.9 Visitação pública, ecoturismo e pesquisa científica

Como já foi informado, na UC com categoria de Refúgio de Vida Silvestre é prevista a visitação pública. Esta característica, de certa forma, é um potencial importante para a unidade, visto que amplia seu horizonte de usos, quando em acordo com seus objetivos. No entanto, quando se apresenta a característica de uso público, não quer dizer que as áreas de domínio privado estarão abertas ao público. Não é esse o objetivo e propósito. Isso significa que locais de uso público já consagrados receberão maior controle e gestão. Além de que, na medida em que for realizado o zoneamento da UC na elaboração de seu plano de manejo, as áreas sensíveis devem ser resguardadas do uso público intensivo.

Ao mesmo tempo que neste estudos de elaboração do plano de manejo se verifique os variados potenciais para o ecoturismo no interior e entorno da UC, visando a qualificação do turismo nas comunidades do entorno.

Da mesma forma, como o próprio conhecimento científico estará oferecendo as bases para a ordenação dos usos da UC na elaboração técnica de seu plano de manejo, a pesquisa científica será sempre um objetivo a ser estimulado.

6.10 Valorização de patrimônio histórico cultural

Segundo a Constituição Federal de 1988, Art. 216, “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, ecológico e científico, entre outros, são expressões do patrimônio cultural encontrados na área do REVIS Municipal Meimbipe. Logo, a valorização desses sítios



constitui o auto-reconhecimento dos grupos em torno da UC como referência à memória e identidade da atual sociedade florianopolitana.

A capital catarinense conta, atualmente, com mais de 250 sítios arqueológicos já conhecidos. Desses, 4 (quatro) na área do REVIS Municipal Meimbipe, todos no Morro das Feiticeiras, próximos do costão rochoso. São de 3 (três) tipos os sítios registrados na região, todos do período pré-colonial: sambaqui, oficina lítica e inscrições rupestres. O acesso a todos ocorre pela Trilha da Feiticeira, cujo nome é oriundo da ponta homônima existente no morro. Não se sabe qual das 3 (três) populações, dos primeiros habitantes da ISC, é a responsável pelas oficinas líticas e inscrições rupestres. Já os montes de conchas que formam, grosso modo, os sambaquis são relacionados à população dos pescadores, caçadores e coletores, a primeira a instalar-se na Ilha, cerca de 5000 anos atrás.

Entre os sítios históricos, aqueles do período posterior à chegada dos navegadores e colonizadores europeus, a partir do início do século XVI, destacam-se, na área do REVIS Municipal Meimbipe os do tipo domésticos e comerciais/produtivos a partir da ocupação da região pelos colonizadores açorianos em torno das antigas freguesias, como a da Lagoa, fundada em 1750. Ruínas de antigos engenhos de açúcar e mandioca, alambique e de habitações são encontradas ao longo do maciço centro-norte, como o Sobrado de Dona Loquinha, cuja construção, feita por escravos, é atribuída aos anos de 1780. As ruínas desses engenhos e alambiques são testemunhas de um modo de vida que perdurou aproximadamente 200 anos na Ilha, sendo então um importante elemento da memória local.

O Patrimônio espeleológico da ISC é admirável em termos ecológicos e científicos. Na área do REVIS Municipal Meimbipe encontra-se a maior caverna de matacões graníticos de Florianópolis, provavelmente de toda a região sul do país, lar de uma espécie de peixe ameaçada de extinção, localizada apenas na Ilha, em outro ponto, e num curso de água no estado de São Paulo (SATO *et al.*, 2018). Como valor científico cita-se também a descoberta de novo táxon realizado em 03 cavernas da região do Saco Grande por meio de estudo espeleológico (SATO *et al.*, 2018). Somado a isso, a ocorrência de 41 cavernas, todas do tipo de matacões, revela um grande valor espeleológico das cavernas situadas no maciço centro-norte da Ilha.

Por fim, como patrimônio cultural é importante citar os diferentes fazeres adquiridos ao longo do tempo envolvendo usos de espécies vegetais encontradas no maciço centro-norte para a produção de remédios, construções, etc. Além deles destaca-se no REVIS Municipal Meimbipe o valor folclórico, como no caso da “Luz do Bota”, oriunda da Ponta do Bota, no Morro do Rapa. No sopé do mesmo morro também encontra-se a gruta (da bruxa) Suzara, mais conhecida hoje como Gruta da Praia Brava. Na década de 50, do século passado, o folclorista Franklin Cascaes recolheu histórias de bruxas da ISC, uma delas envolvendo um congresso bruxólico ocorrido numa pedra no costão da Ponta da Feiticeira.

A diversidade do patrimônio cultural do REVIS Municipal Meimbipe é tão vasta como a sua área. Sua valorização, com a criação da UC, reforça o auto-reconhecimento dos grupos locais como herdeiros e fomentadores da identidade regional em torno do maciço centro-norte da ISC.



6.11 Participação social e proteção ambiental

As unidades de conservação podem ser uma ferramenta bastante eficaz na proteção ambiental. Hoje em dia, são o instrumento mais efetivo no que tange a conservação da biodiversidade, visto que protegem as espécies nelas existentes da perda de habitat, fator que mais ameaçam-nas (FERRETTI, 2013, p.35). Mas, para que ocorra de forma plena, é fundamental que a sociedade que vive no seu interior, ou entorno, participe de sua implementação. O processo se inicia já com o entendimento e debates na importância da conservação no processo de criação da UC, porém é preciso ir além. Neste sentido, isso pode ser catalisado pelo conselho gestor da UC, cujo grupo deve colaborar ativamente na elaboração do plano de manejo e tem a finalidade de ponte com a sociedade de modo geral, buscando que esta participe das diretrizes e ações da Unidade.

Após a elaboração do plano de manejo, é preciso que seus programas sejam efetivados, e a participação do conselho gestor neste processo é fundamental. Um desses programas deve ter como centralidade a educação ambiental enquanto ferramenta ampliadora de consciências, que deve atuar tanto com as associações da sociedade civil quanto em escolas do entorno de modo que estas vejam a unidade como parte integrante da comunidade e seus processos pedagógicos.

6.12 Importância e implementação de corredores ecológicos

Os corredores ecológicos efetuam as conexões entre fragmentos de vegetação natural que persistem na paisagem. Estes fragmentos são áreas relativamente homogêneas que diferem-se da matriz que as cercam. Uma mancha de paisagem se difere da matriz circundante, formando fragmentos na paisagem, e podem ser referidas como uma mancha de baixa qualidade ou de alta qualidade dependendo de sua cobertura vegetal, qualidade da planta e composição específica (ODUM & BARRET, 2008). A conectividade é essencial para a troca de matéria, podendo ser influenciada pelas características da matriz, cujas características determinam a facilidade de se estabelecerem corredores (FORMAN; GODRON, 1996; FORMAN, 1995; MÚGICA DE LA GUERRA *et al*, 2002). Portanto, corredores ecológicos, conectam (de forma natural ou planejada), duas ou mais manchas de paisagem.

Os corredores são estratégias para a conservação indo além do paradigma de “ilhas”, que constituem o mosaico da paisagem na ISC. Através dos corredores pode-se ter um manejo integrado de fragmentos de vegetação. A faixa de vegetação dos corredores possibilita a ligação entre fragmentos de vegetação separados, sobretudo pela atividade humana (GÓES, 2015).

O adensamento urbano nas áreas já ocupadas vem restringindo ainda mais o fluxo dos corredores naturais se estes não forem garantidos por uma legislação, enquanto isso, há ocupação urbana de novas áreas, na sua maioria, áreas de APP, principalmente no Norte da ISC.

O isolamento aumenta os cruzamentos entre árvores com parentesco próximo, e as novas gerações são mais pobres geneticamente, e, portanto, mais vulneráveis à extinção (ZOLNERKEVIC, 2010). É importante que haja conectividade entre os fragmentos de



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS

vegetação e os ecossistemas próximos, para que se mantenha a biodiversidade não só no Maciço Norte, mas também na ISC num todo. Além de garantia de fluxo gênico, os corredores servem de refúgio para a fauna quando ocorrem perturbações.

Os corredores ecológicos como instrumento estão previstos na legislação brasileira desde 1993, quando o Decreto nº 750, que dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica proibiu a exploração de vegetação que tenha por função formar corredores de remanescentes de vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração (VERONESE, 2009). A Resolução CONAMA nº 9/96 estabelece parâmetros e procedimentos para identificação e proteção de corredores ecológicos

Já a lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), impõe em seu Art. 25 que as Unidades de Conservação devem possuir uma zona de amortecimento e quando conveniente, corredores ecológicos

Portanto, existe um aparato legal para a criação desses corredores de biodiversidade e se faz necessário e urgente a conectividade dos remanescentes florestais da ISC, principalmente do Maciço Norte conectando-se com o restante da Ilha através do Maciço Central e outros habitats como restingas e manguezais.

Esses corredores ecológicos podem ser delimitados na construção do Plano de Manejo tão logo se crie a Unidade de Conservação.



7. Proposta preliminar

7.1 Da categoria de manejo: Refúgio de Vida Silvestre Municipal Meimbipe

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, Lei Federal Nº 9985/2000, define dois Grupos de unidades de conservação para serem validadas no sistema e assim cadastradas no cadastro nacional de UCs, CNUC, do Ministério do Meio Ambiente. Os Grupos são de Proteção Integral e de Uso Sustentável

As unidades de proteção integral, que são cinco categorias de manejo, têm como objetivo básico a proteção da natureza. Estação Ecológica, Reserva Biológica e Parque tem que ser de domínio público. Parque, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre permitem a visitação pública, diferindo de Estação Ecológica, Reserva Biológica, que são mais restritivas. Porém, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre diferem da categoria Parque, visto que são categorias de UC que podem ser constituídas por propriedades particulares. Além disso, no caso do conceito do grupo de Proteção Integral onde estabelece que não serão permitidos usos diretos neste grupo, ressalta-se a ressalva das exceções previstas na lei, e estas exceções estão vinculadas no caso de Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre

Deste modo, analisando o atual zoneamento da poligonal proposta, zoneamento de Áreas de Preservação Permanente, com rica hidrografia, acentuadas declividades e de biodiversidade biológica de grande valor ecológico para integridade da cidade, optou-se por uma categoria do Grupo de Proteção Integral.

Lei do SNUC (Lei nº 9.985/00, Art. 7º, Grupo de Proteção Integral: “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção os casos previstos nesta lei”.

Observando as categoria do Grupo de Proteção Integral e os objetivos da proposta e seu contexto, entende-se que a categoria de manejo Refúgio de Vida Silvestre é a categoria mais adequada. Pois reforça a proteção na salvaguarda do Patrimônio Natural, ao mesmo tempo que visa com a visitação públicas, em espaços destinados a partir de planejamento, o envolvimento social e econômico com a paisagem natural, ampliando a consciência no sentido da sua conservação e benefícios. Além de não criar uma unidade que pode vir a causar uma pressão fundiária no seu processo de implementação. De modo geral foram esses os elementos que foram trabalhados para apresentação desta categoria de manejo como a mais adequada durante as consultas públicas.

Refúgio de Vida Silvestre é uma categoria de manejo de unidade de conservação da natureza do Grupo de Proteção Integral, contudo pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários (Lei 9.985/2000 - SNUC, Art. 13, § 1º).

Art. 13. O Refúgio de Vida Silvestre tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.



§ 1o O Refúgio de Vida Silvestre pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

§ 2o Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Refúgio de Vida Silvestre com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3o A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 4o A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

Diz ainda o SNUC que nas áreas particulares localizadas em Refúgio de Vida Silvestre podem ser criados animais domésticos e cultivadas plantas considerados compatíveis com as finalidades da unidade, de acordo com o que dispuser o seu Plano de Manejo (Art. 31, § 2º).

Uma vez que o Refúgio de Vida Silvestre se enquadra como unidade de conservação da natureza do grupo de proteção integral, a área da unidade de conservação, uma vez instituída, passa a ser considerada zona rural, para os efeitos legais (Art. 49). Nesse aspecto importante destacar que as propriedades privadas mantidas no interior do REVIS poderão ser beneficiadas com redução de tributos, visto deixariam de ter a taxação como área urbana, ou até mesmo serem beneficiadas com a isenção de tributos sobre aquelas áreas mantidas com vegetação nativa conservada.

Um dos critérios norteadores da delimitação do polígono proposto para o REVIS Meimbipe foi a inclusão dos espaços que abrigam remanescentes da Mata Atlântica que se encontram zoneados como área de preservação permanente (APP) pela atual legislação municipal. O regramento das APPs foi dado pela lei federal 12.651/2012 (Lei de Proteção da Vegetação Nativa), e prevê que a utilização dos espaços de APP se darão nos casos de Utilidade Pública, Interesse Social e atividades eventuais de baixo impacto. Importante destacar que a abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias à travessia de um curso d'água, ao acesso de pessoas e animais para a obtenção de água ou à retirada de produtos oriundos das atividades de manejo agroflorestal sustentável; a implantação de instalações necessárias à captação e condução de água, bem como de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo, a construção e manutenção de cercas na propriedade, a pesquisa científica relativa a recursos ambientais, a coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência e produção de mudas, como sementes, castanhas e frutos, o plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produtos vegetais, desde que não implique supressão da vegetação existente nem prejudique a função ambiental da área, e a exploração agroflorestal e manejo florestal sustentável, comunitário e familiar, incluindo a extração de produtos florestais não madeireiros, desde que não descaracterizem a cobertura vegetal nativa existente nem prejudiquem a função ambiental da área são todas elencadas na lei 12.651/2012 como atividades eventuais de baixo impacto.



Após avaliados os requisitos legais pertinentes ao regime das APPs, verifica-se que um futuro plano de manejo do REVIS Meieimbipe poderá abrir uma perspectiva de uso ordenado dos espaços das propriedades privadas, com a anuência dos proprietários, inseridas nos seus limites, ensejando uma salutar consolidação de práticas econômicas efetivamente sustentáveis. Aqui destacamos notadamente aquelas associadas ao turismo de base comunitária com enfoque ecológico, rural, de aventura, cultural e educativo, associado a práticas agroflorestais que concorram para a manutenção e melhoria da qualidade da cobertura vegetal nativa.

Outros dispositivos da Lei 12.651/2012 mostram-se igualmente relevantes, um deles é a admissão do cômputo das Áreas de Preservação Permanente no cálculo do percentual da Reserva Legal do imóvel (Art. 15), outro a instituição da Cota de Reserva Ambiental - CRA, título nominativo representativo de área com vegetação nativa, existente ou em processo de recuperação (Art. 44), bem como a possibilidade de compensação da Reserva Legal (Art. 66), que poderá ser feita mediante a aquisição de Cota de Reserva Ambiental – CRA. A partir destes dispositivos, uma vez efetivada a criação do REVIS Meieimbipe, os proprietários dos imóveis situados nos seus limites e que resguardam remanescentes de Mata Atlântica poderão gerar Cotas de Reserva Ambiental, comercializando-as com proprietários rurais que tenham déficit de vegetação para regularização ambiental. Com a aquisição destas Cotas de Reserva Ambiental é possível fazer então a compensação da área de reserva Legal e garantir assim a inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural. Essa é uma alternativa concreta, já disponibilizada na legislação vigente, e que poderá se constituir num ganho real para aqueles que recuperaram e conservam suas florestas, agora inseridas numa Unidade de Conservação da Natureza.

Importante ainda destacar que a Lei nº 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica) prevê que a conservação, em imóvel rural ou urbano, da vegetação primária ou da vegetação secundária em qualquer estágio de regeneração do Bioma Mata Atlântica cumpre função social e é de interesse público, podendo, a critério do proprietário, as áreas sujeitas à restrição de que trata esta Lei ser computadas para efeito da Reserva Legal e seu excedente utilizado para fins de compensação ambiental ou instituição de Cota de Reserva Ambiental – CRA (Art. 35).

Cabe ainda frisar que a Lei da Mata Atlântica define que neste Bioma, é livre a coleta de subprodutos florestais tais como frutos, folhas ou sementes, bem como as atividades de uso indireto, desde que não coloquem em risco as espécies da fauna e flora (Art. 18), e que o corte, a supressão e o manejo de espécies arbóreas pioneiras nativas em fragmentos florestais em estágio médio de regeneração, em que sua presença for superior a 60% (sessenta por cento) em relação às demais espécies, poderão ser autorizados pelo órgão estadual competente (Art. 28).

Entendemos que a criação do REVIS Meieimbipe, além do seu inquestionável valor ambiental, também poderá abrir uma nova perspectiva de uso sustentável dos recursos naturais da Mata Atlântica, estimulando e valorizando aqueles que detêm em suas propriedades fragmentos florestais bem conservados, além de poder ser forte aliado na implementação do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica.



7.2 Da denominação: Meimbipe

Quanto a denominação da unidade se chegou a cogitar nomeá-la com o nome de uma espécie de fauna abrigada neste remanescente florestal. Como o Macuco (*Tinamus solitarius*) fotografado na região da UCAD recentemente, pelo Projeto Fauna Floripa. Assim reforçando o aspecto da conservação da biodiversidade como objetivo fundante da proposta.

No entanto, foi discutido e se entendeu que deveríamos acompanhar o que orienta a lei no sentido de verificar a existência de um topônimo de origem indígena para a área em questão. E neste sentido que surgiu Meimbipe, nome designado a Ilha de Santa Catarina pelos indígenas que habitavam a região quando da chegada dos navegadores europeus, que significa montanhas ao longo do mar, da costa. O Decreto federal N° 4349/ 2002 que regulamenta a lei do SNUC, estabelece:

Art. 3º A denominação de cada unidade de conservação deverá basear-se, preferencialmente, na sua característica natural mais significativa, ou na sua denominação mais antiga, dando-se prioridade, neste último caso, às designações indígenas ancestrais.

Mesmo havendo controvérsias históricas, o historiador Oswaldo Cabral, informa em sua História de Santa Catarina “... dada à que os aborígenes chamavam de Meimbipe e que seria a ilha de Santa Catarina”.

Pretendemos assim, com a escolha deste nome, cumprir a legislação e estarmos. a Cidade, homenageando seus antigos habitantes, os Guarani, hoje também são habitantes da região.



Imagem 63: Ilustração da chegada dos franceses por Kurt G. Hermann, 1920. Fonte: Museu Histórico Municipal de São Francisco do Sul.

Ainda é de relevância ressaltar acerca da nomeação, a passagem presente no livro A Fundação de Florianópolis, do notável e saudoso intelectual Evaldo Pauli., “Para os



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público.

§ 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

§ 3º No processo de consulta de que trata o § 2º, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas. (...)

E no seu dispositivo regulamentador, o Decreto Federal n. 4.340/2002:

Art. 4º Compete ao órgão executor proponente de nova unidade de conservação elaborar os estudos técnicos preliminares e realizar, quando for o caso, a consulta pública e os demais procedimentos administrativos necessários à criação da unidade.

Deste modo, além da conformidade e necessidade legal, entendeu-se que esse procedimento teria como objetivo buscar críticas e sugestões para aprimorar a proposta, transcendendo a uma atividade meramente proforma.

A partir disso, estabeleceu-se um cronograma com previsão de 06 (seis) consultas públicas (Imagem 65), organizadas e distribuídas de forma a abranger todas as comunidades do entorno da UC a partir da poligonal inicialmente proposta. Procedeu-se com a devida publicidade, por meio de diversos veículos de mídia (sites da internet, diário oficial do município, televisão, entre outros), ofícios e convites através das redes sociais (Imagens 65-67).

Data	Local	Endereço	Bairros abrangidos
02 de março de 2023 às 19h00	EBM Luiz Cândido Luz	Rod. Armando Celli Baloi, s/n - Vargem Grande	Vargem Grande, Vargem do Bom Jesus e Cachoeira do Bom Jesus
03 de março de 2023 às 19h00	ES Osvaldo Machado	Av. Luís Eulálio Plaza, 6562 - Ponta das Canas	Ponta das Canas, Lagoeira de Ponta das Canas e Praia Brava
04 de março de 2023 às 19h00	ES Morandina Mestizo Zefirino	Serviço Três Marias, 1072 - Ingleses	Ingleses e Rio Vermelho
05 de março de 2023 às 19h00	Escola Desdobrada da Costa da Lagoa	Caminho geral da Costa da Lagoa, parte 16	Costa da Lagoa, Canto dos Anjos e Lagoa da Cerejeira
09 de março de 2023 às 19h00	ES Cecília Maria de Costa	Rod. Virgílio Várzea, 2507 - Saco Grande	Saco Grande, Morro Verde e Itaconubi
10 de março de 2023 às 19h00	ES Mílacio Costa	Est. João Januário da Silva, 5895 - Estorões	Estorões, Vargem Pequena e São Antônio do Hélio

Imagem 65: Imagem da divulgação da agenda das consultas públicas veiculadas nos canais de comunicação (whatsapp, mídias sociais, sites de jornais locais e sites da PMF).



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Feipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS

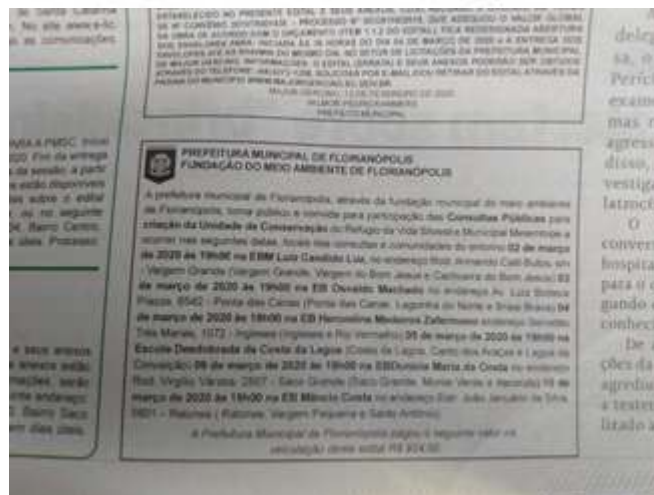


Imagem 66: Publicação em jornal local. Fonte: Notícias do Dia, 14/02/2020.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE FLORIANÓPOLIS

COMUNICADO - A prefeitura municipal de Florianópolis, através da fundação municipal do meio ambiente de Florianópolis, torna público e convida para participação das **Consultas Públicas** para criação da **Unidade de Conservação** do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Meimbepe a ocorrer nas seguintes datas, locais das consultas e comunidades do entorno:**02 de março de 2020 às 19h00 na EBM Luiz Candido Luz**, no endereço Rod. Armando Calil Bulos, s/n - Vargem Grande (Vargem Grande, Vargem do Bom Jesus e Cachoeira do Bom Jesus).**03 de março de 2020 às 19h00 na EB Osvaldo Machado** no endereço Av. Luiz Boiteux Piazza, 6542 - Ponta das Canas (Ponta das Canas, Lagoinha do Norte e Braia Brava).**04 de março de 2020 às 19h00 na EB Herondina Medeiros** endereço Servidão Três Marias, 1072 - Ingleses (Ingleses e Rio Vermelho).**05 de março de 2020 às 19h00 na Escola Desdobrada da Costa da Lagoa** (Costa da Lagoa, Canto dos Araças e Lagoa da Conceição).**09 de março de 2020 às 19h00 na EBDonícia Maria da Costa** no endereço Rod. Virgílio Várzea, 2507 - Saco Grande (Saco Grande, Monte Verde e Itacorubi).**10 de março de 2020 às 19h00 na EB Mâncio Costa** no endereço Estr. João Januário da Silva, 5801 - Ratoões (Ratoões, Vargem Pequena e Santo Antônio)

Imagem 67: Publicação no Diário Oficial do Município em 14/02/2020.

8. Proposta final

8.1 Da participação comunitária

Fazendo-se uma análise geral das consultas públicas, a proposta de criação do REVIS Meiembipe foi bem recebida pelas comunidades. De modo geral, as comunidades expressaram suas dificuldades e anseios em relação a conservação ambiental, especialmente em relação à ausência do poder público como um grande agravante para a perda da qualidade ambiental. No entanto, muitas falas foram enfáticas na defesa da proposta e no entendimento dos seus benefícios.

Houve manifestações pontuais de discordâncias quanto aos limites da UC por alguns proprietários de áreas, porém, mesmo buscando-se uma explicação detalhada por parte da equipe técnica, em alguns casos não houve convencimento. Importante em relação a isso mencionar que o consenso é um lugar de difícil acesso, e o que se busca com a criação de uma UC é o bem maior para a coletividade, por meio da garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

Houve também muitas sugestões no sentido de aprimorar a proposta, que foram registradas, analisadas e, quando consideradas viáveis pela equipe técnica, incorporadas.

O conjunto das informações registradas (respectivas listas de presença e atas de cada consulta), bem como imagens relacionadas às atividades realizadas nas comunidades são apresentadas a seguir na sequência em que as consultas públicas foram realizadas (Vargem do Bom Jesus, Ponta das Canas, Ingleses, Costa da Lagoa, Saco Grande e Ratonas):

- **Consulta Pública Bairro Vargem do Bom Jesus (02 de março de 2020)**



Imagens 68 e 69: Fotografias da consulta pública realizada na EBM Luiz Candido da Luz abrangendo as comunidades da Vargem do Bom Jesus, Vargem Grande e Cachoeira do bom Jesus - 02/03/2020.

Segue a lista de presença e respectiva ata da consulta:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Feipe Schmidt, 1320 - 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
Departamento de Unidades de Conservação - DEPUC
Rod Francisco Thomas dos Santos, SC 408, nº 3150
CEP 88069-280 - Armazém do Pântano do Sul - Florianópolis/SC
E-mail: fdepuc@gmail.com Fone: (48) 3237-5660 / (48) 3238-4107 CNPJ 00.909.972/0001-01



Consulta Pública para Criação da Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Melembipe

Local: EB Ponta da Barra - Vila da Barra DATA: 02/10/19

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
Carolina Augusto	DEPUC/FLORAM	-	-	
João Paulo Rocha Neto	DEPUC/FLORAM	5237-5195	FERRER@GMAIL.COM	
MAURICIANO DE LACOS	DEPUC/FLORAM	32375660	"	
Luca Moraes Soares	DEPUC/FLORAM	-	-	
Fernando dos Santos	Colégio de São João	48 999461663	fernando@igmail.com	
Albino Loureiro Costa	Pólem de São João	48 32375660	albinoloureiro@igmail.com	
Rodrigo Delgado	PRA	48 999461663	rodrigodelgado@igmail.com	
Luciano Augusto Soares	IMA-SC / DIBIO	48 999461663	luciano@igmail.com	
Raulo P. de S. de Souza	Projeto Observa - UFSC	81 999906098	raulop@projetoobserva.org.br	
Silvia D. Gomes	FLORAM/ DESREA	48 999461663	silvia@floram.org.br	
Sidney J. Guadalupe Pereira	ACMVA S / ONG MAIS UNIAO	48 996890196	sidney@acmva.org.br	
Barbara Lima Silva	UFSC	48 999461663	barbaralima@ufsc.br	
MARCIANA C. HENRIQUES	DIBIO / FLORAM	32516561	marci@floram.org.br	
Meliv Teixeira	IPUF	48 999461663	meliv@ufsc.br	
Luiz Antonio	ONG MAIS UNIAO	48 996890196	luizantonio@maisuniao.org.br	
Luiz Gustavo Medeiros	ARM-UFSC	48 999461663	luizgustavo@arm.ufsc.br	
Melissa de Melo Farias	UFSC	988036488	melissa@ufsc.br	



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Feipe Schmidt, 1320 - 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
 Departamento de Unidades de Conservação - DEPUC
 Rod Francisco Thomaz dos Santos, SC 408, nº 3150
 CEP 88086-260 - Armazém do Pântano do Sul - Florianópolis/SC
 E-mail: fdepuc@gmail.com Fone: (48) 3237-5660 / (48) 3238-4107 CNPJ 00.909.972/0001-01

2

Consulta Pública para Criação da Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Melembipe
 Local: Est. da Vig. Biológica - Vargem da Terra - Jureia DATA: 02/05/2007

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
José de Deus Medeiros	RMA	48 91607 0102	flor@melembipe.org.br	[Signature]
ARTUR DUTRA SILVA	V. GRANDE	3269 5411	artur@flor.br	[Signature]
Maria a Graça	As. Niterói	99661 0712	graca@niteroi.org.br	[Signature]
Camilla Proffers	As. Margaridas	99622 7437	camilla@flor.br	[Signature]
Ulysson Grillo	Melembipe	996 70507	ulysson@melembipe.org.br	[Signature]
Enay O. Pires	Florianópolis	99980 2461	enay@flor.br	[Signature]
Marcelo Martins Barbosa Neto	DEPUC - FLORIAN	3237 5660	flor@melembipe.org.br	[Signature]
MARIZÉIA SILVESTINI	MARIZÉIA MESSEM GRANDE	48 99159 5658	marizeia@melembipe.org.br	[Signature]
Paulo Paulo Jaski	MARIZÉIA VARGEM GRANDE	48 99136 4153	paulo@melembipe.org.br	[Signature]
Roberto Lindoso	VARGEM GRANDE	3269 4000	roberto@melembipe.org.br	[Signature]
FRANCISCA MARIA VIANA		99992 9910	francisca@melembipe.org.br	[Signature]
JOSESAURIDES PEREIRA		3269 4203	jozesa@melembipe.org.br	[Signature]
THIAGO BEHN JENSEN	V. GRANDE	3223 8530	thiago@melembipe.org.br	[Signature]
Feliciano Bortolotto DE FRANK		99997 7714	feliciano@melembipe.org.br	[Signature]
André G. Figueira	MARIZÉIA / MARGARIDAS / NITERÓI	99622 7437	andre@melembipe.org.br	[Signature]
Thaís de S. dos Santos	AM. V. G. B.	99145 6164	thais@melembipe.org.br	[Signature]
Luiz Donatti Lima	Melembipe - V. G. B.		luiz@melembipe.org.br	[Signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Feipe Schmidt, 1320 - 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
 Departamento de Unidades de Conservação - DEPUC
 Rod Francisco Thomas dos Santos, SC 406, nº 3150
 CEP 88068-280 - Armazém do Pântano do Sul - Florianópolis-SC
 E-mail: fdepuc@gmail.com Fone: (48) 3237-5660 / (48) 3238-4107 CNPJ 00.909.972/0001-01



3

Consulta Pública para Criação da Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Meiméiope
 Local: Est. Luiz Cândido da Luz - Vargem da Barragem DATA: 02/05/2020

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
Rosemeri Bendigyon	Maradona baillio VBT	981434460		
Adriana de Almeida	Maradona	984348252		
Adriana de Almeida	Est. Luiz Cândido da Luz	98133723	maradonabailio@vbt.com.br	
Yose Wilopo de Siqueira		98057607	ysiqueira@vbt.com.br	
Alina Palma Schwab	Est. Luiz Cândido da Luz	987262636	alpalma@vbt.com.br	
	Assoc. Maradona Vargem			
Aracema Zampieri	ISAS	988310200	aracema@isas.com.br	
Viviane Paragutti	Assoc. Maradona Vargem Grande	981246883	viviane@vbt.com.br	
Tatiana Gies	DESENV - UFSC	989522244	tgies@desenv.ufsc.br	
JSAIATIONAR FIBES	UFSC	987480977	fibes@ufsc.br	
Josely Baia	COMISSÃO UFSC	981520255	joselybaia@ufsc.br	
CIRO COUO	RPPN RIO VERMELHO	984153698	cirocoouo@gmail.com	
LUIS AUGUSTO VINHANI	Assoc. Avulsadora Vargem Grande	989177656	lvinhani@vbt.com.br	
Adriana Ribeiro Venturieri	Maradona	986692926	adriana@vbt.com.br	
Paulo Roberto	Maradona	985932573	prb@vbt.com.br	
MARLOS JOSÉ DE SOUZA	Maradona Vargem Grande	984119466	marlos@vbt.com.br	
	FRONTE PARADONIA DAS VCS	981266122	marquitos@vbt.com.br	



**CONSULTA PÚBLICA PARA CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO
REFÚGIO DA VIDA SILVESTRE MUNICIPAL MEIEMBIPE - DE 02 DE MARÇO DE
2020**

1 Ao dia 02 do mês de Março de dois mil e vinte, às 19:00 horas na EBM Luiz Candido da Luz no
2 bairro da Vargem do Bom Jesus reuniu-se a Equipe Técnica para a Criação do Refúgio da Vida
3 Silvestre Municipal Meiembipe, para realização de uma consulta Pública para a Criação da
4 Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Meiembipe, segundo a Lei nº
5 9.985/00 – SNUC. Estando presentes o total de 61 participantes, sendo os seguintes
6 representantes da Floram: Sr. Mauro Manuel da Costa - Chefe de Departamento de Unidades de
7 Conservação, Elias Pires – Chefe de Divisão de Implementação de UCs, Aracídio de Freitas
8 Barbosa Rocha Netto – Chefe de Divisão de Administração de UCs, Silvane Dalpiaz do Carmo –
9 Chefe de Departamento de Educação Ambiental, Mariana Hennemann – Coordenadora do Plano
10 Municipal da Mata Atlântica, e João Paulo Rocha Netto - Biólogo. Presidindo a Mesa o Sr.
11 Danilo Funke, técnico aposentado da Floram e presidente da extinta Comissão de Adequação de
12 Unidades de Conservação da Floram, abriu a Consulta às 19:19 horas e fez uma explanação
13 sobre as regras da consulta pública e a forma como acontecerá o debate, onde após a explanação
14 técnica os interessados poderão se inscrever para fazer perguntas, todas as perguntas serão
15 respondidas pelos técnicos e se por ventura a equipe não conseguir responder no ato à alguma
16 destas perguntas, ou não julgar pertinente ao interesse coletivo, ela o fará posteriormente via e-
17 mail, sendo que nenhuma pergunta feita nesta reunião ficará sem resposta. Dando
18 prosseguimento o Presidente da Mesa passou a palavra para o Sr. Mauro Manuel da Costa da
19 Floram, que realizou uma apresentação técnica sobre o Refúgio da Vida Silvestre Municipal
20 Meiembipe (REVIS Meiembipe) e o seu entorno, explanou conceitos gerais da legislação sobre
21 procedimentos, objetivos, e criação de unidades de conservação, e seus instrumentos legais
22 (zonamento, plano de manejo e conselho consultivo), apresentou os estudos preliminares da
23 equipe técnica que definiu a proposta apresentada dos limites nova Unidade de Conservação, que
24 possui como critérios a inclusão somente de áreas de APP no Plano Diretor, e excluiu as áreas
25 de APP já ocupadas para eliminar conflitos socioambientais, e ainda apresenta os objetivos da
26 REVIS Meiembipe, e benefícios associados.

27 Após a explanação técnica sobre o REVIS Meiembipe, foram realizadas as inscrições para
28 manifestação de perguntas para os técnicos totalizando 20 (vinte) inscrições. Ficou estabelecido
29 que os questionamentos fossem divididos em blocos onde primeiramente se apresentariam os
30 primeiros 05 (cinco) questionamentos, após apresentados a equipe irá responder a estes
31 questionamentos, prosseguindo serão apresentados os outros blocos de 05 (cinco) e respostas
32 respectivamente. Abrindo os questionamentos **Eralton Viviane**, da Associação da Vargem
33 Grande, faz algumas considerações a pedido da presidenta da Associação da Dona Traudí, para
34 os esclarecimentos de algumas dúvidas, e inicia mencionando de um projeto apresentado há 12
35 anos atrás por uma ONG "Pra Campacho" que quando a Associação descobriu que tinha muito
36 dinheiro envolvido ficou bem revoltada, e relatam a decepção que vem tendo com a Floram,
37 principalmente depois do Asfaltagem que aconteceu, e que diante disso a Associação não é favor
38 da proposta, que a Vargem é muito bem conservada pelos proprietários, não precisando de UC
39 alguma. Nesse momento o tempo do Sr. Eralton se esgota, e ele irá se inscrever novamente.
40 Seguindo com os questionamentos, **Tiago Born**, proprietário da Vargem Grande, questiona
41 sobre os impactos aos proprietários que tem terreno que são uma porcentagem APP e uma AFL,
42 o que isso vai implicar pra cada um, me para os terrenos em AFL que terão limites com a UC
43 proposta como se dará os estudos das zonas de amortização (ou Zona de Amortecimento – ZA).



44 quais também serão as implicações disto. Seguindo com os questionamentos, **Mariana**
45 **Hennemann**, bióloga da Floram e Coordenadora do Plano Municipal da Mata Atlântica, cita que
46 vem divulgar a criação do Plano da Mata Atlântica que foi feito com participação popular e que
47 foi aprovado em novembro, e em março será realizada a publicação oficial, dentro do Plano há
48 áreas prioritárias para conservação e recuperação, e área do maciço norte foi a área mais votada
49 para priorização de ações de conservação, assim coloca em nome de todo o grupo de trabalho o
50 total apoio para a consolidação da UC REVIS Meirebipe. Seguindo com os questionamentos,
51 **Viviane Baruzzetti**, moradora da Vargem Grande, faz uma solicitação citando que
52 recentemente passaram pelo Asfalto e que a comunidade e o movimento da Estrada Parque já
53 compreendem como uma área de conservação que deve ser protegida, e acusa a Floram de ter
54 participado desse processo ilegal da aprovação do Asfalto que aconteceu a toque de caixa,
55 assim solicita que a Floram seja mais parciosa, coerente, e venha reparar o dano causado na área.
56 Ainda, então menciona ser valerosa a proposta de criação da UC, por todos os motivos de
57 proteção, fauna, flora, água, e que a própria comunidade já emite vários laudos para
58 conservação da área, e espera que sejam chamados para também fazer parte do Conselho
59 Consultivo, para implementar a UC efetivamente na área. Seguindo com os questionamentos,
60 **João de Deus**, coordenador da Rede Mata Atlântica – RMA, faz uma observação sobre a
61 importância da criação da presente UC proposta na perspectiva de proteger e criar um refúgio de
62 fauna e flora criando um corredor que permita a mobilidade e condições de populações muito
63 sensíveis de espécies que já foram duramente afetados pelos os usos e processos históricos.
64 Ainda, João, sugere que o desenho apontado da proposta da UC que está limitado somente ao
65 zoneamento de APP, e acaba que deixa umas áreas estranguladas muito evidentes o que pode
66 causar um efeito de borda, assim sugere que o desenho seja reavaliado considerando outros
67 zoneamentos. Para isso, complementa que com a Lei da Mata Atlântica, já prevê áreas que tem,
68 um estágio de vegetação avançado restrições de uso de proprietários que não seriam tão
69 diferentes que uma UC, assim então sugerindo pra avaliar a proposta de melhoria deste desenho,
70 para reduzir onde possível os estrangulamentos.

71 Respondendo a estes questionamentos o Sr. Mauro Manoel da Costa inicia respondendo ao Sr.
72 Eralton em relação a proposta do “Pau Campeche”, que a presente proposta não tem relação com
73 esta mencionada, que essa incluía zonas de APL, e a Floram não participou, mudando bastante
74 quanto ao uso do solo dos moradores. Quanto ao Asfalto que faz o trabalho de resolver a
75 mobilidade, o Florestaço citado propõe garantir a conservação e qualidade de vida. Cita que há
76 diversos interesses, e setores para tratar dos problemas que enfrentamos, relata que a Floram
77 apresentou uma proposta de um corredor ecológico para a área da “Estrada Parque” e que não foi
78 aceita pelo Plano Diretor, se fosse, provavelmente o Asfalto não teria acontecido ali. Com
79 relação a ZA, esclarece que elas tem que ser elaboradas junto ao Plano de Manejo com a
80 participação social, e menciona que já existe jurisprudência que quando uma UC está sendo
81 criada em uma área urbana, que possui Plano Diretor, o zoneamento do Plano Diretor é que
82 vigorará sobre a ZA, ou seja, se é uma APL continua sendo uma APL, se é um ART, continua
83 mantendo as mesmas restrições de uma ART e assim por diante, não implicando em mudança
84 alguma. Assim, o REVIS será um potencial para quem tem interesses turísticos na sua
85 propriedade. Quanto ao João, garante que irão analisar a proposta de melhorar o desenho dos
86 limites.



87 Retomando a abertura do segundo bloco de questionamentos o presidente passou a palavra para
88 **Maçan Guedes**, presidente da Associação de Moradores da Vargem do Bom Jesus, membra do
89 CONSEGA e do Conselho de Habitação Social, diz que eles tem uma preocupação muito
90 grande em preservar a área e que a maioria da Associação aprova, e quem não aprova, não é
91 porque desaprova, mas é porque tem algumas dúvidas. Então, inicia questionando, sobre o medo
92 que eles tem da ocupação do Morro do Mosquito, de como eles ficaram com a UC, e que eles
93 tem um plano de usar uma área ao lado, com água e esgoto para ficarem melhores colocados. E
94 a segunda dúvida (que já foi respondida) é se eles poderiam usar os caminhos existem para gerar
95 alguma renda, vender algum produto, fazer uma trilha. Então, ressalta que é uma preocupação de
96 harmonia, de como eles ficaram bem, junto à conservação. Seguindo com os questionamentos,
97 **Ciro Couto**, presidente da RPPN de Catarinense e gestor da RPPN do Rio Vermelho, solicita
98 frente essa RPPN que as áreas da propriedade do Seu Mauro (dono da RPPN) que estão
99 zonedas como APP ao entorno da RPPN fiquem de fora da UC proposta para eles poderem
100 ampliar a RPPN que de 70 hectares passaria para aproximadamente 85 hectares, eles tem um
101 projeto de transformar essas áreas em Reserva Legal, para fazer manejo de algumas espécies
102 como o bambu-açu. E finaliza parabenizando o trabalho da REVIS. Seguindo com os
103 questionamentos, **José Olímpio**, da EBM Luiz Candido da Luz, primeiro parabeniza a Floram
104 pelo trabalho e iniciativa para preservação dessa cadeia de montanhas do norte da ilha, que não
105 são somente importante pela água e biodiversidade, mas também para a preservação das encostas
106 afim de evitar os horrores que vemos em algumas cidades em épocas de chuva. Ainda, sugere
107 que nos locais dos limites da UC proposta onde há maiores estrangulamentos, verifique-se se
108 voluntariamente os proprietários de áreas em APL, nesses locais não tenham o interesse de estar
109 transformando em UC, afim de melhorar o desenho da proposta, já que essa categoria permite
110 propriedade privada. Por fim, menciona que infelizmente houve um processo entre comunidade e
111 Prefeitura que estavam desenvolvendo com uma série de conceitos, em nível de segurança,
112 proteção da biodiversidade para a "Estrada Parque" mas que foram no fim totalmente
113 desconsiderados, assim pede que posteriormente a UC esse projeto seja resgatado em nível de
114 gestão local da área. Seguindo com os questionamentos, **Eralton Viviane**, reinicia sua fala
115 reforçando que o sonho da comunidade da "Estrada Parque" se acabou com o "Asfalto" e
116 pergunta aonde a Floram estava, e coloca que desconfia da Floram sobre o que quer com essa
117 UC proposta. Ainda, coloca que o discurso é bonito, mas onde estão quando precisam, e por
118 último questiona sobre o Plano de Manejo que será elaborado pelo Conselho Consultivo, de
119 como isso funciona, se alguém vai ganhar algum dinheiro com isso. Seguindo com os
120 questionamentos, **Luís Viviane**, morador da Vargem Grande, faz o resumo do que muitos
121 entendem sobre a criação dessa UC (Refugio da Vida Silvestre – REVIS), a proposta parece ser
122 bonita, porém não faz sentido a ser implementada na maior parte da área pretendida, pois essa já
123 vem sendo muito bem conservada pelos proprietários. Ainda, questiona aonde ficara o direito a
124 privacidade daqueles que muito esforço mantem regulamentas, coloca que a qualquer momento
125 os proprietários poderão ser surpreendidos por gestores ou por transeuntes que justificarão como
126 área de turismo da UC, retirando o sossego e privacidade, que bastará uma autorização do órgão
127 gestor. A consequência será devastadora, como na Lei que é previsto o turismo ecológico, o que
128 fara o humilde proprietário que se não tiver de acordo com os objetivos da UC terá que ser
129 desapropriado, e sabe se lá quando receberá seu dinheiro por isso, simplesmente por discordar. E



130 por fim coloca sua preocupação com as limitações que a ZA vão trazer, e isso eles não podem
131 concordar de maneira alguma.

132 Respondendo a estes questionamentos o Sr. Aracídio Netto reinicia colocando sobre a questão
133 levantada pela Maçan da ocupação do Morro do Mosquito, esclarece que essa situação não é
134 exclusiva no município, e que há outras regiões com a Costa da Lagoa que possuem um caso
135 parecido, e que o fato dessas ocupações ficarem de fora dos limites da UC não isenta os
136 ocupantes da legislação maior no entanto demonstra um reconhecimento que há ocupações na
137 áreas, e que hoje há políticas de regularização fundiária, como o REURB, que podem ser
138 aproveitadas nesse momento de modo a criar a conciliação entre aos que moram mais próximos
139 aos limites das UCs. Ainda, cita como exemplo o processo de adequação da UC do Maciço da
140 Costeira, em que os limites da UC recuaram justamente considerando essas ocupações, e que
141 hoje esses ocupantes estão em o processo de regularização, se o local for adequado para isso.
142 Quanto ao questionamento sobre o Conselho Consultivo, se era remunerado ou não, primeiro
143 relata que na Ilha há mais de 6 conselhos desse tipo em pleno funcionamento na Ilha, e que são
144 "fábricas bem qualificadas de fazer demanda" que auxiliam a Floram, em sua realidade precária
145 como já mencionado (falta de estrutura, recursos humanos...), a realizar a gestão, e que esses
146 todos são de maneira espontânea, representativos e voluntários, onde ninguém ganha dinheiro.
147 Ainda, ressalta que os conselhos são lugares de divergência, não de concordância, justamente
148 que se colocam diversos interesses, e funciona para construção de políticas públicas pra
149 resolução dos conflitos internos e externos das UCs, são grandes mecanismos de controle social,
150 que quem se beneficia é a cidade. Quanto a solicitação da RPPN do Rio Vermelho, Aracídio
151 esclarece que inicialmente foi considerado sobrepor e abranger toda área da RPPN, uma vez que
152 as restrições dessa categoria são muito semelhantes com as de APP que é o zoneamento do Plano
153 Diretor, que já é estabelecido, prevendo uma possibilidade de uso turístico e recreacional, mas
154 nenhuma possibilidade do uso do recurso de modo direto, e ainda que toda a área de APP
155 mencionada não permite ser transformado em uma reserva legal como os planos citados por
156 Ciro, e também não permitindo o uso de produtos madeireiros como colocado. Assim., decidia-
157 se manter fora a RPPN da nova UC proposta para não haver nenhum conflito de sobreposição.
158 Retomando a palavra, Mauro Manoel, primeiro reforça que estão em uma Consulta Pública e
159 nada estará sendo deliberado nesse momento, que estão para ouvir, recolher sugestões e
160 contribuições para ser analisado *a posteriori* pela equipe técnica. Com relação a colocação do
161 Luís, Mauro compreende de é uma preocupação justa, que há inseguranças por parte dos
162 moradores, mas esclarece que desse modo é possível garantir via instrumento jurídico
163 resguardando as propriedades privadas no sentido desse uso permitido ou não. Ainda menciona,
164 que o importante nessas consultas é deixar os interesses sobre a mesa, e se construir um processo
165 de confiança em conjunto. Relata, que também[em tem uma preocupação quanto ao local da
166 "Estrada Parque a proposta da UC no local vem justamente para reforçar que essa área é sensível
167 e necessita proteção. Quanto ao questionamento sobre onde estava a Floram no momento de
168 "Asfaltação", esclarece que em momento algum foram consultados sobre este processo, e assim
169 não tiveram nenhum parecer envolvido.

170 Retomando a abertura do terceiro bloco de manifestações o presidente passou a palavra para
171 Maricélia Silvestrini, moradora da Vargem Grande, coloca algumas questões maiores sobre o
172 ser humano que habita esse planeta, questiona como ficar em meio a proposta de uma REVIS, se



173 em muitos momentos a população não é respeitada, relata de casos de incêndio na ilha que já
174 tentou contatar autoridades para providências e nunca é atendida, e cita também o caso da
175 segurança dos moradores depois do "Asfaltoço" que não tem mais local para se caminhar na via.
176 Assim questiona a proposta de preservar a vida da fauna silvestre, se não preservam a vida da
177 população, que perde em qualidade. Questiona também, o que se faz quanto os animais
178 exóticos, falam dos silvestres, mais o que se faz com os exóticos que desequilibram as espécies
179 silvestres nativas. Relata ainda, a necessidade da conscientização do povo quanto aos animais
180 domésticos. Seguindo com as manifestações, **Marquito**, vereador de Florianópolis e presidente
181 da Frente Parlamentar em Prol das UCs da Câmara de Vereadores, inicia relatando que essa
182 frente tem como objetivo discutir a situação das UCs lembrando que quando se discute UCs há
183 diversos conflitos, e nesse momento da Consulta não seria para minimizar conflitos, mas sim
184 esclarecer dúvidas. Quanto as UCs, que sabem da importância histórica das garantias trazidas
185 com as UCs que são colocadas como elementos fundamentais, a Lagoa do Peri por exemplo, se
186 não fosse uma UC, hoje não teríamos água para cerca de 100 mil unidades na Ilha. Ainda,
187 ressalta que outra garantia fundamental das UCs é o macrozoneamento das áreas não permitindo
188 certos usos, e parcelamento do solo, protegendo e respeitando assim os recursos disponíveis e
189 auxiliando na capacidade de suporte que a Ilha tem para ser habitada com qualidade. Ainda,
190 menciona que essa consulta acontecer após o incidente da "Estrada Parque" pode ser visto como
191 uma oportunidade de restabelecer o diálogo nesse processo que está sendo aberto novamente, e
192 lutar por melhorias na estrada que terá relação direta com a UC. E que a ZA deve ser vista como
193 também outra oportunidade de estar potencializando a econômica local, e atividades como
194 turismo de base comunitária, agricultura orgânica, e entre outros elementos. Seguindo com as
195 manifestações, **Luis Viviane**, retorna a se colocar primeiramente que desde pequeno é um
196 defensor da mata, mas que não concorda com a RPPN que foi criada, questiona o porque ela foi
197 criada, em nome de quem. Retoma seu resumo escrito manifestando que apenas para
198 exemplificar, nos noticiários são relatados inúmeros casos de queimadas que ocorrem dentro das
199 UCs certamente por não ocorrer o controle dos gestores responsáveis, e que os proprietários sim
200 já fazem a efetiva fiscalização, preservação e cuidado, sem qualquer verba externa. Colocando
201 que cada um cuidando da sua parte, cuida-se do todo com maior controle e eficiência. Cita o Art.
202 4º e 5º da Lei que organizações privadas, e não governamentais que poderão estar
203 conjuntamente fazendo a gestão das UCs. Dessa maneira, os proprietários não precisam de
204 ONGs gerindo suas famílias e propriedades. Cita a Lei 9985 que prevê alocação de recursos
205 financeiros externos para a gestão das UCs, e que também não precisam de recursos externos
206 para preservar a fauna e flora, que querem somente paz e tranquilidade. Menciona que será muito
207 mais custoso pro município manter um grupo gestor ou instituição conveniada, ter recursos para
208 as indenizações que virão, questionando se não é mais fácil promover cultura e conscientização e
209 fazer valer as leis protetivas vigentes. Seguindo com as manifestações, **José Salatiel**, professor
210 da UFSC, fala como cidadão que conhece Florianópolis desde 75 e ficou apaixonado por essa
211 Ilha e retornou pra morar aqui, e se aposentar, hoje seu patrimônio todo está aqui. Coloca que se
212 agente não conseguir criar UCs para nos proteger de problemas que estão por vir, iremos sofrer
213 muitos problemas. Que se os problemas da crise econômica são grandes, os problemas
214 ambientais serão muito piores, que não tem como resolver o problema da questão climática, da
215 água, e da fome com dinheiro. Então, UCs como essa apresentada são extremamente bem vindas,
216 a maioria dos países desenvolvidos faz isso e não compreende como pessoas podem imaginar
217 que uma UC não precisa ser feita aqui. Entende que somente não iria se querer por uma questão
218 especulativa, que se fosse uma questão de cidadania todos estariam aplaudindo a proposta.
219 Seguindo com as manifestações, **Fernanda do Couto**, do Coletivo UC da Ilha, mora no Bom
220 Jesus desde dos 9 anos, concorda com Salatiel que precisamos reconhecer a importância do meio
221 ambiente e de como fazemos parte dele, que a natureza super importante nos recursos hídricos,
222 florestais, nos serviços ecossistêmicos e que no turismo, entretenimento e lazer isso será



223 regulado por todos vocês. Reforça que as UCs dão muito mais ferramentas que uma APP, porque
224 em uma APP não há uma possibilidade de diálogo em um Conselho Gestor como teria em uma
225 UC. Cita que é conselheira no GALSAN (Galbeta e Santinho) e também no Morro da Cruz e que
226 reconhece como esses espaços de diálogo são muito importantes para entender não só da
227 natureza que está no nosso entorno, mas também das pessoas que vivem, convivem e dependem
228 desses espaços. Finaliza defendendo a proposta e que espera que seja aprovada.

229
230 Nesse momento devido ao tempo avançado o presidente passa direito para o próximo bloco de
231 inscritos afim de no final haver uma fala para contemplar todos. Assim, continuando
232 diretamente para o último bloco de manifestações, o presidente passou a palavra para **João de**
233 **Deus**, que lembra e reforça que a categoria da UC proposta é de Refúgio de Vida Silvestre
234 (REVIS) que é de Proteção Integral, e como foi mencionado pelo Ciro a questão da Reserva
235 Legal é importante que divulguem que uma vez criada a UC nesta categoria, todas as
236 propriedades dentro dos limites da UC que tiverem interesse poderão ser utilizadas as áreas de
237 compensação de reserva legal de outras propriedades rurais (até fora da Ilha que tenham um
238 déficit de reserva legal), o que seria um atrativo adicional. Que como é uma UC de Proteção
239 Integral passa a ser considerada área rural que é independente do módulo fiscal, que a Lei 12.651
240 abriu essa possibilidade, assim seria uma vantagem para os proprietários do interior da UC.
241 Seguindo com as manifestações, **Silvane Dalpiaz**, coloca que é importante estarem ouvindo a
242 comunidade, seus aspectos e anseios, mas ressalta que estão em um processo em que essa
243 história não começou hoje e nem vai terminar hoje, que há questões que vão voltar a tona, que
244 precisamos discutir mais o que é o domínio público e o privado que parece que está havendo uma
245 confusão no signfica, e usa o exemplo da preocupação que haverá uma trilha e as pessoas
246 passarão dentro da minha propriedade. Seguindo com as manifestações, **Rosemeri Bordignon**,
247 moradora da Virgem do Bom Jesus, traz duas questões, a primeira em como fazer a prefeitura
248 respeitar o plano original da Floram que dá pra ver que não foi respeitado do "Asfalto" que foi
249 bem diferente da "Estrada Parque". E o outro questionamento é sobre a fiscalização, que como
250 foi mencionado passando-se para uma UC teria uma maior fiscalização sobre as APPs inseridas
251 nela, como será feito isso, qual o projeto. Seguindo com as manifestações, **Maria Correa**,
252 moradora da Virgem do Bom Jesus, primeiro coloca que a maioria das questões que ela tinha já
253 foram respondidas, depois declara que é seu sonho tornar essa área uma UC, relata que tem uma
254 propriedade de 80 mil m² e que somente se importa com sua casa, que o restante que é de APP
255 quer que tudo seja preservado, enxergar toda essa mata preservada em todo o morro e que acha
256 que todos tem muito mais a ganhar e não a perder com a UC. Seguindo para a última
257 manifestação, **Silvanio da Costa**, UCAD/UFSC, relata que é nascido na Virgem do Bom Jesus
258 que sonhava em conhecer as matas e hoje é um mateiro. Coloca que agente tem medo do que não
259 conhece, que a nossa Ilha tem uma biodiversidade fabulosa, traz o exemplo do gavião tescuro
260 que é uma ave que vem do norte da América pra nidificar aqui nos nossos morros, olha a
261 importância que isso tem. Ainda, sobre a questão da água, diz que não vai demorar muito e
262 estaremos brigando por água, que ele trabalha em uma UC e já estão pedindo que chova que em
263 torno de 600 famílias no Saco Grande já estão ficando sem água. Quanto a biodiversidade, que
264 estrangeiro vem aqui fazer pesquisa e que nós temos o potencial muito grande, recentemente foi
265 descoberto aqui nos nossos morros a menor orquídea do mundo. Opina, que para ele a UC ainda
266 deveria abranger mais localizações para proteger, e que não precisamos ter medo do
267 desconhecido e do entorno que devemos apoiar essa ideia. Ele como mateiro, biólogo apoia

268
269 Respondendo as manifestações Sr. Mauro Manoel, coloca que de modo geral nessas consultas
270 emergem os conflitos e que não devemos fugir deles, e sim buscar conciliar, um caminho do
271 meio entre as diversas considerações de modo acolher essas manifestações e aprimorar a
272 proposta. Ainda reforça a questão de não haver medo, e exemplifica diversas comunidades de



273 vivem no entorno de outras UCs em Florianópolis, questionando o porque desse medo se trazem
274 uma proposta de preservação dos recursos hídricos, da biodiversidade, da ZA conforme foi
275 esclarecido que será zoneado de acordo o Plano Diretor e o respeito a integridade das
276 propriedades privadas. Mariana Hennemann pega a palavra e esclarece quanto a situação da
277 "Estrada Parque" tão mencionada, que nesse processo existe duas manifestações técnicas pela
278 Diretoria de Licenciamento da Floram com uma série de recomendações que deveriam ter sido
279 atendidas, e se forem ver o que está escrito nesses pareceres técnicos vão perceber que não foi
280 atendido nem metade do que foi solicitado. Inclusive, relata que chamariam um especialista para
281 irem na vistoria a campo que para andar por toda a estrada selecionando os locais para os passa
282 faana e para completo espanto quando foram 1/3 da estrada já estava pronto. Assim se posiciona
283 que é muito ruim chegar e ouvir isso, estar fazendo o melhor e o que tem em alcance enquanto
284 corpo técnico, só que extremamente frustrante no fim perceber que depois de todo o trabalho e
285 elaboração de um parecer que não é levado em consideração, e só fica enfeitando dentro de um
286 processo. Mauro Manoel retorna a falar, finalizando que a proposta vem pra reforçar
287 estrategicamente a tentativa de preservação desses ambientes.

288
289 Sendo este a última manifestação o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos
290 encerrando assim a Consulta Pública. Esta Consulta Pública foi encerrada as 21:46 horas. Esta
291 Ata foi redigida por Camila Ayroza, estagiária do Departamento de Unidades de Conservação –
292 DEPUC/Floram, de acordo com o áudio da gravação que será encaminhado junto ao processo
293 para sua comprovação para todos os efeitos legais.
294



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS

- **Consulta Pública Bairro Ponta das Canas (03 de março de 2020)**



Imagens 70 e 71: Fotografias da consulta pública realizada na EBM Osvaldo Machado abrangendo as comunidades de Pontas das Canas, Lagoinha do Norte e Praia Brava - 03 /03/2020.

Segue a lista de presença e respectiva ata da consulta:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Feipe Schmidt, 1320 - 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
Departamento de Unidades de Conservação - DEPUC
Rod Francisco Thomaz dos Santos, SC 406, nº 3150
CEP 88066-280 - Armazém do Pantano do Sul - Florianópolis/SC
E-mail: fdepuc@gmail.com; Fone: (48) 3237-5800 / (48) 3239-4107 CNPJ 00.909.972/0001-01



Consulta Pública para Criação da Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Meisembipe
Local: Ed. Cavalão Machado - Torre das Comarcas DATA: 02/10/2010

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO	Floram/Depuc	3237-5660	fdepuc@gmail.com	[Assinatura]
STANISLAU SALATIEL R. PIRES	UFSC	998410977	stanislaupires@ufsc.br	[Assinatura]
Dorlene Lima S. da Cristina F. de A.	UFSC	998552715	sdorlene@ufsc.br	[Assinatura]
Talita G. de S.	Observa/UFSC	996167345	talita@ufsc.br	[Assinatura]
Graciela H. de S.	Observa/UFSC	999213243	talita@ufsc.br	[Assinatura]
Georgina Galvão	DEPUC FLORAM	998269995	georgina@ufsc.br	[Assinatura]
Joselyne M. de S.	Observa/UFSC	9515-20765	joselyne@ufsc.br	[Assinatura]
Sabliana M. de S.	Observa/UFSC	996364836	Sabliana.M@ufsc.br	[Assinatura]
Luca Mendes Soares	DEPUC / FLORAM	-	-	[Assinatura]
João Paulo Rocha Netto	DEPUC/Floram	3237-5195	joaopaulo@ufsc.br	[Assinatura]
Elanis Chaves Pires	DEPUC/Floram	3237-5660	-	[Assinatura]
HELENA B. de S.	Interpretada	996739300	helenab@ufsc.br	[Assinatura]
MAURIO MACHES DE CARVALHO	INTERPRETADO	99625-6962	maurio@ufsc.br	[Assinatura]
DANILLO F. de S.	Interpretado	999774164	danillo@ufsc.br	[Assinatura]
Antônio João Galvão Junior	AMPA Municipal de Florianópolis	999525322	antoniojoao@ufsc.br	[Assinatura]
Fabio Almeida Cabral	Monitoria Interdisciplinar	3237-2877	fabio@ufsc.br	[Assinatura]



**CONSULTA PÚBLICA PARA CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO
REFÚGIO DA VIDA SILVESTRE MUNICIPAL MEIEMBIPE - DE 03 DE MARÇO DE
2020**

1 Ao dia 03 do mês de Março de dois mil e vinte, às 19:00 horas na EBM Osvaldo Machado, no
2 bairro do Ponta das Canas, reuniu-se a Equipe Técnica para a Criação do Refúgio da Vida
3 Silvestre Municipal Meiembipe, para realização de uma consulta Pública para a Criação da
4 Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Meiembipe, segundo a Lei nº
5 9.985/00 – SNUC. Estando presentes o total de 37 participantes, sendo os seguintes
6 representantes da Floram: Sr. Mauro Manuel da Costa - Chefe de Departamento de Unidades de
7 Conservação, Elias Pires – Chefe de Divisão de Implementação de UCs, Aracildo de Freitas
8 Barbosa Rocha Netto – Chefe de Divisão de Administração de UCs, Silvane Dulpiaz do Carmo –
9 Chefe de Departamento de Educação Ambiental, e João Paulo Rocha Netto - Biólogo. Presidindo
10 a Mesa o Sr. Danilo Funka, técnico aposentado da Floram e presidente da extinta Comissão de
11 Adequação de Unidades de Conservação da Floram, abriu a Consulta às 19:20 horas e fez uma
12 explanação sobre as regras da consulta pública e a forma como acontecerá o debate, onde após a
13 explanação técnica os interessados poderão se inscrever para fazer perguntas, todas as perguntas
14 serão respondidas pelos técnicos e se por ventura a equipe não conseguir responder no ato à
15 alguma destas perguntas, ou não julgar pertinente ao interesse coletivo, ela o fará posteriormente
16 via e-mail, sendo que nenhuma pergunta feita nesta reunião ficará sem resposta. Dando
17 prosseguimento o Presidente da Mesa passou a palavra para o Sr. Mauro Manuel da Costa da
18 Floram, que realizou uma apresentação técnica sobre o Refúgio da Vida Silvestre Municipal
19 Meiembipe (REVIS Meiembipe) e o seu entorno, explanou conceitos gerais da legislação sobre
20 procedimentos, objetivos, e criação de unidades de conservação, e seus instrumentos legais
21 (zonamento, plano de manejo e conselho consultivo), apresentou os estudos preliminares da
22 equipe técnica que definiu a proposta apresentada dos limites nova Unidade de Conservação, que
23 possui como critérios a inclusão somente de áreas de APP no Plano Diretor, e excluindo as áreas
24 de APP já ocupadas para eliminar conflitos socioambientais, e ainda apresenta os objetivos da
25 REVIS Meiembipe, e benefícios associados.

26 Após a explanação técnica sobre o REVIS Meiembipe, foram realizadas as inscrições para
27 manifestação de perguntas para os técnicos totalizando 15 (quinze) inscrições. Ficou
28 estabelecido que os questionamentos fossem divididos em blocos onde primeiramente se
29 apresentarão os primeiros 05 (cinco) questionamentos, após apresentados a equipe irá responder
30 a estes questionamentos, prosseguindo serão apresentados os outros blocos de 05 (cinco) e
31 respostas respectivamente. Abrindo os questionamentos **Hortêncja Pinho**, moradora do entorno
32 da REVIS, elogia a proposta que é interessante na teoria, porém que na prática é muito diferente
33 e questiona sobre se o órgão de fiscalização não é o mesmo que está propondo a criação da nova
34 UC relata que há falta de palestra pra conscientizar a comunidade, traz casos de construção de
35 novas casas de material em áreas de APP, e extrapolação da quantidade de pescado pelos
36 pescadores que nunca são notificados nem conscientizados sobre as leis, também que no entorno
37 não há esgotos e muito lixo nos locais, assim sua opinião é que sobreposição de leis não
38 adiantará em nada que não há ligação entre as instituições públicas da COMCAP, da CASAN, da
39 FLORAM, e que os idosos na comunidade nem sabem que esta consulta está acontecendo,
40 precisa melhorar nas estratégias para as ações serem efetivas nos problemas que já existem ao
41 invés de criar novas leis. Seguindo com os questionamentos, **Airton Inácio**, representante da
42 Associação de Moradores Ponta Norte (AMPN), inicia citando o 3º objetivo de criação do
43 REVIS apresentado “contribuir para a preservação dos recursos hídricos” e traz o caso da Lagoa



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS

44 da Doca que não está contemplado na proposta como UC, que todo esgoto esta caindo na Lagoa
45 da Doca, a comunidade é de pescador e quem depende do mar, assim se está se falando de
46 conservação a Lagoa tem que ser inclusa e preservada, que se for para incluir áreas verdes
47 desocupadas fica fácil, que os órgãos públicos não se comunicam entre si, e que precisa haver
48 um olhar para os locais que já tem problemas se quer se conservar de fato, há problemas maiores
49 descendo o morro, e se há real vontade precisa se incluir a Lagoa da Doca, sua limpeza e
50 recuperação, e também o Rio que desemboca na Lagoinha que já é o rio mais poluído do estado
51 de SC, e se sim isto for incluso eles apoiam a proposta, os moradores irão gostar. Seguindo com
52 os questionamentos, **Luis Augusto Viviane**, da Associação de Moradores da Vargem Grande,
53 participou da reunião do dia anterior e traz a tona a necessidade de maiores esclarecimentos
54 sobre a proposta, se preocupando com os limites da APP, e da zona de amortecimento (AZ) que
55 não é falado na apresentação, na lei é previsto a zona de amortecimento pode atingir até 03 (três)
56 quilômetros da UC, e que só será apresentado pelo Plano de Manejo e sabe-se lá quem irá poder
57 fazer parte, que os moradores podem ser prejudicados, também traz a preocupação sobre como a
58 UC irá sobreviver com verbas públicas, e que a gestão dessas UCs podem ser feitas não somente
59 pelo órgão publico que ONGs podem participar e sabe se lá se há algum interesse econômico, se
60 ONG fazerem a gestão irão mandar sobre as suas casas, pois a lei diz que nas AZ prevê visitação
61 nas áreas, o tempo do Luis se esgotou, e irá se reescrever. Seguindo com os questionamentos,
62 **Carlos Eduardo Bernardo**, morador da entorno inicia colocando sua opinião que não vê a
63 Floram como órgão de preservação, se assim fosse onde estariam em 2006-2007 na construção
64 irregular do Iguatemi, e questiona se o órgão esta fiscalizando as construções que estão
65 acontecendo, que é honra a proposta, mas não sabe se não nenhum interesse por trás que a
66 maioria do pessoal é leiga, se a Floram esta fazendo o real papel em Florianópolis, que há
67 inúmeros exemplos nos últimos anos que a Floram perdeu sua credibilidade, e pede a
68 discriminação da ZA melhor. Seguindo com os questionamentos, **Mariléia Sauer**, presidente do
69 Instituto de Estudos Ambientais Trilheiros de Atitude (IEATA), esta 14 anos na ilha e entende o
70 ponto de vistas da comunidade que está sendo colocada pela comunidade e que também vêm
71 brigando para a melhoria da Floram, e que há a necessidade de reforçar a proteção da área da UC
72 apresentada que todos os dias vêm sofrendo alterações, casos novas, e que precisa ser protegida,
73 e que é o momento da comunidade tirar todas as dúvidas, mas se não for protegida como a
74 proposta apresentada o norte da ilha irá perder tudo, todos já sentiram que o movimento do
75 turismo baixou e que precisa ser protegido a área e a comunidade precisa prestar atenção, se não
76 nos próximos 3-4 anos não haverá mais turismo, cita novamente a poluição da Lagoinha, pede a
77 inclusão conforme já colocado nos limites da UC a Lagoa das Docas, que tem um contexto
78 cultural e ambiental, e também pede a inclusão da Ponta a Laje que possui um dos maiores sítios
79 arqueológicos da ilha e está sendo destraindo, e que a preservação desses espaços é a garantia da
80 qualidade de vida e de renda da comunidade.

81 Respondendo a estes questionamentos o Sr. Mauro Mameel da Costa inicia colocando que depois
82 de observar as falas compreende que todo é aliados, com exceção da fala do Sr. Luis que já tem
83 alguns interesses privados de parcelamento, mas que as pessoas estão desesperadas assim como a
84 Floram que tem a preocupação de preservar e vê esses processos de urbanização desenfreado que
85 vem acontecendo na Ilha de Florianópolis ao longo dos últimos anos que vem sofrendo diversos
86 impactos no seu ecossistema, estrangulamentos e nós como sociedade e Floram somos

Página 2 de 6



87 corresponsáveis por todos esses problemas, que na busca de facilitar a vida e não ficar preso no
88 trânsito, por exemplo, criamos novas vias, estrangulando áreas e criando assim danos
89 irreversíveis para a cidade, e contextualiza que a Floram só foi criada em 1995. Questiona se
90 devemos simplesmente abandonar a Prefeitura, a Floram por gerir uma legislação ambiental e a
91 política do meio ambiente porque não está funcionando? Que a instituição é importantíssima, é o
92 órgão que de alguma forma precisa dar resposta para a sociedade sobre processos vitais que
93 estamos pensando. Quanto ao questionamento da Sra. Hortência sobre a eficácia de mais uma lei,
94 exemplifica a Lagoinha do Leste que se não fosse uma UC teria sofrido um processo intenso de
95 urbanização, estaria como a praia Brava, se a Lagoa do Peri não fosse criado em 81 estaria toda
96 estrangulada como o rio Vermelho, que é efetivo criar mais uma UC, que permite criar
97 instrumentos para garantir proteções especiais e recebe mais atenção do MP. Quanto aos
98 questionamentos sobre não considerar a inclusão de áreas já urbanizadas, e dos inúmeros
99 problemas levantados, é que tornaria o processo praticamente inviável devido à complexidade de
100 interesses, o instâncias envolvidas, que neste momento é a melhor proposta que se pode fazer
101 para poder acontecer. E quanto ao questionamento do Sr. Luis, primeiro coloca pra todos que a
102 consulta à comunidade é o momentos de todos exporem seus interesses e pontos de vista, e não
103 esconde-los, isso pois ele já havia respondido no dia anterior, e hoje apresentou que a ZA será
104 definida como o zoneamento do Plano Diretor, o que vigora vai ser esse zoneamento não há
105 dúvidas quanto a isto. O Sr. Mauro reforça que a proposta irá fortalecer esse processo de
106 conservação e qualificar a qualidade de vida desta região, exemplifica o Maciço da Costeira e da
107 Lagoa do Peri esta toda resguardada seu manancial hídrico, que as comunidades envolvidas
108 aceitaram a UC como instrumento de garantia e proteção das próprias comunidades. Quanto à
109 solicitação da Mariléia, de inclusão de outras áreas, está de acordo contando que haja maiores
110 solicitações para inclusão a fim de respaldar a proposta pela própria comunidade.

111 Retomando a abertura do segundo bloco de questionamentos o presidente passou a palavra para
112 **Alfeu Parro dos Santos**, morador de Ponta das Canas, coloca que estão nessa luta desde 2003 e
113 que não vê com bons olhos essa proposta que vamos criar mais uma UC e não poderão mais
114 fazer nada, que se já demora pra chegar em casa e se precisarem construir mais um túnel não irão
115 poder mais, que o Plano Diretor é uma colcha de retalhos, uma porcaria, e pra que irão criar mais
116 uma UC para Floram ou ICMBio fazerem gestão? Que se já tem APPs para não haver invasões
117 que acontecem todos os dias, o que falta é fiscalização e pulso firme para acontecer à
118 preservação, e que não vê como criar uma nova unidade sem criar verba para isso. Seguindo com
119 os questionamentos, **Teresa Cardoso**, moradora da Lagoinha primeiro questiona se no
120 momento que todos assinaram a lista de presença significa que aprovam o projeto, neste
121 momento o presidente Danilo Funke, prontamente responde que não, que a assinatura é somente
122 para comprovar que a consulta foi realizada, nada mais. Sra. Teresa continua, coloca que tem
123 coisas que concorda e coisas que não, que sabe que é necessária a criação da UC, só que tudo
124 para baixo dos limites da UC está com problemas, muito lixo, comporta aberta do esgoto da
125 Lagoinha que fica insuportável com o cheiro de fezes, que ela é a favor da preservação, que tem
126 que começar por aí. Seguindo com os questionamentos, **Luis Augusto Viviane**, volta a se
127 manifestar colocando que precisamos de conscientização para leis que já estão, não precisando
128 de mais uma lei para isso, que é mais fácil cada proprietário se unir, do que esperar alguém pra
129 gerir, se isso acontecer não haverá mais ânimo para cuidar, questiona quanto tempo a equipe está



130 estudando a proposta, pergunta sobre as ZA sobre quais as restrições dessa zona se irão ser as
131 mesmas que são do limite da UC, se tem alguma minuta do Plano de Manejo e se esta divulgado
132 esta proposta em algum lugar. Seguindo com os questionamentos, **Mauro Niehues de Farias**,
133 morador da Cachoeira, opina que é interessante na teoria, mas que como que se chega na prática,
134 conta que tinha um apartamento na Lagoinha, e um pedaço de calçadão na praia que não foi feito
135 em nome de um prejuízo ambiental mínimo, coloca que é mais uma lei para prejudicar o povo
136 que assim precisará autorização para tudo e não consegue, e quem não pede faz escondido e
137 depois é excluído do zoneamento. O Sr. Mauro, coloca que Florianópolis precisará se
138 desenvolver, que hoje é a capital da imobilidade urbana, e que não precisa criar mais uma UC,
139 que as APP estão cheia de construções e que não há fiscalização, o que se precisa é mais
140 fiscalização. Seguindo com os questionamentos, **Fábio Aluarez Cabral**, morador de Ponta das
141 Canas, há algumas gerações na ilha, vê que os órgãos que tem que proteger os moradores brigam
142 um com o outro, e que a Floram em Ponta das Canas não tem credibilidade, que já veio pessoa
143 de fora e pagou pra cortar uma árvore costeira, e a Floram acaba favorecendo essas pessoas
144 que chegam de fora com dinheiro, ainda coloca que falta mais envolvimento do povo, que as
145 pessoas acabam baixando a cabeça e qualquer um passa por cima deles.

146 Respondendo a estes questionamentos o Sr. Mauro Manoel da Costa reinicia colocando sobre os
147 acusamentos da instituição que também refere-se à democracia e ao império das leis,
148 questionando se nós todos respeitando as leis. Quanto as perguntas sobre restrições das UCs e
149 pergunta do Sr. Mauro, esclarece que as UCs não impedem obras de interesse público, como vias
150 de acesso, energia, saneamento, entre outros, exemplifica o caso na Transcaveira que corta a UC
151 do Morro da Cruz; ainda, que há uma concordância na possibilidade de utilidade pública
152 enquanto a construção de um calçadão na restinga da Lagoinha, mas não a construção de casas e
153 comércio, de áreas privadas sobre a restinga. Reforça que a proposta que vem para somar a
154 qualidade ambiental na região, que tem uma repercussão para a cidade inteira, e que
155 Florianópolis não vai deixar de crescer e precisa de tecnologia e estratégias para desenvolver a
156 mobilidade, e justamente a proposta é para resguardar a qualidade de vida para o
157 desenvolvimento da Ilha, para resguardar as nascentes de água, e a série de benefícios, como
158 regulações climáticas, e prevenção de desastres. E ainda ressalta que a proposta apresentada não
159 impacta a propriedade privada. Respondendo a pergunta do Laris, quanto ao tempo da equipe da
160 proposta, esclarece que vem sendo desenvolvido campos no local há uma década, sendo
161 suportado por pesquisas da UFSC que vem subsidiando com informações ao longo de 50 anos de
162 pesquisa, e nos últimos meses a equipe se juntou para elaborar os estudos preliminares para esta
163 proposta.

164 Retornando a abertura do terceiro e último bloco de manifestações o presidente passou a palavra
165 para **José Salatiel**, professor da UFSC, que conhece há 45 anos a Ilha, e morou em 82 na ilha, e
166 retornou há 6 anos para morar na ilha, se expressa que também ficou bravo com a Floram, coloca
167 que mora no Morro do Lamin, na região de baixo e que o morro está sendo todo ocupado, e que
168 gostaria que apresentasse uma proposta de criação de UC para esse morro como a proposta
169 apresentada do REVIS, que essa proposta é uma oportunidade única para os moradores do
170 entorno, porque há 4 anos onde ele mora agora quando chove muito alaga a região toda, e nos
171 próximos anos quando o morro inteiro for ocupado, o que irá acontecer, o Sr. Salatiel não terá
172 mais como sair de casa, vai estar afogado. E desta mesma forma, isso irá acontecer nas

Página 4 de 6



173 comunidades do entorno do REVIS se ele não for protegido, e que sobreposição de lei ajuda
174 muito, seria mais uma garantia para proteger. O Sr. Salatiel ainda coloca que concorda em
175 grande parte com muito das outras manifestações, só que ficar atirando pedra na Floram pode ser
176 o pior caminho que podemos encontrar na vida, pois iremos massacrar nós mesmos. Seguindo
177 com as manifestações, **Talita Goés**, doutoranda do Observatório de Áreas Protegidas, fala no
178 sentido de moradora e nativa da Ilha, compreendendo toda a preocupação legítima de todas e que
179 os órgãos ambientais não dão conta de toda problemática, no entanto agente deixar de criar uma
180 nova UC a sociedade irá perder enormemente, a diferença entre a UC e APP seria um "plus" a
181 mais que é bom para todos, que é um Conselho Consultivo, também chamado como Conselho
182 Gestor em que a comunidade poderá participar mais, e poder fiscalizar a própria Floram. Talita
183 ainda coloca, que o sul da Ilha está protegido com UCs e a criação do REVIS Meioambiente no
184 norte da ilha cria uma conectividade, super importante para a garantia da proteção da diversidade
185 entre espécies. Por fim, Talita se dispõe como universidade estar aberta para esclarecer quaisquer
186 dúvidas que a comunidade tenha sobre o assunto. Seguindo com as manifestações, **Martália**
187 **Sauer**, retorna a se manifestar dizendo que o diferente no que estão fulando o morro lá em cima
188 não está bonito, está sendo devastado, traz exemplos do Morro do Rapa e se disponibiliza para os
189 presentes levá-los para fazer a trilha, em que muitos lá em cima estão passando "secam" pra
190 limpar e colocar fogo, que se não protegerem o morro ele vai embora. Reforça a necessidade de
191 proteger o morro para manter as casas de todos lá embaixo, se não irão perder com as enchentes
192 que virão, também se disponibiliza para esclarecer dúvidas. E ressalta para todos que se não
193 protegerem o morro daqui há 5 anos não vão ter água para beber porque estará tudo poluído, os
194 rios, e encerra pedindo a inclusão da Lagoa da Cepeira. Seguindo com as manifestações, **Carlos**
195 **Eduardo Bernardo**, retorna a se manifestar e fala que ninguém aqui é contra a Floram, é que o
196 histórico que ela traz com ela é negativo, que a descredibilidade da instituição é a falta de
197 presença no local, ressalta que a Floram é ausente, pergunta se quando fizeram o estudo técnico
198 para elaborar a presente proposta foram a campo a pé ou usaram imagem por satélite, neste
199 momento os técnicos já respondem que foram a pé. Assim, Sr. Carlos aponta uma área na
200 encosta da Lagoinha que possui três nascentes, e elas não estão incluídas no limite da REVIS,
201 assim a proposta deixa a desejar, se é em prol a conservação. Seguindo com as manifestações,
202 **Airton Inácio**, retorna a se manifestar iniciando para explicar o porquê do descrito da Floram
203 que é a ausência na comunidade, eles chamam para fiscalizar direto quando estão construindo
204 um monte de casas e ninguém aparece, assim não dá para acreditar que a instituição quer
205 preservar apresentando esta proposta de UC se estão abrindo ruas, e os esgotos saindo na lagoa
206 das docas e nascentes desprotegidas que não estão incluídas na proposta. Nesse momento, antes
207 se encerrar as manifestações **Fábio Alvaes Cabral** retorna a se manifestar expondo que não é
208 contra a preservação, reforçando a ideia da descredibilidade o órgão, pois está vendo o morro
209 sendo devastado e ninguém fazendo nada. Respondendo a estes questionamentos o Sr. Mauro
210 Manoel da Costa reinicia compartilhando que compreende esse desespero e preocupação de
211 todos com o histórico da instituição e contexto de inúmeros problemas citados, explica que são
212 diversos setores envolvidos e assim diferentes perspectivas de abordagem para essas
213 problemáticas, e que o DEPUC é composto por um grupo pequeno para trabalhar com UCs, e
214 novamente questiona se é porque as ações não estão funcionando da melhor forma é que vamos
215 acabar com ela, que estão tentando propor a melhor proposta possível, e ainda expõe que a
216 situação atual de trabalho é muito difícil, sem estrutura necessária, e recursos disponíveis para o

Página 5 de 6



217 trabalho. Quanto a solicitações de inclusão mencionadas pela Mariêia, Carlos Eduardo e Airton,
218 diz que a equipe técnica irá avaliar a possibilidade e viabilidade de inclusão das áreas. Ainda,
219 questiona que se independente que de não terem uma Política Municipal do Meio Ambiente
220 adequada, não ter estrutura da Floram adequada, uma sociedade que respeitasse as regras, de não
221 ter uma cidade que já tivesse ultrapassado dos limites de condições ambientais para uma
222 qualidade de vida adequada, que já passamos, que nós pudéssemos levar o entendimento de
223 todos que tenham a percepção que essa proposta converge com que todos querem e dos
224 benefícios que isso traz. Enfatiza que essa proposta e considerando as preocupações de todos,
225 apresenta um caminho do meio entre urbanização e preservação.

226 Nesse momento, abre-se a palavra e vários presentes começam a falar, não tendo mais controle
227 da ordem sobre o microfone para saber quem está se pronunciando para ser redigido nesta ata e
228 em sequência pelo horário avançado do previsto o Presidente da Mesa agradeceu a presença de
229 todos encerrando assim a Consulta Pública. Esta Consulta Pública foi encerrada as 22:52 horas.
230 Esta Ata foi redigida por Camila Ayroza, estagiária do Departamento de Unidades de
231 Conservação – DEPUC/Floram, de acordo com o áudio da gravação e a submeterá a equipe de
232 trabalho para apreciação e aprovação para todos os efeitos legais.

233



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS

- **Consulta Pública Ingleses, Santinho e Rio Vermelho (04 de março de 2020)**



Imagens 72 e 73: Fotografias da consulta pública realizada na EBM Herondina Medeiros Zeferino abrangendo as comunidades dos Ingleses, Santinho e Rio Vermelho - 04/03/2020.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Feipe Schmidt, 1320 - 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
Departamento de Unidades de Conservação - DEPUC
Rod Francisco Thomas dos Santos, SC 406, nº 3150
CEP 88066-260 - Armação do Pântano do Sul - Florianópolis/SC
E-mail: fdepuc@gmail.com Fone: (48) 3237-5660 / (48) 3236-4107 CNPJ 00.909.972/0001-01

1

Consulta Pública para Criação da Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Meioambiente
Local: EMM HERÓDIA MEMBROS DEFEV00 DATA: 21.03.2020

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
1. <u>Ed. V. Teófilo</u>	<u>IPVA</u>			<u>[Assinatura]</u>
2. <u>MARCO LUIZ REISA</u>	<u>ICMBIO</u>	<u>48 9 96254 980</u>	<u>marco.pereira@icmbio.org.br</u>	<u>[Assinatura]</u>
3. <u>Maria Pinheiro</u>	<u>ISA S</u>	<u>98 423 521</u>	<u>maria.pinheiro@isa.org.br</u>	<u>[Assinatura]</u>
4. <u>FRANCISCO F. AMORIM</u>	<u>APICIBS/SEBRAE/PRATINA - DISC</u>	<u>99 8 29 2401</u>	<u>francisco@apicibsc.org.br</u>	<u>[Assinatura]</u>
5. <u>San. Lourenço</u>	<u>ABATIJO</u>	<u>99 57 6654</u>	<u>san.lourenco@abati.org.br</u>	<u>[Assinatura]</u>
6. <u>LISE TORRES</u>	<u>SANTA RITA</u>	<u>99 50 6571</u>	<u>lise.torres@abati.org.br</u>	<u>[Assinatura]</u>
7. <u>Nicolas Valente</u>	<u>BOVISA selvaçaden</u>	<u>99 02 7708</u>	<u>nicolas@selvacaden.com.br</u>	<u>[Assinatura]</u>
8. <u>SILVANE DAVIM DO LIMA</u>	<u>FLORINA - DEPEC</u>	<u>99 88 2239</u>	<u>silvane@depec.org.br</u>	<u>[Assinatura]</u>
9. <u>Marcelo Carlos Rios</u>	<u>Marcelo Carlos Rios</u>	<u>99 88 2239</u>	<u>marcelo@marcelorios.com.br</u>	<u>[Assinatura]</u>
10. <u>Romeio DANZER</u>	<u>Marcelo Pio Volvinko Matigoni</u>	<u>99 88 2239</u>	<u>romeio@matigoni.com.br</u>	<u>[Assinatura]</u>
11. <u>Associação de Comunidade Neta</u>	<u>TRFIC - FLORINA</u>	<u>3237 5660</u>	<u>trfic@trfic.org.br</u>	<u>[Assinatura]</u>
12. <u>SPINA DE JESUS</u>	<u>INGLESEDES</u>			<u>[Assinatura]</u>
13. <u>GILMARI ZANCO</u>	<u>APAI - LIMA</u>	<u>9 9 90 - 8144</u>		<u>[Assinatura]</u>
14. <u>Marcos Vinícius</u>	<u>FLORINA</u>			<u>[Assinatura]</u>
15. <u>Caroline Passarelli</u>	<u>Cultura</u>	<u>18 98 219 395</u>		<u>[Assinatura]</u>
16. <u>Sonáia Uchi</u>	<u>Maná Corênte</u>	<u>42 99 77 1962</u>	<u>sonaia@manacorrente.org.br</u>	<u>[Assinatura]</u>
17. <u>ROSAEL FRAIJA</u>	<u>ISA S</u>	<u>52 99 28 5079</u>	<u>rosaelfraija@isa.org.br</u>	<u>[Assinatura]</u>



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Feipe Schmidt, 1320 - 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
 Departamento de Unidades de Conservação - DEPUUC
 Rod Francisco Thomas dos Santos, SC 408, nº 3150
 CEP 88068-260 - Armação do Pantano do Sul - Florianópolis/SC
 E-mail: fdepuc@gmail.com Fone: (48) 3237-5660 / (48) 3238-4107 CNPJ 00.909.972/0001-01

(2)



Consulta Pública para Criação da Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Meimbeipe

Local: ERM HERONINA MEIMBEIPE ZERENHO DATA: 09/01/2020

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
1) César Koscivik	ABRILAR	01889940722	caesar.koscivik@abrilar.com.br	
2) Inês V. Fominha	Morinda	98451-8756	inês.v.fominha@morinda.com.br	
3) Gabriel Vician		984739305	gabriel.vician@morinda.com.br	
4) Karina Regina Azevê	menadoma	(48) 996834065	karina@menadoma.com.br	
5) GUILHERME MOURÃO	AMI	99125-0321	gmourao@ami.org.br	
6) Fernando do Santos	Sociedade UC da Ilha	99916-1363	fernando@ucdailha.org.br	
7) Anderson H. Capelin	Clube Inglês	99024-1554	anderson@clubinglês.org.br	
8) Bulo Chantelle R. de Souza	Mastador	81199910648	bulosouza@mastador.org.br	
9) Hélio Caporali Filho	Federação Maria do Patrocínio	48-98864577	helio@federaçãomaria.org.br	
10) Patrícia Lourenço Silva	UFSC	9916-5276	patricia@ufsc.br	
11) Tainá Côtes	OPSEMA - UFSC	999013043	taina@opsema.org.br	
12) Estéfano S. F. Silva	AMURBORG	99372-8717	estefano@amurborg.org.br	
13) GENEVIEVA PEREIRA	MORANDON	97117-7552	genevieve@morandon.org.br	
14) Mariana da Rosa	MORANDON	995843348	mariana@morandon.org.br	
15) Laila Cordeiro Schubertski	Abocider	99697794	laila@abocider.org.br	
16) CLEO LIMA	AMI	996907173	cleo@ami.org.br	
17) Soraia Paula Lourenço	Di-Flores Floridas	3237-5175	soraia@di-flores.org.br	



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Feipe Schmidt, 1320 - 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
Departamento de Unidades de Conservação - DEPUC
Rod Francisco Thomas dos Santos, SC 405, nº 3150
CEP 88066-280 - Armação do Pântano do Sul - Florianópolis/SC
E-mail: fdepuc@gmail.com Fone: (48) 3237-5950 / (48) 3239-4107 CNPJ 00.909.972/0001-01

3



Consulta Pública para Criação da Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Meieimbipe

Local: ESM. RESSOINA MEIEIMBIPE DATA: 24/03/2010

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
1. na p. a. sara	Aluna			
2. Ana Luísa de Sá	Aluna			
3. Nela de Souza Sato	Aluna			
4. Sônia Tereza Bortolo	Aluna			
5. Mariana Garcia de Sá	Aluna			
6. Vitoria Garcia de Lima	Aluna			
7. Claudete dos Santos	Aluna			
8. Anderson Diniz	Aluna			
9. Tereza Gonzalez	Aluna			
10. Bruna de Sá	Aluna			
11. Vivian de Sá	Aluna			
12. Gabriel Aguiar	Aluna			
13. Juliana de Sá	Aluna			
14. Catarina de Sá	Aluna			
15. Thais de Sá	Aluna			
16. Mariana de Sá	Aluna			
17. Mariana de Sá	Aluna			



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Feipe Schmidt, 1320 - 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
Departamento de Unidades de Conservação - DEPUJ
Rod Francisco Thomas dos Santos, SC 408, nº 3150
CEP 88086-260 - Armação do Pântano do Sul - Florianópolis/SC
E-mail: fdepuc@gmail.com Fone: (48) 3237-5660 / (48) 3238-4107 CNPJ: 00.909.972/0001-01



Consulta Pública para Criação da Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Melembipe

Local: EBM Heroiniana DATA: 24.03.2023

(4)

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
1 Andréia	- T2	-	-	
2 Paulo Francisco Magalhães	Conselho NA Cidade LOM	-	-	
3 Paulo A Spineti	UFSC - ECZ - OBSERVA/LAMG	-	-	
4 JOSE SPATIER R. PIRES	DILIC / FLORAM	32516541	floram-matrim-cpa@floram.gov.br	
5 MARINA C. VENTURINI		4829477334		
6 Manduchi de Oliveira	PROTECTORA INGLESSES	48 988234951	ARB.06.02@ufsc.br	
SUZANO DE SAUSA	ALUNA	5199527466		
Lauren Rosa	ALUNA			
GABRIELE	ALUNA			
Kaolin Dutra	ALUNA	50976606		
Danielo Fytki	Interesse de	99774169		
Gilberto J. P. de Andrade	Interesse de	98498060	gabandrade@schwa.com	
Lula Mendes Simoes				
BRUNO REINHOLDT ZIMMERS NETO	REFUGIO FLORAM	32375660	fdepuc@gmail.com	



**CONSULTA PÚBLICA PARA CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO
REFÚGIO DA VIDA SILVESTRE MUNICIPAL MEIEMBIPE - DE 04 DE MARÇO DE
2020**

1 Ao dia 04 do mês de Março de dois mil e vinte, às 19:00 horas na EBM Herondina Meleiros
2 Zeferino, no bairro dos Ingleses, reuniu-se a Equipe Técnica para a Criação do Refúgio da Vida
3 Silvestre Municipal Meieimbipe, para realização de uma consulta Pública para a Criação da
4 Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Meieimbipe, segundo a Lei nº
5 9.985/00 – SNUC. Estando presentes o total de **64 participantes**, sendo os seguintes
6 representantes da Floram: Sr. Mauro Manuel da Costa - Chefe de Departamento de Unidades de
7 Conservação, Arthur Vieira – Gerente de Unidades de Conservação, Aracídio de Freitas Barbosa
8 Rocha Netto – Chefe de Divisão de Administração de UCs, Silvane Dalpiaz do Carmo – Chefe
9 de Departamento de Educação Ambiental, Mariana Hennemann – Coordenadora do Plano
10 Municipal da Mata Atlântica, Henrique Pedro dos Reis – Geógrafo e João Paulo Rocha Netto -
11 Biólogo. Presidindo a Mesa o Sr. Danilo Funke, técnico aposentado da Floram e presidente da
12 extinta Comissão de Adequação de Unidades de Conservação da Floram, abriu a Consulta às
13 19:20 horas e fez uma explanação sobre as regras da consulta pública e a forma como acontecerá
14 o debate, onde após a explanação técnica os interessados poderão se inscrever para fazer
15 perguntas, todas as perguntas serão respondidas pelos técnicos e se por ventura a equipe não
16 conseguir responder no ato à alguma destas perguntas, ou não julgar pertinente ao interesse
17 coletivo, ela o fará posteriormente via e-mail, sendo que nenhuma pergunta feita nesta reunião
18 ficará sem resposta. Dando prosseguimento o Presidente da Mesa passou a palavra para o Sr.
19 Mauro Manuel da Costa da Floram, que realizou uma apresentação técnica sobre o Refúgio da
20 Vida Silvestre Municipal Meieimbipe (REVIS Meieimbipe) e o seu entorno, explanou conceitos
21 gerais da legislação sobre procedimentos, objetivos, e criação de unidades de conservação, e seus
22 instrumentos legais (zoneamento, plano de manejo e conselho consultivo), apresentou os estudos
23 preliminares da equipe técnica que definiu a proposta apresentada dos limites nova Unidade de
24 Conservação, que possui como critérios a inclusão somente de áreas de APP no Plano Diretor, e
25 excluindo as áreas de APP já ocupadas para eliminar conflitos socioambientais, e ainda apresenta
26 os objetivos da REVIS Meieimbipe, e benefícios associados.

27 Após a explanação técnica sobre o REVIS Meieimbipe, foram realizadas as inscrições para
28 manifestação de perguntas para os técnicos totalizando 20 (vinte) inscrições. Ficou estabelecido
29 que os questionamentos fossem divididos em blocos onde primeiramente se apresentarão os
30 primeiros 05 (cinco) questionamentos, após apresentados a equipe irá responder a estes
31 questionamentos, prosseguindo serão apresentados os outros blocos de 05 (cinco) e respostas
32 respectivamente.

33 Abriando as manifestações, **Luis Vasconcelos**, morador do entorno da REVIS, apresenta três
34 questionamentos, primeiro se haverá devolutiva para a população, a segunda se existe um mapa
35 com uma escala mais detalhada para os moradores terem uma localização mais clara das suas
36 propriedades e os limites da UC, a terceira é se a UC que é de uso público implicará em ele não
37 poder captar mais água da nascente, se será obrigado a ter CASAN. Seguindo com os
38 questionamentos, **Ciro Lamas**, da Associação de Moradores dos Ingleses - AMI, primeiro
39 reforça que essa proposta vem a calhar com outro projeto que elas da AMI entregaram para a
40 câmara de vereadores para a criação do Parque das Felicidadeiras e já passou inclusive pela
41 Comissão do Meio Ambiente, para justamente proteger as áreas de APP que estão sendo
42 invadidas, parabeniza a Floram pela iniciativa e reforça que estão de apoio. Ainda, solicita se
43 seria possível na proposta, futuramente tomar a área referida como Parque das Felicidadeiras
44 dentro do REVIS. Seguindo com os questionamentos, **Luis Augusto Viviane**, proprietário da



45 Vargem Grande, participou da reunião do dia anterior e traz à tona a necessidade de maiores
46 esclarecimentos sobre a proposta, se apresenta dizendo que já esteve em outras reuniões e tem
47 algumas preocupações como a delimitação das zonas de amortecimento (ZA), quais são esses
48 limites que não aparecem no mapa, e diz que pode ampliar as ZA por vários de quilômetros de
49 extensão, questiona se será que já não tem leis para isso e não precisa fiscalizar ao invés de criar
50 novas UCs. Ainda, coloca preocupação sobre como a UC irá sobreviver com verbas públicas, e
51 que a gestão dessas UCs podem ser feitas não somente pelo órgão público que ONGs podem
52 participar e sabe se lá se há algum interesse econômico, se ONGs fizerem a gestão irão mandar
53 sobre as suas casas, pois a lei diz que nas ZA prevê visitação nas áreas. Ainda, solicita maior
54 detalhamento dos mapas, e outras informações desse processo, como os estudos referidos,
55 solicita maior transparência do processo. Seguindo com os questionamentos, Eralton, morador e
56 proprietário da Vargem Grande, diz que não pode na reunião do dia anterior e comunica que
57 houve um desentendimento entre o Sr. Mauro e o seu filho Sr. Luis Augusto, e que depois
58 conversou com o Sr. Mauro que garantiu a ele que tem toda a oportunidade de falar e esclarecer
59 suas dúvidas e colocações, o Sr. Eralton afirmou que ele e os filhos irão contestar em todas as
60 reuniões. Sr. Eralton, começa a contar da sua vida e situação financeira dizendo aonde mora, mas
61 seu tempo esgotou e irá se inscrever novamente. Seguindo com os questionamentos, José
62 Salatiel, professor da UFSC, que retomou há 6 anos para morar na ilha justamente buscando
63 qualidade de vida para morar, expõe que essa qualidade de vida está relacionada áreas de mata
64 nativa que restaram na ilha, e que esses fragmentos provocam serviços ecossistêmicos fantásticos
65 para que se tenha essa qualidade de vida, porém que isso só irá se manter e as futuras gerações
66 poderão usufruir esses benefícios se áreas naturais continuem protegidas. Sr. Salatiel, traz como
67 exemplo o que a universidade fez com a área da UCAD (Unidade de Conservação do Desterro),
68 que não é uma UC na verdade cadastrada no SNUC, mas que a universidade deixou justamente
69 esta área que tem uma importância para a biodiversidade, para ela mesma não construir nesse
70 espaço, dando como exemplo. Sr. Salatiel parabeniza a proposta e como profissional da UFSC
71 fica feliz para que a área da UCAD passe para efetivamente uma UC.

72
73 Respondendo a estes questionamentos o Sr. Aracídio de Freitas Barbosa Rocha Netto inicia
74 respondendo ao questionamento do Luis Vasconcelos sobre a devolutiva pós consulta, explica
75 que a praxe pós consulta é arrecadar as contribuições para se integrarem de certa forma no
76 relatório, e serem anexada no processo e pretendem tornar mais visível possível o acesso desse
77 documento, também indica quanto ao detalhamento do mapa e da UC proposta para as dúvidas
78 da área da propriedade, é possível entrar diretamente no site do geoprocessamento da prefeitura,
79 ali identificar a propriedade e na camada do Plano Diretor verificar que parte da propriedade
80 estaria em APP e que se incluiria dentro dos limites do REVIS. Para complementar Mariana
81 Hennemann esclarece para que qualquer um que tiver dúvidas sobre detalhamento de mapas
82 pode procurar diretamente a Diretoria de Licenciamento e a Floram no centro (Rua Felipe
83 Schmidt, 1320) todos os dias das 13h00 as 19h00 para verificar especificamente cada caso.
84 Retomando ainda as questões do Luis Vasconcelos, Aracídio responde quanto à questão da
85 captação de água e primeiro fala para lembrar que, por exemplo, a Associação de Moradores
86 da Costa da Lagoa já fazem toda sua captação em áreas de APP, e que também a Associação do
87 Sol Nascente do Saco Grande também capta e transmite a água aos seus moradores e cobra uma
88 taxa, essas transmissões já existem na cidade e são autorizadas e permitidas, e com a UC é uma
89 oportunidade de regar a forma que com isso acontece, para que os sistemas sejam mais efetivos
90 e eficazes, e criar uma parceria com a UC, identificando e trabalhando algumas irregularidades.
91 Aracídio agradece a participação do Ciro da AML, e responde que é possível sim a criação de
92 áreas específicas de uso intensivo em lugares estratégicos aonde o impacto seja menor e haja
93 viabilidade, inclusive cita que na área próxima ao "Parque das Feiticeiras" a prefeitura tem uma
94 área que poderia ser construído uma sede e receber um nome específico de modo a agregar a



95 população do entorno com a identidade que já se tem, ainda complementa que a UC do REVIS
96 Meimbipe é imensa e é possível se pensar em vários núcleos e a própria Floram tem interesse
97 nisso. Seguindo as respostas, Mauro Manoel esclarece ao Luis Augusto quanto a ZA, que ligou
98 para o Sr. Eralten e o Sr. Luis no dia de hoje para conversar sobre o assunto, e tentarem avançar
99 nas consultas para estarem se aprimorando no processo, quanto a ZA esta estará estabelecida
100 considerando o Plano Diretor, e se dispões a todos para haver garantias disso essa questão já
101 estar inclusa no instrumento legal de criação. Quanto ao uso público e o receio quanto aos
102 moradores, Mauro Manoel, ratifica que o uso público é referido à categoria da UC e não que a
103 UC se dará em cima das propriedades privadas e que isto também será considerado no
104 instrumento de criação.
105 Retornando a abertura do segundo bloco de questionamentos o presidente passou a palavra para
106 **Paulo Spínelli**, do Conselho da Cidade Lions, primeiro agradeceu a Floram por todo o processo e
107 ajuda na preservação, depois sugere quanto ao nome REVIS Meimbipe que não tem nenhuma
108 referencia para moradores do norte da ilha, que se não seria possível colocar algum sobrenome
109 embaixo desse como, por exemplo, Morro do Caçador e da Feiticeira que teria alguma
110 referencia. Ainda, Paulo afirma que em 2007 foi solicitado pelo Plano Diretor para que se
111 manifestasse sobre um abaixo assinado do Prédio das Gaivotas aonde propôs que o no local fosse
112 criado a UC do Parque das Feiticeiras, e até onde sabe foi feito um Projeto de Lei para isso,
113 questiona se esse projeto do Parque das Feiticeiras foi considerado na proposta apresentada.
114 Seguindo com os questionamentos, **Rafael Freitag**, do Instituto Socioambiental da Praia do
115 Santinho- ISAS, primeiro parabeniza os técnicos por acatarem esse pedido de longa data de
116 criação da UC REVIS, e depois coloca que devemos parar de pensar no próprio umbigo de só
117 pensar no que vai me atingir e que na verdade tudo atinge, a água atinge, a floresta atinge e é
118 uma necessidade criar a UC, questiona sobre qual Florianópolis queremos viver, e se queremos
119 ter água para tomar. Ainda, Rafael ressalva a quantidade de pessoas que se está presente, que
120 muito mais deveriam estar presentes, preocupados e lutando por uma cidade por melhores
121 condições. Seguindo com os questionamentos, **Alberto e Barros Neves**, presidente do Lions
122 Clube Ingleses e também do Conselho Comunitário de Segurança do Ingleses, Santinho e Rio
123 Vermelho, primeiro parabeniza o Mauro Manoel, a Silvana, os demais que não conhece, mas por
124 eles sabe que é um projeto salutar, e traz duas perguntas, o primeiro que a água que eles
125 consomem nos Ingleses 85 a 90% é do aquífero Ingleses, se é possível transformar o aquífero em
126 UC, porque se não precisa perder tempo criando outras UCs porque os seres humanos terão que
127 sair da ilha. A segunda pergunta do Alberto, é sobre a rua que está sendo pavimentada na
128 Vargem Grande e que sai nos Ingleses, é mais um acesso e por conta disso já tem relatos no
129 CONSEG que a especulação imobiliária esta de olho na área, e solicita a Floram e a Polícia
130 Ambiental faça um trabalho intensivo na região para o impacto ser menor, a criação da UC irá
131 ajudar isso. Ainda, Alberto salienta que o benefício social da criação de uma UC é maior que o
132 benefício privado e assim que tem que ser, mas é claro que deve se considerar e respeitar as
133 propriedades privadas existentes. Seguindo com os questionamentos, **César Koschik**, morador
134 da Cachoeira, está somente há dois meses aqui e veio optando pela natureza, cita a periferia dos
135 Ingleses como uma contravenção de exploração, que as construções não param desrespeitando a
136 natureza, também solicita por ser uma reunião pública que a Floram exponha quem ela convidou
137 e não esta presente para saber quem são os parceiros, expor para comunidade. Ainda, César
138 sugeriu que deveria ter algum instrumento de proteção dos rios que chegam até o mar, que está
139 protegido as nascentes, mas depois vão sujando, deve ser previsto a proteção de todo o canal.



140 Seguindo com as manifestações, **Mariana Hennemann**, Coordenadora do Plano Municipal da
141 Mata Atlântica, cita a criação do Plano da Mata Atlântica que foi feito com participação popular
142 e que foi aprovado em novembro, e em março será realizado a publicação oficial, dentro do
143 Plano há áreas prioritárias para conservação e recuperação, e área do maciço norte foi a área
144 mais votada para priorização de ações de conservação, assim coloca o total apoio para a
145 consolidação da UC REVIS Meimbeipe.

146 Respondendo a estes questionamentos Danilo Furke reinicia colocando sobre a manifestação do
147 Paulo a respeito do Projeto de Lei do Parque das Feiticeiras, sobre o estado do mosaico das UCs
148 da ilha, e que esse estudo foi utilizado levando em consideração então a proposta da criação do
149 Parque das Feiticeiras. Mariana Hennemann esclarece quanto o questionamento sobre o aquífero,
150 e que na proposta do Plano da Mata Atlântica tem identificado uma série de áreas de
151 abastecimento prevendo uma série de medidas para proteger essas áreas e sugerindo a inclusão
152 dessas em UCs existentes próximas. Aracídio esclarece quanto aos Projetos de Leis citados já
153 como existentes para a criação do Parque das Feiticeiras, e que eram dois projetos considerando
154 também a área de dunas, do Morro das Feiticeiras, e do Morro da Cachoeira do Bom Jesus, que o
155 que mantém desses projetos é o sonho de garantir uma proteção mais efetiva dessas áreas, pois
156 aqueles projetos tinham umas falhas envolvidas e que hoje a Floram tem um entendimento que a
157 criação de UCs acontece em nível executivo, suportada por estudos técnicos, o que aqueles
158 projetos não supriam, e que também outra coisa é que os projetos tinham a categoria de Parque, e
159 como já explicado na apresentação essa categoria não é interessante pra área por não permitir
160 propriedade privada, e a última coisa é que os mapas dos projetos serviram de base. Mauro
161 Manoel esclarece com relação à manifestação do Cesar, e que exatamente a proposta da REVIS é
162 trazer algumas garantias de proteção vista as contravenções enfrentadas que a região vem
163 tomando, entendendo que essa proposta irá dar uma segurança maior pensando nas experiências
164 das outras UCs do Município. Ainda, Mauro expõe sobre os diversos ecossistemas da Ilha e dos
165 processos de urbanização que vemos sofrendo junto à mobilidade que vêm estrangulando essas
166 áreas naturais, muitas vezes impactando enormemente, e, por exemplo, já não temos mais
167 comunicação de fauna entre o continente e a ilha, cita ainda a planície do Campeche, que se não
168 for feito corredor ecológico irá se perder comunicação entre os maciços, que se precisa pensar
169 em mobilidade, porém precisa haver certos cuidados ambientais.

170 Retornando a abertura do terceiro bloco de manifestações o presidente passou a palavra para
171 **Fabrizio Almeida**, pesquisador da UFSC do laboratório de gestão costeira integrada, do
172 observatório de áreas protegidas e diretor do Instituto Aprender Ecologia, primeiro parabeniza a
173 Floram por trazer essa proposta tão importante pra a discussão de proteção da área do maciço
174 norte e de todos os atributos que ela compõe. Fabrizio traz um breve relato que já visitou e
175 trabalho em UCs em diversos países, e que sempre as comunidades do entorno são beneficiadas
176 direta ou indiretamente, traz como exemplo serviços de pousadas, alimentação, guias,
177 transportes, e especifica que a UC em questão os benefícios não somente falando de fauna e
178 flora, traz benefícios pra população como a questão climática, provisão da água, aspectos
179 culturais, oportunidades de recreação, de educação ambiental, e de saúde mental. Ainda, traz o
180 caso da UC do Parque Natural Municipal da Lagoa do Jacaré das Dunas do Santinho que foi
181 criada em 2016 e hoje a população que vive no entorno já absorveu dessa UC, que se encontra
182 organizada com placas, áreas de estacionamento. Por fim, Fabrizio manifesta veemente de apoio



183 com a proposta em nome de todas as entidades que ele representa. Seguindo com as
184 manifestações, **Paulo Spinelé**, retoma a fala com duas questões, primeiro que o trabalho que
185 fizeram durante 1 ano de caracterização ambiental de toda área para câmara de vereadores que
186 foi totalmente modificado prevendo a transformação da área para comercial, pergunta se há
187 como reverter essa situação e manter APP, e também um caso similar no Itacorubi, que se não
188 mudar isso na câmara de vereadores não irá conseguir proteger boa parte do Morro das
189 Feiticeiras. Seguindo com as manifestações, **Maria Flor**, do ISAS, primeiro agradece
190 diretamente ao DEPUC pelos trabalhos desenvolvidas, e menciona em relação à problemática
191 que surgia de dinheiro vindo do exterior para repassar para ONGS em gestão de certos espaços e
192 que vê de forma positiva, que esses países têm condições e mais experiências auxiliando o Brasil
193 que precisa disso, e esclarece que os trabalhos que desenvolve no ISAS na UC do Santinho, por
194 exemplo, nos últimos 4 anos acontece de forma voluntária. Seguindo com as manifestações,
195 **Lise Torok**, retorne a parabenizá-lo pela equipe da Floram, que finalmente trouxe a proposta da
196 REVIS que leva em conta a construção de mosaicos de UC na ilha, também ressalta que não há
197 alarde o que já na legislação federal essas áreas já são como APP e não se pode fazer nada, e
198 havendo essa área como uma UC do REVIS há uma ampliação dos instrumentos de gestão dessa
199 área. Seguindo com as manifestações, **Eralton**, retorna a se manifestar iniciando que tem a área
200 na Vargem Grande há 32 anos, e que não é para vender, a área é toda registrada e maioria APP, e
201 convida quem quiser pra visitar, e quem tem o interesse na preservação e não tem interesse em
202 vender para condomínio, e questiona onde está a proposta de legislação para ver o que vai ser
203 aprovado de fato, que o discurso é bonito, mas quer ver por escrito o que vai contar pro
204 judiciário.

205 Respondendo a estes questionamentos o Sr. Mauro Manoel da Costa inicia respondendo ao
206 Eralton, que reforçou que propôs pra Associação de Moradores da Vargem Grande marcar um
207 encontro para esclarecimento de mapas e dos dispositivos legais, mas também esclarece que não
208 é necessária para a criação de UC toda a legislação e sim os conceitos norteadores, delimitações.
209 Aracido, quanto aos agradecimentos realizados também agradece a todos pelo empenho e de
210 também estar juntos nesse processo, e cita o caso da UC do Santinho que junto ao Conselho
211 Gestor e ações vem sendo um exemplo de como uma criação de uma UC pode ser efetivo,
212 fomentando a promoção e implementação de políticas públicas em um processo participativo.
213 Mariana Hennemann, quanto às questões do Paulo sobre reversão de alterações que aconteceram
214 no Plano Diretor que da mesma forma que eles vêm lutando como, por exemplo, do Conselho da
215 Cidade, eles continuarão discutindo para quando houver a oportunidade de uma próxima revisão
216 fazer essas alterações e melhorias, e resgatar as propostas técnicas que já tinham feitas. Aracido
217 retorna, ressaltando sobre colocações do Sr. Eralton, relacionado à pagamentos por serviços
218 ambientais sobre proprietários que protegem há uma potencializarão dessa possibilidade com a
219 criação da UC, que tem uma perspectiva na lei no Sistema Estadual de Unidades de
220 Conservação, por exemplo, que prevê o pagamento por esses serviços prestados, assim os
221 proprietários seria beneficiados por isso, e também como colocado na consulta de segunda feira é
222 possível o pagamento de compensação ambiental destinada para a área da UC por outros
223 empreendimentos pela cidade.

224 Retomando a abertura do quarto e último bloco de manifestações o presidente passou a palavra
225 para **José** que se manifesta solicitando o detalhamento do mapa, para ter o acesso dos limites da



226 UC e ver as áreas que foram excluídas da APP, e a segunda pergunta é para ele ainda não
227 esclareceu quais são os benefícios no dia a dia que acontecerão em uma UC ao invés de uma
228 APP, e levanta novamente a questão da fiscalização se irá ocorrer quando houver uma
229 irregularidade ou não, e ainda que porque as casas irregulares em APP foram excluídas como se
230 premiadas, se irá ser feito algo com isso. Ainda, José solicita que se outras entidades fora a
231 Floram fazem parte da elaboração dessa proposta, solicita que seja informado os nomes. E por
232 fim, José pergunta como se irá garantir quanto a ZA irá respeitar o zoneamento no Plano Diretor,
233 e se quando existir uma comissão para planejar a UC poderá decidir passar uma trilha dentro de
234 uma propriedade privada por exemplo. Seguindo com as manifestações, **Genoveva Henz**,
235 moradora dos Ingleses há 9 anos, cita que nos últimos anos houve muitas transformações, que a
236 população triplicou, e não tem mais onde construir, tudo o que se constrói é de forma ilegal,
237 relata inúmeros problemas da realidade lixo, esgoto, mobilidade. Mais especificamente,
238 Genoveva relata a situação da sua casa que devido a esse processo descontrolado e de
239 desrespeito às leis acontece, tendo infestação de pombas em casa, e indo a uma praia cheia de
240 fezes no mar indicando que isso seja reflexo do governo que ocupa esse país, e que o sistema da
241 Prefeitura não PE integrado, ineficiente e atrasado, e encerra parabenizando a iniciativa da
242 proposta. Seguindo com as manifestações, **Ronaldo Carlos**, morador da Vargem do Bom Jesus,
243 inicia fazendo a ressalva que os problemas mencionados de construção irregulares e invasão de
244 áreas de APP por pessoas de "fora" só acontece devido ao ludibriamento dessas pessoas por
245 moradores que vendem as terras, sem informar que não é permitido, e reforça o problema da
246 fiscalização. Ronaldo manifesta-se quanto à proposta dizendo que aonde já é APP as pessoas
247 invadem, e aonde é uma UC as pessoas respeitam mais, apoiando e citando que representa 26
248 famílias que moram no local e todos sim apoiam e acreditam que uma UC iria melhorar e
249 preservar o local. Seguindo com as manifestações, **Paula Daniela**, bióloga moradora dos
250 Ingleses, reforça a importância sobre UCs, e seus benefícios, enchentes, turismo, manutenção
251 dos recursos hídricos, apoiando a proposta e importância de se aprovar para serem resguardados
252 por lei.

253 Respondendo as manifestações Sr. Mauro Manoel dirigindo-se ao questionamento do José reitera
254 que já se dispuseram na Vargem Grande no detalhamento e verificação dos mapas que será
255 realizado em conjunto. E quanto ao depoimento do Ronaldo quanto ao "beneficiamento" das
256 casas irregulares que estão em APP serem excluídas da UC, foram retiradas para evitar conflitos
257 em primeiro momento, mas que irão ser avaliadas em outra instância pelo poder público de sua
258 situação, e cada uma sofrerá o que de acordo com a legislação. Quanto a ZA esclarece que elas
259 não irão ter 3 km, serão uma borda da UC e irão levar em conta as restrições do Plano Diretor, se
260 a área for uma APL, continuaria sendo uma APL, e também complementa que ainda não se tem
261 esse projeto informando que a ZA pode ser estabelecida de duas maneiras, ou direto na lei de
262 criação ou no desenvolvimento do Plano de Manejo junto ao Conselho Gestor. Ainda, que se
263 realizando o plano de manejo, ZA e zoneamento junto ao Conselho garantiria assim a
264 oportunidade das comunidades estarem sendo representada e estar desenvolvido em conjunto,
265 isto é um instrumento legal para garantir a participação comunitária. Sobre a pergunta das
266 entidades participando nesse processo, Mauro informa que as que estão participando nesse
267 processo, que é antigo e muitas associações e movimentos comunitários já estiverem envolvidos,
268 porém que esse processo administrativo iniciado para elaboração da proposta apresentada veio a



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS

269 partir de uma solicitação das seguintes ONGs: Instituto Çarakura, ISAS, UC da Ilha, Costa
270 Legal, IEATA. Assim, com essa solicitação e a tentativa da convergência de outras demandas e
271 solicitações, como pela AMI sobre o Parque das Feiticeiras, elaborou-se a presente proposta.
272 Antes do encerramento, Rafael Freitag faz uma última colocação, quanto à transparência do
273 processo e se não seria possível disponibilizar no site da Floram os mapas e a minuta detalhada.
274 Danilo Funke responde que a solicitação foi registrada, mas ressalta que é possível verificar
275 diretamente o site do geoprocessamento da prefeitura, e que também os técnicos da Floram no
276 centro estarão disponíveis para os esclarecimentos. Sendo este a última manifestação o
277 Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos encerrando assim a Consulta Pública. Esta
278 Consulta Pública foi encerrada às 21:46 horas. Esta Ata foi redigida por Camila Ayroza,
279 estagiária do Departamento de Unidades de Conservação – DEPUC/Floram, de acordo com o
280 áudio da gravação e a submeterá a equipe de trabalho para apreciação e aprovação para todos os
281 efeitos legais.

282



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS

- **Consulta Pública Costa da Lagoa, Canto dos Aracas e Lagoa da Conceição (05 de março de 2020)**



Imagens 74 e 75: Fotografias da consulta pública realizada na Escola Desdobrada da Costa da Lagoa abrangendo as comunidades da Costa da Lagoa, Canto dos Araçás e Lagoa da Conceição - 05/03/2020.

Segue a lista de presença e respectiva ata da consulta:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Feipe Schmidt, 1320 - 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
Departamento de Unidades de Conservação - DEPUC
Rod Francisco Thomas dos Santos, SC 406, nº 3150
CEP 88068-280 - Armazém do Pântano do Sul - Florianópolis/SC
E-mail: fdepuc@gmail.com Fone: (48) 3237-5660 / (48) 3238-4107 CNPJ 00.909.972/0001-01



2

Consulta Pública para Criação da Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Melembipe
Local: COSTA DA LAGOA - ESCOLA LOCAL DATA: 05/03/2020

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
Ana Luiza Simões		(48) 9918280327	analuzia@depuc.sc.gov.br	[Assinatura]
Sandra C. Pedreira		99945377		[Assinatura]
Robson Luiz Loureiro	morador	(48) 336659050		[Assinatura]
Alípio dos Santos		351616365	senior.sp@ig.com.br	[Assinatura]
MICHELLE DOS SANTOS	moradora	077 98515070	ARZOPR@uol.com.br	[Assinatura]
Priscylla Furtado		011 94621220		[Assinatura]
Paulo V. Pereira		015 986261611		[Assinatura]
ALEX RAISIR LEÃO	MONITOR	048 (3328306)		[Assinatura]
FRANCISCO LAUREANO	MONITOR	048 44109000		[Assinatura]
Luiz Nalvo Loureiro	MONITOR	999737778	Seu.kelvin@uol.com.br	[Assinatura]
Luciana Oliveira	MONITOR	916 33 0333	luciana.pereira@depuc.sc.gov.br	[Assinatura]
Ulisses RIBEIRO	MONITOR	99991590		[Assinatura]
LÉIA LÉLIO RIBEIRO	MONITOR	999 51697	lelia@depuc.sc.gov.br	[Assinatura]
ALEXANDRE A. OLIVEIRA	MONITOR	999 942832		[Assinatura]
ARTHUR VIEIRA		284 73 9505		[Assinatura]
MARCELO GUSTAVO FERREIROS SANTOS	MONITOR	999 67287	marcelo@depuc.sc.gov.br	[Assinatura]
RODOLFO SANTOS	MONITOR	16 11		[Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Feipe Schmidt, 1320 - 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
Departamento de Unidades de Conservação - DEPUC
Rod Francisco Thomaz dos Santos, SC 408, nº 3150
CEP 88066-260 - Armação do Pântano do Sul - Florianópolis/SC

E-mail: fdepuc@gmail.com Fone: (48) 3237-5660 / (48) 3236-4107 CNPJ 00.909.972/0001-01

3



Consulta Pública para Criação da Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Melembipe

Local: COSTA DA LAGOA - ESCOLA LOCAL DATA: 05/03/2020

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
Claudia M.S.G. Lopes		3037-4302	com.silvestre@flor.gov.br	
Fátima Ferreira Bedeiros	INM - Casa Legal	33455525	f.ferreira@inm.gov.br	
Maurício Amador Passalunghi	ONG CONSTRUIR VIDA NA TURTILHA	93481-8993	MLEAD@1@OHMAIL.COM	
Alciana Quaresima		99770-3155	simpatizantes@sigat.org.br	
Lucas de Deus Medeiros	rede de ONGs de Man. Ambiental - RMA	99667-0102	lmedeiros@sigat.org.br	
Marcia Zaldassica Curi	Meio Ambiente da Comunidade	498042512	marciacuri@meioambiente.com.br	
Fátima B. B. F. F. F.	Meio Ambiente da Comunidade	99825-7628	fatima@meioambiente.com.br	
Cláudia B. B. B. B.	Meio Ambiente da Comunidade	99825-7628	claudia@meioambiente.com.br	
Adriana M. M. M. M.	Meio Ambiente da Comunidade	99825-7628	adriana@meioambiente.com.br	
Adelá Davini da Silva	Meio Ambiente da Comunidade	99825-7628	adelada@meioambiente.com.br	
Adriana M. M. M. M.	Meio Ambiente da Comunidade	99825-7628	adriana@meioambiente.com.br	
ITALO A. M. M. M.	Meio Ambiente da Comunidade	99825-7628	italo@meioambiente.com.br	
MARILINA C. M. M. M.	Meio Ambiente da Comunidade	99825-7628	marilina@meioambiente.com.br	
HERMES LACERDA BASTOS	Meio Ambiente da Comunidade	99825-7628	hermes@meioambiente.com.br	
Paulo César M. M. M.	Meio Ambiente da Comunidade	99825-7628	paulo@meioambiente.com.br	
Edson de Oliveira	Meio Ambiente da Comunidade	99825-7628	edson@meioambiente.com.br	
KELLY TEIXEIRA	Meio Ambiente da Comunidade	99825-7628	kelly@meioambiente.com.br	



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Feipe Schmidt, 1320 - 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
Departamento da Unidades de Conservação - DEPUIC
Rod Francisco Thomas dos Santos, SC 408, nº 3150
CEP 88066-260 - Armação do Pântano do Sul - Florianópolis/SC
E-mail: fdepuc@gmail.com Fone: (48) 3237-5660 / (48) 3238-4107 CNPJ 00.909.972/0001-01

(4)

Consulta Pública para Criação da Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Melembipe
Local: Costa da Lagoa DATA: 05/03/20

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
Carla H. Afreza	ONG CESTA VERDE	912282634	cestaverde@gmail.com	
Gene Dinato	CMF - Grub Ver. Maquilo Comunidade	981224532	grubvermaquilo@gmail.com	
Rose Neves	Colônia UC da Ilha	48-99688	coloniabonnet@gmail.com	
MARLOS JOSE DE OLIVEIRA	Associação em Mo. VC/UF	30933112	gnaesoflorianopolis@gmail.com	
Fabio Gies	OBSEVA - UFSC	99266944	mmguito@obseva.org.br	
Fernando Szymala	ASSOCIAÇÃO B. SAUDE MENTAL	99013243	saudeambiental@ufsc.br	
Henrique Polonini	FLORAM	99013243	SPUAT@floram.org.br	
João Maurício de Jesus	OBSEVA UFSC / PAERVC	48-99607-8513	joaomauricio@floram.org.br	
Luca Leal	Morador		mauriciolucas@floram.org.br	
Elisavete Oliveira	MORADOR ASSOCIADOS SEMANAS DE MORADORIA	99-9581125	discussao@semanasde.com.br	
Valdinei Vidal de Amorim Dias	AMMA - MORAD. DA AGRICULTURA	99-9581125	prunio@hottmail.com	
Walter P. Queiroz	ANACUSTA		danielteodoro@hotmail.com	
Pinto Gomes	MORADORA	99-9581125	pinpinto@melembipe.com.br	
Sônia M. Helita Rocha		99-9581125	soniamelita@gmail.com	



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS


Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Feipe Schmidt, 1320 - 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS


 Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
 Departamento de Unidades de Conservação - DE/PUC
 Rod. Francisco Thomas dos Santos, SC 406, nº 3150
 CEP 88068-260 - Armação do Pântano do Sul - Florianópolis/SC
 E-mail: fdepuc@gmail.com Fone: (48) 3237-5660 / (48) 3238-4107 CNPJ 00.909.972/0001-01

(6)

Reunião (Ordinária Extraordinária n.º 3 DATA 13/03/2010

Reunião com a comunidade da Costa da Lagoa para discussão sobre a criação do Refúgio da Vida Silvestre Melembipe

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
Luiza Mattos Santos	DEPUS / Florian			
FERRAS P. A. Da Cruz	UDESC	99 818-2655	04-da-cruz	Luiza Mattos
Milida Hoffmann	A MOCOSTA	99 3699 22	milida@moocostan.com	
RENATO CARREIRO	PRIMO COSTA	99 10809 22		
Aluísio Lúcio Araújo	PRIMO COSTA	99 132 22 61		
Associação de Fomento à Zona Norte	FLORAM - PRAX	3237 5660	fior-avz@gmail.com	
Rox Lourenço Garcia	A MOCOSTA	99 241964	rox.garcia@moocostan.com	
Wilsoni Viana de Azevedo Dias	Moléstia e Agressão Ambiental Florianópolis	99 4581 1125	molestia@molestia.org.br	
Arlete Vieira	Florian	99 7139305		
Maurício Mourão de Sousa	CF	99 768777	fdepuc@gmail.com	
MARCELO C. HEINENHARDT	P. Ocean / D. Lic	25116581	marcelo@poc.com.br	
JOSÉ SALATINI R. PIRET	UFSC	99 818 01 17	salatini@ufsc.br	



**CONSULTA PÚBLICA PARA CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO
REFÚGIO DA VIDA SILVESTRE MUNICIPAL MEIEMBIPE - DE 08 DE MARÇO DE
2020**

1 Ao dia 05 do mês de Março de dois mil e vinte, às 19:00 horas na Escola Desdobrada da Costa
2 da Lagoa, no bairro da Costa da Lagoa, reuniu-se a Equipe Técnica para a Criação do Refúgio
3 da Vida Silvestre Municipal Meiembipe, para realização de uma consulta Pública para a Criação
4 da Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Meiembipe, segundo a Lei
5 nº 9.985/00 – SNUC. Estando presentes o total de 59 participantes, sendo os seguintes
6 representantes da Floram: Sr. Mauro Manuel da Costa - Chefe de Departamento de Unidades de
7 Conservação, Elias Pires – Chefe de Divisão de Implementação de UCs, Aracídio de Freitas
8 Barbosa Rocha Netto – Chefe de Divisão de Administração de UCs, Mariana Continho
9 Hennemann – Diretoria de Licenciamento, Caroline Pereira Neres – Diretoria de Licenciamento,
10 Juliana Oliveira – Diretoria de Licenciamento e Henrique dos Reis – Departamento de Educação
11 Ambiental. Presidindo a Mesa, o Sr. Danilo Funke, técnico aposentado da Floram e presidente da
12 extinta Comissão de Adequação de Unidades de Conservação da Floram, abriu a Consulta às
13 19:15 horas e fez uma explanação sobre as regras da consulta pública e a forma como acontecerá
14 o debate, onde após a explanação técnica os interessados poderão se inscrever para fazer
15 perguntas, todas as perguntas serão respondidas pelos técnicos e se por ventura a equipe não
16 conseguir responder no ato à alguma destas perguntas, ou não julgar pertinente ao interesse
17 coletivo, ela o fará posteriormente via e-mail, sendo que nenhuma pergunta feita nesta reunião
18 ficará sem resposta. Dando prosseguimento o Presidente da Mesa passou a palavra para o Sr.
19 Mauro Manuel da Costa da Floram, que realizou uma apresentação técnica sobre o Refúgio da
20 Vida Silvestre Municipal Meiembipe (REVIS Meiembipe) e o seu entorno, explanou conceitos
21 gerais da legislação sobre procedimentos, objetivos, e criação de unidades de conservação, e seus
22 instrumentos legais (zoneamento, plano de manejo e conselho consultivo), apresentou os estudos
23 preliminares da equipe técnica que definiu a proposta apresentada dos limites nova Unidade de
24 Conservação, que possui como critérios a inclusão somente de áreas de APP no Plano Diretor, e
25 excluindo as áreas de APP já ocupadas para eliminar conflitos socioambientais, e ainda apresenta
26 os objetivos da REVIS Meiembipe, e benefícios associados.

27 Após a explanação técnica sobre o REVIS Meiembipe, foram realizadas as inscrições para
28 manifestação de perguntas para os técnicos totalizando 22 (vinte e dois) inscrições. Ficou
29 estabelecido que os questionamentos fossem divididos em blocos onde primeiramente se
30 apresentarão os primeiros 05 (cinco) questionamentos, após apresentados a equipe irá responder
31 a estes questionamentos, prosseguindo serão apresentados os outros blocos de 05 (cinco) e
32 respostas respectivamente. Abrindo os questionamentos, **Daniel da Silva** inicia sua fala
33 solicitando à equipe que especifiquem quais os usos indiretos possíveis dentro dos limites da UC.
34 Além disso, indaga sobre quantas UCs Municipais têm o Plano de Manejo elaborado, os quais
35 têm até cinco anos para serem feitos, pois, em sua concepção, se uma unidade não tem este
36 documento os seus usos e limitações ficam a critério da chefia da Unidade. Ressalta que o
37 Conselho Gestor da Unidade será consultivo, e não deliberativo, sendo o órgão gestor o
38 responsável por tomar as decisões finais futuramente. Elenca a questão sobre a regularização
39 fundiária, citando as situações possíveis de desapropriação, e afirma que nesses casos a
40 indenização do proprietário tem que ocorrer previamente e em dinheiro. Pergunta se há previsão
41 orçamentária para este processo, e para que fundo é destinado este dinheiro arrecadado. Traz a
42 questão da zona de amortecimento e seus conflitos entre legislação e jurisdição, que na lei
43 428, sem citar qual especificamente, aplica 3 km de extensão a partir dos limites da UC, e já no



44 Decreto 4.340/2002 aplica 10 km. Para finalizar, pergunta qual será a extensão da Zona de
45 Amortecimento, e quais serão seus usos e limitações. Seguindo com os questionamentos,
46 **Márcio**, da Associação de Moradores do Morro do Assopro, inicia falando que o seu pai havia
47 comprado um terreno na região há algum tempo, e que estava presente para entender melhor a
48 proposta e o que isso implicaria na sua vida e de sua família. Diz que viu que as áreas que já
49 possuem edificações ficarão fora da Unidade, mas que somado a questão da Zona de
50 Amortecimento ficou com dúvidas sobre a possibilidade de poder continuar ou não estabelecidos
51 na região, querendo, assim, entender melhor os limites delimitados no mapa. Seguindo com os
52 questionamentos, **Mariana Hennemann**, bióloga da Floram, mas falando em nome do grupo de
53 trabalho do Plano Municipal da Mata Atlântica, aprovado no ano passado pelo CONDEMA,
54 afirma que a partir das oficinas públicas participativas realizadas no processo de construção do
55 Plano, a região do REVIS Meimbié, antes chamada de UC do Maciço Norte pelo grupo, foi a
56 área mais votada e escolhida como prioritária para a conservação e recuperação da Mata
57 Atlântica da porção norte da Ilha de Santa Catarina. Esclarece que a partir de agora o grupo
58 acompanhará a implementação deste Plano, e fornece informações sobre os locais que a
59 população pode entrar em contato e saber mais sobre o grupo, além de dar abertura para quem se
60 interessar em fazer parte. Para finalizar, ainda falando em nome do GT, dá total apoio a criação
61 desta Unidade. Seguindo com os questionamentos, **Márcio Cure**, morador do entorno inicia
62 perguntando sobre como, quando e onde será possível ter acesso aos estudos técnicos e às etapas
63 do processo. Fala sobre os critérios adotados para a delimitação dos limites da Unidade, e que no
64 SNUC consta a possibilidade da participação da comunidade para opinar neste feito. Nesse
65 sentido, sugere a inclusão da região do Saquinho, que hoje em dia está em zoneamento de AFL,
66 já que um dos objetivos da Unidade é a preservação e recuperação dos recursos hídricos e do
67 patrimônio histórico e cultural, justificando pela presença de diversas nascentes e ruínas no local.
68 Aborda a Zona de Amortecimento, trazendo a questão de que apesar das áreas já construídas na
69 borda da UC não entrarem nos seus limites, seus usos influenciam diretamente no interior da
70 Unidade, e fala sobre a presença frequente de som alto na região, relacionando este fato com as
71 possíveis consequências à biodiversidade. Para finalizar, diz que não compreendeu muito bem
72 como será a participação popular na elaboração do Plano de Manejo, pedindo assim maiores
73 esclarecimentos. Seguindo com os questionamentos, **Alexandre** pergunta onde pode ter acesso
74 ao mapa do polígono da UC com um maior detalhamento, como ele pode contestar se os limites
75 atenderam de fato os critérios apresentados, já que no Geoprocessamento Corporativo da PMF é
76 possível ver o zoneamento de APP, mas não sobrepõe o polígono elaborado pela equipe, e como
77 ele consegue sugerir algo ao grupo.

78 Respondendo a estes questionamentos a Sra. Mariana Hennemann inicia colocando a disposição
79 à equipe da Floram e do IPUF que reside no prédio da SMDU para tratar sobre questões mais
80 específicas acerca da poligonal da Unidade e de questões referente aos lotes que fazem divisa
81 com a UC. Seguindo os esclarecimentos, o Sr. Mirco Manuel da Costa ressalta que a
82 comunidade pode também entrar em contato ao DEPUC através das informações de contato
83 incluídas na apresentação da proposta, deixando claro que o objetivo da consulta é dar a maior
84 transparência possível no processo e construir uma relação de confiança entre Poder Público e a
85 comunidade. Dirige a palavra ao Sr. Daniel da Silva, falando que era importante deixar todos os
86 interesses em cima da mesa, e que os da equipe técnica já havia sido colocados, ou seja, de



87 proteger nossas florestas, nossas nascentes, nossa biodiversidade e salvaguardar as propriedades
88 privadas. Ressalta que vivemos numa cidade cheia de interesses, e que a equipe da Prefeitura
89 estava sentida, pois no decorrer das consultas via uma população descontente com a insuficiência
90 do Poder Público em relação à demanda de fiscalizações, licenciamento e controle ambiental.
91 Conta um pouco da história da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis, na
92 capital do Estado, a qual foi criada somente em 1995, enquanto, na mesma época, muitas outras
93 cidades já possuíam seus órgãos ambientais responsáveis por fazer a gestão administrativa da
94 parte ambiental dos respectivos municípios. Volta a falar dos interesses da Floram em fazer tal
95 consulta, e que são interesses legítimos, da criação da Unidade de Conservação, e que na
96 legislação que rege os procedimentos para realizar esse processo (Lei Federal n.º 9.985/2009 -
97 SNUC) impõe a necessidade da *elaboração de estudos preliminares e realização de consulta*
98 *pública*. Esclarece que os estudos estão sendo elaborados, e que em relação à consulta, segundo a
99 Lei que cria o SNUC, assim como o seu Decreto que a regulamenta, diz que é necessário a
100 realização de consulta pública (no singular), mas que, visto a extensão da Unidade proposta, com
101 muitas comunidades no seu entorno, a equipe decidiu fazer uma maratona de consultas para
102 conseguir abarcar a população que será afetada, direta ou indiretamente, por esse ato, que no
103 total foram seis. Responde a questão dos possíveis usos indiretos citando a princípio o
104 abastecimento hídrico da população local, que desce as encostas a partir das nascentes que têm
105 zoneamento de APP. Ressalta que muitas dessas áreas são ocupadas pela comunidade, e por
106 muitos que estavam na Consulta, mas que não é de interesse da equipe incluir áreas já edificadas
107 na Unidade pelo fato de já estarem degradadas, divergindo dos objetivos do REVIS e evitando
108 possíveis conflitos socioambientais. Segue dando exemplos de usos indiretos, citando a
109 importância das UCs para a regulação climática, fazendo referência à variação de temperatura
110 entre o topo do Parque Natural Municipal do Morro da Cruz, em sua parte mais conservada, ao
111 centro da cidade, que é de 3°C segundo estudos realizados anteriormente. Fala também sobre a
112 importância da cobertura vegetal nas encostas para a prevenção de desastres naturais, como
113 enchentes, e da sua beleza estética, relacionando esse fato tanto à qualidade de vida das
114 comunidades quanto para o fomento do turismo, gerando possibilidade de emprego e renda para
115 a população local. Fala que a criação de uma UC implica na formação de um Conselho
116 Consultivo para possibilitar a discussão da realidade e problemas do entorno da UC, o que não é
117 possível somente com a existência do zoneamento de APP. Para complementar a resposta, o Sr.
118 Aracídio de Freitas Barbosa Neto elenca a questão do Plano de Manejo, esclarecendo que
119 somente uma UC municipal o possui, mas corrigindo o Sr. Daniel da Silva no que se refere às
120 outras UCs. Diz que a sua maioria foi adequada ao SNUC somente a partir do ano de 2014, e
121 que, mesmo atrasados, a equipe do DEPUC ainda está no prazo determinado pela Lei. Cita uma
122 comissão especial para a discussão especificamente deste assunto, e que a partir deste ano de
123 2020, se tudo der certo, eles começarão a ser elaborados. Deixa claro também que o processo de
124 regularização fundiária se dá somente após o ato de criação de uma Unidade, sendo um dos
125 programas chaves no Plano de Manejo. Dirige a palavra ao Sr. Márcio, voltando à questão de
126 que as áreas edificadas ficarão fora dos limites da Unidade, não pelo fato de privilegiar os
127 proprietários, mas simplesmente pela divergência com os objetivos da UC.

128 Retornando a abertura do segundo bloco de questionamentos o presidente passou a palavra para
129 Flora, atual presidente do Coletivo UC da Ilha, coloca a questão da gestão comunitária da água



130 na região da Costa da Lagoa, sendo um recurso fundamental à vida. Fala que o Coletivo vêm
131 acompanhando o processo de criação desta UC, e cita alguns Conselhos da cidade que a
132 organização faz parte. Discorre sobre a importância do espaço da Consulta para discutir e avaliar
133 os usos diretos ou indiretos feitos pela comunidade. Fala que pelo Coletivo que é de amplo
134 entendimento que a criação dessa Unidade vem pra somar com a qualidade e modo de vida da
135 população e da biodiversidade. Seguindo com os questionamentos, **Edgar Einarl Freitas**,
136 morador da comunidade e criador de abelhas nativas sem ferrão, fundamentais para o processo
137 de polinização da flora local, questiona o objetivo da unidade que diz sobre a promoção das
138 comunidades do entorno respeitando os seus conhecimentos e práticas, e pergunta se o Poder
139 Público irá apoiar essa iniciativa. Seguindo com os questionamentos, **Amilton**, morador da Vila
140 Verde, inicia perguntando sobre o critério utilizado para a elaboração da poligonal da UC. Fala
141 sobre o Plano Diretor do município, e questiona se a criação da Unidade irá ratificar e engessar
142 este documento. Preocupado com o crescimento da comunidade, indaga sobre a possibilidade de
143 modificação de limites da UC. Para finalizar, espera que a Consulta à comunidade não seja
144 apenas um trâmite para a criação da Unidade, e quer ver um retorno sobre o que está sendo
145 discutido. Seguindo com os questionamentos, **Richard Smith**, vice-presidente do Instituto
146 Çankura, uma das entidades que solicitaram a realização de estudos técnicos para a criação do
147 REVIS Melembipe, diz que vê com muito bons olhos a criação dessa UC, e que tem questões em
148 relação aos usos indiretos, já que sua instituição faz muitas práticas agroflorestais dentro da área
149 do sítio, realiza trilhas, ecoturismo em geral, educação ambiental com escolas e universidades,
150 entre outras formas de uso. Ressalta que a criação de uma UC é fundamental para os aspectos
151 naturais que seu território abrange, mas que também é muito eficiente para as comunidades de
152 entorno, e cita um estudo do ICMBio o qual traz o dado de que a cada um real investido na
153 criação de Unidades de Conservação, sete reais retornam para a comunidade na forma de
154 benefícios econômico a partir de diversas atividades e serviços. Seguindo com os
155 questionamentos, **Valdeni de Andrade**, morador da Costa da Lagoa e assessor do vereador
156 Renato Geske, inicia sua fala citando um documento que elaborou junto a comunidade para ser
157 apresentado na câmara com a finalidade de auxiliar na realização do Plano Diretor para delimitar
158 o zoneamento da região da Costa da Lagoa, mas que infelizmente não foi contemplado. Solicitou
159 à equipe técnica para levar em consideração tal proposta na definição da poligonal da UC.

160 Respondendo a estes questionamentos o Sr. Mauro Manoel da Costa reinicia direcionando a
161 palavra ao Edgar Freitas, esclarecendo que os possíveis usos presentes nos objetivos da UC
162 foram colocados de forma generalizada, e que serão mais bem estabelecidos a partir da
163 elaboração do Plano de Manejo futuramente. Elogia o questionamento do morador, ressaltando
164 que este tipo de uso é totalmente compatível com a UC, e que tem interesse em manter contato
165 para articular maneiras de apoiar essa iniciativa - apesar de que essas questões ficarão mais clara
166 no processo de elaboração do Plano de Manejo -, visto a importância das abelhas nativas para a
167 manutenção da polinização da floresta local, assim como a possibilidade de se beneficiar
168 economicamente. Cita como exemplo de promoção das comunidades de entorno a importância a
169 criação de uma lei que regulamenta o turismo de base comunitária. Respondendo o Sr. Amilton,
170 esclarece os critérios utilizados para a definição dos limites, e diz que não é possível o
171 Departamento proponente da criação da UC modificar o zoneamento do Plano Diretor somente
172 para criar a Unidade. Ainda, traz a questão sobre o crescimento urbano na Ilha, e que essas áreas



173 de APP, tanto pelo zoneamento do Plano Diretor quanto pelas condicionantes ambientais, são
174 espaços sensíveis de fundamental proteção. Elucida que as consultas não são feitas apenas pelo
175 fato de ser previstas em Lei, visto que são um espaço importante de sugestões e críticas, como
176 feitas pelo Sr. Valdeni, que agregam fortemente à proposta, e ressalta a importância de se
177 chegar a um caminho do meio para a tomada de decisões. Termina sua fala citando a situação
178 atual da Ilha, explicando o quanto a proteção desses remanescentes de natureza são relevantes para
179 a manutenção da qualidade de vida da população e ambiental, e que gostaria muito de colocar
180 outras áreas na poligonal, mas, como já foi dito, é sempre necessário se chegar a um caminho do
181 meio, e que posteriormente irá marcar uma reunião oitiva com membros da comunidade para
182 colher informações mais detalhadas.

183 Retomando o terceiro bloco de questionamentos, **Renan** se confunde um pouco em relação ao
184 por que do saquinho e o Parque do Rio Vermelho não estão dentro dos limites da UC, já que a
185 UCAD, que ele imaginava ser uma Unidade de Conservação, estava no interior do REVIS. No
186 mesmo momento é corrigido pela equipe, e passa a compreender a situação. Pergunta também se,
187 com a criação da Unidade, a Floram vai ter mais recurso e pessoal para fiscalização. Traz a
188 questão da situação das placas interpretativas e de sinalização do caminho da Costa e do
189 Ratonês, já bem degradadas, e fala da importância da proteção ambiental estar alinhada ao
190 aspecto social, tendo as pessoas como fortes agentes de conservação. Seguindo as manifestações,
191 **Jeffry**, morador da comunidade do Canto dos Araçás, elogia a proposta e parabeniza a equipe, e
192 diz estar muito feliz num espaço como aquela consulta num momento tão difícil que estamos
193 vivendo no planeta. Enaltece a importância da criação de espaços protegidos como esse tanto
194 para a questão ambiental quanto para a sociedade. Citou um projeto proposto há mais ou menos
195 20 anos para a criação de um parque na região da Costa juntamente com a UFSC. Prosseguindo a
196 Consulta, **Italo** questiona se a equipe levou em consideração uma revisão prevista para o Plano
197 Diretor no momento de delimitar a poligonal. Questiona a apresentação técnica, dizendo que não
198 está apto a opinar por falta de informações, criticando a verticalidade no momento da realização
199 dos estudos técnicos. Diz que hoje em dia as matas do Morro da Lagoa estão muito mais
200 conservadas do que na metade do século XX, e pergunta por que o zoneamento de APP já não é
201 o suficiente para a proteção da área. Traz novamente a fala do Sr. Daniel da Silva, falando sobre
202 a indenização prévia, e pensa que a escolha de tal categoria tem a finalidade de escapar do
203 aspecto indenizatório. Seguindo ele, imagina a “enxurrada” que a Floram recebe de problemas em
204 relação à regularização fundiária. Seguindo as manifestações, **Salatiel**, professor da UFSC, traz
205 um pouco da história das áreas de APP, que antigamente eram chamadas de Área de Proteção
206 Sanitária, protegidas para conter deslizamentos de terra e prover água para a população, ou seja,
207 não para proteger a integridade e qualidade da floresta, mas sim para a qualidade de vida dos
208 seres humanos. Cita que com o passar do tempo e com o ganho de conhecimentos ficou evidente
209 que a conservação desses espaços serve para salvaguardar todas as formas de seres, elencando
210 diversos serviços ecossistêmicos providenciados por essas áreas naturais. Defende e esclarece
211 que uma proteção mais efetiva das APP é fundamental para a qualidade de vida das futuras
212 gerações da que irão viver na Ilha. Posteriormente, **Daniel da Silva** pede para a equipe
213 especificar quais os usos indiretos serão autorizados para a comunidade afetada. Além disso,
214 questiona como a gestão do DEPUC está agindo para conter o crescimento acelerado da
215 comunidade da Costeira do Pirigubaé que adentra o Parque Natural Municipal do Maciço da



216 Costeira. Para finalizar o bloco, **Valnei**, morador da comunidade, agradece o espaço proposto
217 pela Floram, e fala que toda vez que membros da Fundação vão à Costa, os moradores ficam
218 acostumados pelo fato de sempre ser uma notícia ruim, como uma derrubada de casa, por exemplo,
219 mas que, dessa vez, a vinda do pessoal do Órgão é para apresentar uma proposta que irá
220 beneficiar a população que ali reside. Acrescenta sobre a limitação do crescimento da região, e
221 que a equipe técnica tem que dar uma atenção específica às áreas de APL para não esgarçar e
222 prejudicar a comunidade. Enaltece a organização e independência da comunidade da Costa da
223 Lagoa, em relação ao transporte lacustre e a gestão d'água, e que os moradores querem estar
224 junto a Florian para atuar na proteção do patrimônio natural proposto da Lagoa da Conceição.

225 Abrindo os esclarecimentos, o Sr. Mauro Manoel da Costa dirige a palavra ao Daniel da Silva,
226 que já havia saído da Consulta, sobre a questão de uso indireto dos recursos naturais. Cita a Lei
227 do SNUC, que fala "com exceção dos casos previstos nesta lei", no caso das categorias
228 Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. Exemplifica utilizando o caso do Monumento
229 Natural Municipal da Lagoa do Peri, onde vivem cerca de cinquenta famílias no interior da UC,
230 que é de Proteção Integral. Famílias que plantam, que têm animais domésticos e que realizam
231 normalmente suas atividades em consonância nos objetivos da UC. Isso só foi possível por essa
232 lacuna existente no SNUC. Respondendo ao **Italo**, esclarece que, apesar de todas as unidades de
233 conservação municipais ser de Proteção Integral, a Fundação não recebe uma "enxurrada" de
234 processos requerendo a regularização fundiária de suas áreas, citando alguns exemplos pela ilha
235 e ressaltando que essas comunidades de entorno são aliadas no que tange a conservação da
236 natureza, o que não será diferente com a população residente dos arredores do REVIS. Passando
237 a palavra ao Sr. Anacleto, complementa a questão dos possíveis usos indiretos, trazendo a
238 possibilidade de turismo, da educação ambiental, como potencial para os restaurantes, sempre
239 com a autorização do órgão gestor. Numa visão mais macro, cita que a comunidade pode se
240 beneficiar a partir das compensações ambientais decorrentes de usos em outras partes da cidade a
241 serem aplicadas nesta UC, e que, além disso, existe o pagamento por serviços ambientais que é
242 outra possibilidade já prevista em lei, a partir de ações promovidas pelos proprietários que
243 realizam, por exemplo, a conservação e recuperação de nascentes localizadas nos seus
244 respectivos terrenos. Responde o questionamento do Italo sobre a necessidade da criação de uma
245 UC se essas áreas já são de APP, elucidando que atualmente essas áreas não estão sendo
246 respeitadas, e que, apesar dessa linda floresta parecer estar bem preservada, não está
247 eficientemente estruturada, com a presença de muitas espécies exóticas invasoras. Com a
248 presença de uma UC, o seu regime especial de administração faz com que existam ações
249 voltadas especificamente para questões como o controle de espécies exóticas, além da existência
250 do respectivo Conselho Gestor, o qual auxilia na chegada de informações e tomada de decisões
251 das demandas no tange o território da UC. Cita como exemplo algumas unidades de conservação
252 existentes no município, e as possíveis realidades se as mesmas não fossem criadas. Para
253 finalizar, esclarece que *uma unidade de conservação nunca está pronta, terminada, e que sempre*
254 *irão surgir demandas para realizar a manutenção desses espaços.*

255 Retomando a abertura do quarto e último bloco de manifestações o presidente passou a palavra
256 para **Márcio**, morador do Sertão do Assopro, e diz que na área em que mora a mata está muito
257 bem regenerada, sendo possível analisar isso a partir das fotos de satélite no decorrer das
258 décadas. Ainda possui dúvidas em relação a sua permanência na área e seus possíveis usos. Diz



259 que acha louvável a proposta, mas que se preocupa com as pessoas que vêm de fora visitar
260 aquele espaço. Prosseguindo os questionamentos, **Márcio Cure** volta à questão dos usos
261 possíveis, e traz como exemplo a tradição do corte do gampovu para fazer uma canoa. Além
262 disso, questiona quando será batido o martelo para a criação da UC, e pergunta se irão ocorrer
263 outras Consultas junto à comunidade. Ficou em dúvida também em relação a Zona de
264 Amortecimento e sua extensão, ao por que de não incluir a região do Saquinho, e questionou
265 sobre o acesso aos estudos técnicos preliminares. Seguindo os questionamentos, **João de Deus**,
266 membro da Rede de ONGS da Mata Atlântica, sugere que a equipe determine a Zona de
267 Amortecimento já no ato de criação da Unidade, visando minimizar esse tipo de conflito, e que,
268 pelas características dessa UC, imagina que não haverá necessidade de uma Zona de
269 Amortecimento muito ampla. Esclarece que uma UC após ser criada pode ter seus limites
270 alterados ou até mesmo ser extinta, mas que só é possível realizar esse processo através de uma
271 lei. Em relação a escolha da categoria, diz que o REVIS é uma boa opção para diminuir a
272 pressão sobre o poder público, assim como evitar conflitos socioambientais, como também
273 estimula uma pró atividade da população em relação a conservação. Ressalta que houve uma
274 confusão no sentido da indenização prévia, e que esse processo só pode ocorrer após o ato de
275 criação da Unidade. Seguindo o debate, **Marquito**, vereador de Florianópolis e atual presidente
276 da Frente Parlamentar em prol das Unidades de Conservação, ressalta que espaços de diálogo
277 como esse são fundamentais num momento em que a democracia brasileira está turbulenta.
278 Sugere que a comunidade faça suas contribuições formalmente aos órgãos responsáveis antes do
279 processo ser protocolado. Traz a questão da perda da cidade em relação ao macro zoneamento
280 rural, existindo apenas a definição "urbano" e não urbano", o que traz um problema no que
281 tange a capacidade de suporte da cidade. Fala sobre a necessidade de repensar os usos dessas
282 áreas limítrofes à UC, onde podem ser desenvolvidas atividades agroecológicas e de turismo de
283 base comunitária, por exemplo, as quais são uma grande oportunidade de benefício econômico
284 com a geração de emprego e renda das comunidades de entorno. Para finalizar, cita um projeto
285 de lei de valorização da meliponicultura das abelhas nativas que está tramitando na câmara dos
286 vereadores, ressaltando a importância desses seres vivos para os ecossistemas. Passa a palavra
287 para **Leda**, moradora da região da Costa há dois anos, inicia sua fala criticando a Floram,
288 dizendo que a instituição age como todos os moradores da Costa sejam iguais. Esclarece que
289 muitos são ricos e que têm suas casas em cima da Lagoa, com grandes terrenos, e que, muitas
290 vezes, têm interesses mal intencionados, com o objetivo de lotear suas propriedades, mas que
291 também existem muitas pessoas que, mesmo sendo forasteiras, têm o interesse da conservação
292 do patrimônio natural presente na região. Posteriormente, **Elizete**, moradora da região, sugere a
293 criação de uma unidade de suporte pedagógico dentro do Conselho Gestor, onde seja possível
294 realizar parcerias com escolas e esclarecer as pessoas o objetivo dessa proposta. Além disso, fala
295 sobre o plano de ação realizado há algum tempo para o zoneamento da Costa da Lagoa para o
296 Plano Diretor, e pediu para que este material seja resgatado para contribuir na delimitação da
297 área da UC. Para finalizar os questionamentos, **Janice Marques**, pesquisadora da UFS, divulga
298 o seu projeto de pesquisa sobre propostas de gestão para a bacia hidrográfica da Lagoa da
299 Conceição, analisando os rios que abastecem este corpo hídrico e a biodiversidade da região,
300 estudos que podem subsidiar o futuro plano de gestão da UC.



301 Para finalizar o debate, o Sr. Aracídio esclarece a questão sobre o uso tradicional do garapuva
302 para a elaboração de canoas, e diz que um uso pontual como este não significa uso direto. Cita
303 plantações de eucalipto como exemplo deste tipo de utilização. Acata a sugestão do Prof. João de
304 Deus para definir a Zona de Amortecimento diretamente no instrumento legal de criação da UC,
305 e ressalta que a equipe técnica já havia pensado nessa possibilidade, além de que esta zona
306 seguiria os usos e restrições atribuídos no Plano Diretor para suas respectivas áreas, elucidando
307 que não é do interesse da gestão influir diretamente na vida das pessoas além dos limites da
308 Unidade. Em relação ao Saquinho, diz que é do interesse da Floram a sua inclusão, visto a sua
309 importância ambiental para a região, e que de certa forma isso não afetaria diretamente aos usos
310 da propriedade ali presente. Traz como exemplo a motivação da comunidade de Ponta das Casas
311 para a inclusão de algumas áreas à poligonal da UC que estavam fora da proposta, e ressalta que,
312 se há uma aclamação da comunidade numa situação como esta, a equipe tem que analisar a
313 proposta para uma possível inclusão. Entretanto, em certos casos, alterações muito grandes nos
314 limites poderiam implicar numa dificuldade de aprovação do processo, podendo invisibilizar a
315 criação de uma grande Unidade por causa de uma pequena área. Para concluir, entende o
316 interesse da comunidade em ter acesso a informações mais detalhadas, mas explica que para
317 terminar os estudos preliminares é necessário primeiro realizar este processo de consulta à
318 população para compilar todas as informações e assim apresentar um produto síntese, consistente
319 e finalizado. Ressalta que na semana seguinte a realização desta consulta, lideranças populares
320 estarão sendo contatadas para realizar reuniões exclusivas, a fim de recolher maiores sugestões e
321 horizontalizar o processo. O Sr. Aracídio agradece a presença de todos e se despede do público.
322 A Sra. Mariana Hennemann faz um adendo, elucidando a questão da Zona de Amortecimento,
323 esclarecendo que seus usos serão guiados pelo Plano Diretor estabelecido, e que esta Zona tem
324 mais atuação em situações de grandes empreendimentos e atividades que geram uma grande
325 degradação ambiental, como a implantação de uma indústria, não tendo, assim, grande
326 implicação sobre os usos decorrentes na região. Um morador não identificado pergunta como a
327 comunidade pode observar o andamento do processo, e o Sr. Mauro Manoel da Costa esclarece a
328 dúvida, e fala que levará as sugestões e críticas à equipe técnica responsável pela realização dos
329 estudos e elaboração dos limites da Unidade, e que continuará em contato com as lideranças
330 comunitárias. Agradece a presença de todos e se despede. Em sequência, o Presidente da Mesa
331 agradece a presença da comunidade, encerrando assim a Consulta Pública às 21:53 horas. Esta
332 Ata foi redigida por Luca Mattos, estagiário do Departamento de Unidades de Conservação –
333 DEPUC/Floram, que a submeterá a apreciação e aprovação para todos os efeitos legais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS

- **Consulta Pública Itacorubi, Joao Paulo e Saco Grande (09 de março de 2020)**



Imagens 76 e 77: Fotografias da consulta pública realizada na EBM Donícia Maria da Costa abrangendo as comunidades do Itacorubi, João Paulo, Monte Verde e Saco Grande - 09/03/2020.

Segue a lista de presença e respectiva ata da consulta:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Feipe Schmidt, 1320 - 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
Departamento de Unidades de Conservação - DEPUC
Rod Francisco Thomas dos Santos, SC 408, nº 3150
CEP 88066-250 - Armação do Pântano do Sul - Florianópolis/SC
E-mail: fdepuc@gmail.com Fone: (48) 3237-5660 / (48) 3238-4107. CNPJ 00.909.972/0001-01



5

Consulta Pública para Criação da Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Meimbitpe
Local: EBM DUVICIA MARIA DA COSTA DATA: 01/02/2020

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
Paulo Roberto dos Santos	PRA	98845-6935	mpa@meimbitpe.org.br	[Signature]
Adão Alves de S. Lira	Interesse do	356442622	adiba@meimbitpe.org.br	[Signature]
João de Deus Medeiros	RMA-UFSC	99604 0102	zibusmedeiros@gmail.com	[Signature]
Hélio Carneiro Filho	Florem da Encosta do Itacorubi	982561512	h33@meimbitpe.org.br	[Signature]
Luiz Roberto Sobrinho	Observatório Para Proteção UFSC	996567723	zibus@meimbitpe.org.br	[Signature]
Yan Ewald Zechner	Observatório de Áreas Protegidas-UFSC	4790806300	yan.zechner@op.ufsc.br	[Signature]
José Wilson de Oliveira	Observatório de Áreas Protegidas-UFSC	483012002	joselw@op.ufsc.br	[Signature]
Everton Chioffi	Observatório de Áreas Protegidas-UFSC	48984220800	everton@op.ufsc.br	[Signature]
LEONARDO LIMA	Associação Imagem	99917 7000	leona@imagem.com.br	[Signature]
Márcia Gabriel	Governança	89332-4209	marcia@imagem.com.br	[Signature]
Valter Vieira	Florem	998732305	valter@florem.org.br	[Signature]
EDRIS O PIRES	Florem	32375660	edris@florem.org.br	[Signature]
Municipal Floresta	FLORAM			[Signature]
Roseli M. Furtal	Raimundo E da Costa			[Signature]
Raimundo José dos Santos	CCFV	90911 8160	rafael@ccfv.org.br	[Signature]
Alexandre Sney Chacur	EJA Carlos III	99146 5246	alexandre@ccfv.org.br	[Signature]
Moisés Venício				[Signature]

17/



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Feipe Schmidt, 1320 - 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
Departamento de Unidades de Conservação - DEPUC
Rod Francisco Thomas dos Santos, SC 406, nº 3150
CEP 88066-260 - Armação do Pântano do Sul - Florianópolis/SC
E-mail: fdepuc@gmail.com Fone: (48) 3237-6660 / (48) 3238-4107 CNPJ: 00.909.972/0001-01

3



Consulta Pública para Criação da Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Meimembipe

Local: EDM DONA VÁZIA VAZIA DA LESTE DATA: 02/03/2020

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
Yofaelle Cibelle	FLORAM	5199-09374005	yofaelle@floram.sc.gov.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
Amara Carolina Legati	UFSC	(41) 3601-3333	amara.carolina@ufsc.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
Francisco Probst	UFSC	(48) 3238-3206	francisco.probst@ufsc.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
Alcides Luiz Justo Neto	UFSC	(48) 3238-3334	alcides@ufsc.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
Quilina de Oliveira Probst da Silva	UFSC	(48) 3238-3334	quilina@ufsc.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
Francisco V. F. F. F.	UFSC	(48) 3238-3334	francisco@ufsc.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
Luana Martins da Silva	UFSC	(48) 3238-3334	luana@ufsc.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
Marta Luiza dos Santos Rosa	UFSC	(48) 3238-3334	marta@ufsc.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
Renata Aparel da Costa	Morada do Bairro Teço Paulo	(48) 3238-3334	renata@ufsc.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
Paulo José de Almeida	Morada São Grande	99047811	paulo@ufsc.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
Luiz Manoel Souza	DEPUC / FLORAM	-	luiz@ufsc.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
Tarciso Guimarães Escobedo	EJA/PME	998440061	-	<i>[Handwritten Signature]</i>
Guilherme de Oliveira Pecher	EJA/PME	995531505	-	<i>[Handwritten Signature]</i>
Silviana Fernandes de Fátima	EJA/PME São Grande	98454-5277	-	<i>[Handwritten Signature]</i>
Rosa Cláudia Marinho Escobedo	EJA/PME Morada Verde	98421-3364	-	<i>[Handwritten Signature]</i>
Antônia Maria da Silva	SACO GRANDE	999521145	-	<i>[Handwritten Signature]</i>
VALMIRÉ MACHADO	SACO GRANDE	-	-	<i>[Handwritten Signature]</i>

13



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Feipe Schmidt, 1320 - 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
Departamento de Unidades de Conservação - DEPUC
Rod Francisco Thomas dos Santos, SC 408, nº 3150
CEP 88068-260 - Armação do Pântano do Sul - Florianópolis/SC
E-mail: fdepuc@gmail.com Fone: (48) 3237-5660 / (48) 3238-4107 CNPJ: 00.909.972/0001-01



(4)

Consulta Pública para Criação da Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Melembipe
Local: FAZENDA BOVICIA DATA: 02.03.1.2010

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
Isabella Line Romão	meandera do Jacinto	99134437		Isabella Line Romão
Lucilla Frotzelle de	meandera do Jacinto	4782200204		Lucilla F. de
Lucilla Frotzelle de	meandera do Jacinto	993415140		Lucilla F. de
ARPIELIANE DA SILVA				ARPIELIANE
Andressa Carolina da Silva	meandera do Jacinto	38007091		Andressa
Andressa Carolina da Silva	meandera do Jacinto	988050419		Andressa
Andressa Carolina da Silva	meandera do Jacinto	48 99804388	andressa.carolina@gmail.com	Andressa
JOSE SAOUEL R. PIRES	UFSC - OBSERVA	48 99848078	saouel.pires@ufsc.br	JOSE SAOUEL R. PIRES
Romilda Cláudia de Azevedo	Comunal	99123242		Romilda
CRISTINA PRATES VICENTE	Meandera do Jacinto	99962-2325	crisvicente@meandera.com.br	CRISTINA PRATES VICENTE
MARISMA C. KENNEMAN	FLORAM / D-11-C	3251-6541	floram@meandera.com.br	MARISMA C. KENNEMAN
MARISA FOUZATO	Meandera do Jacinto	99163-3132	meandera@meandera.com.br	MARISA FOUZATO
MARISA P. FOUZATO	Meandera do Jacinto	99163-3132	meandera@meandera.com.br	MARISA P. FOUZATO
HERMA / GUERREIRO	Meandera do Jacinto	99163-3132	meandera@meandera.com.br	HERMA / GUERREIRO

19/



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Feipe Schmidt, 1320 - 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
Departamento de Unidades de Conservação - DEPUJ
Rod Francisco Thomas dos Santos, SC 408, nº 3150
CEP 88018-260 - Armação do Pântano do Sul - Florianópolis/SC
E-mail: fdepuc@gmail.com Fone: (48) 3237-5660 / (48) 2236-4107 CNPJ 00.909.972/0001-01



(5)

Consulta Pública para Criação da Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Meiembiipe
Local: EDM DOUGLA DATA: 22/05/2020

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
1 Selci Galvão			01-1	
2 Alvor Le Galimay			fdepuc@gmail.com	
3 ANATILIO DE FREITAS BARROS NETO	POJIC - FLORIAN	33375660	Fdepuc@flor.gov.br	
4 SILVANE DAMAR DO CARMO FIDELIS - DEFEA	IFUF			
5 KALIN ALEXEIRA		996204234	kalina@flor.gov.br	
6 Buena	AMA	99874028	buena@flor.gov.br	
7 Mariana Cristina For	AMA	982261433	mariana@flor.gov.br	
8 Bruno de Paiva	AMA	99333822	bruno@flor.gov.br	
9 Luciano de Vachado	AMA	994429715	luciano@flor.gov.br	
10 BUZANA SCHRICKE	AMA A	991897045	buzana@flor.gov.br	
11 JEAN RENE FOR	AMA	992052050	jean@flor.gov.br	
12 Anderson Lubetto, Avino	Eja Saia Grande	(41)98463882	anderson@flor.gov.br	
13 ANTONIO O SEXTON	Eja Saia Grande		antonio@flor.gov.br	



**CONSULTA PÚBLICA PARA CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO
REFÚGIO DA VIDA SILVESTRE MUNICIPAL MEIEMBIPE - DE 09 DE MARÇO DE
2020**

1 Ao dia 09 do mês de Março de dois mil e vinte, às 19:00 horas na EBM Domicia Maria da Costa,
2 no bairro do Saco Grande, reuniu-se a Equipe Técnica para a Criação do Refúgio da Vida
3 Silvestre Municipal Meieimbipe, para realização de uma consulta Pública para a Criação da
4 Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Meieimbipe, segundo a Lei nº
5 9.985/00 – SNUC. Estando presentes o total de 37 participantes, sendo os seguintes
6 representantes da Floram: Sr. Mauro Manuel da Costa - Chefe de Departamento de Unidades de
7 Conservação, Elias Pires – Chefe de Divisão de Implementação de UCs, Aracício de Freitas
8 Barbosa Rocha Netto – Chefe de Divisão de Administração de UCs, Silvane Dulpiaz do Carmo –
9 Chefe de Departamento de Educação Ambiental, Mariana Hennemann – Coordenadora do Plano
10 Municipal da Mata Atlântica e Henrique Pedro dos Reis - Geógrafo. Presidindo a Mesa o Sr.
11 Danilo Funke, técnico aposentado da Floram e presidente da extinta Comissão de Adequação de
12 Unidades de Conservação da Floram, abriu a Consulta às 19:11 horas e fez uma explanação
13 sobre as regras da consulta pública e a forma como acontecerá o debate, onde após a explanação
14 técnica os interessados poderão se inscrever para fazer perguntas, todas as perguntas serão
15 respondidas pelos técnicos e se por ventura a equipe não conseguir responder no ato à alguma
16 destas perguntas, ou não julgar pertinente ao interesse coletivo, ela o fará posteriormente via e-
17 mail, sendo que nenhuma pergunta feita nesta reunião ficará sem resposta. Dando
18 prosseguimento o Presidente da Mesa passou a palavra para o Sr. Mauro Manuel da Costa da
19 Floram, que realizou uma apresentação técnica sobre o Refúgio da Vida Silvestre Municipal
20 Meieimbipe (REVIS Meieimbipe) e o seu entorno, explanou conceitos gerais da legislação sobre
21 procedimentos, objetivos, e criação de unidades de conservação, e seus instrumentos legais
22 (zoneamento, plano de manejo e conselho consultivo), apresentou os estudos preliminares da
23 equipe técnica que definiu a proposta apresentada dos limites nova Unidade de Conservação, que
24 possui como critérios a inclusão somente de áreas de APP no Plano Diretor, e excluindo as áreas
25 de APP já ocupadas para eliminar conflitos socioambientais, e ainda apresenta os objetivos da
26 REVIS Meieimbipe, e benefícios associados.

27 Após a explanação técnica sobre o REVIS Meieimbipe, foram realizadas as inscrições para
28 manifestação de perguntas para os técnicos totalizando 18 (dezoito) inscrições. Ficou
29 estabelecido que os questionamentos fossem divididos em blocos onde primeiramente se
30 apresentarão os primeiros 05 (cinco) questionamentos, após apresentados a equipe irá responder
31 a estes questionamentos, prosseguindo serão apresentados os outros blocos de 05 (cinco) e
32 respostas respectivamente. Abrindo os questionamentos **Daniel da Silva**, primeiro relata que
33 essa consulta não está sendo formulada como consulta e sim como apresentação, e questiona
34 sobre quem demandou o processo de criação de UCs visto que para iniciar esse processo alguém
35 da sociedade precisa solicitar, e ainda formula quanto aos limites e usos indiretos que serão
36 possíveis pela comunidade afetada pela UC, incluindo as zonas de amortecimento (ZA). Por
37 último Daniel também pede esclarecimento de limites da ZA que são controversas na legislação,
38 e no próprio plano diretor que prevê que haverá uma reavaliação das áreas de APP, cita o artigo
39 348 do Plano Diretor, que atualmente tem equívocos. Seguindo com os questionamentos, **João**
40 **de Deus**, coordenador da Rede Mata Atlântica – RMA, inicialmente faz menção ao mérito desta
41 proposta como botânico da UFSC, ressalta que essa proposta vem garantir a proteção de recursos
42 genéticos, relata que na região da proposta foram identificadas 4 espécies nunca descritas na
43 Ilha, sendo 2 delas consideradas como extintas. João, assim reforça a importância da UC como



44 garantir a conservação e possibilidade de se dar continuidade com pesquisas. Ainda João
45 menciona a importância da proteção dessas áreas na regulação climática e recursos hídricos, para
46 a garantia de qualidade de vida e segurança desse interesse coletivo. João se dirige ao
47 questionamento do Sr. Daniel, quanto as definições dos limites da UC em área de APP,
48 colocando que também considera que o critério adotado poderia considerar outras zonas como
49 APL por exemplo, e que os municípios e estados, tem não só a premissa como devem
50 complementar em seus territórios os critérios pelo código florestal, não sendo um problema ter
51 áreas de APP no Plano Diretor, que não seriam consideradas como de APP no Código Florestal.
52 Seguindo com os questionamentos, **Marisa Fonseca**, arquiteta da Prefeitura e moradora de
53 Santo Antônio de Lisboa, primeiro menciona que sabe o quão é difícil lutar contra o capital
54 imobiliário da ilha e parabeniza pelo trabalho da proposta que vislumbra a formação de um
55 grande corredor ecológico. Também relata que gostaria que a Floram tivesse mais fiscais e assim
56 um trabalho mais efetivo, colocando que tornando ou não uma UC continuaremos sem ter
57 algumas garantias por essa situação existente. Marisa, questiona que tem planos no terreno dela de
58 fazer uma trilha qualificada na área, e plano seria cobrar por isso, como que funcionaria sendo
59 uma UC, essa gestão. Seguindo com os questionamentos, **Márcio Queiroz**, presidente da
60 comunidade do Sertão do Assopro, cita que os proprietários na região estão há mais de 40 anos
61 no local (que está inserido nos limites da UC proposta) manifesta que a comunidade é a favor da
62 preservação, mas possuem certas inseguranças se a área se transformar em UC, se irá ficar mais
63 enrijecido as formas de usos e burocracias envolvidas. Questiona qual seria a segurança jurídica,
64 e qual o percentual de terras de proprietários está dentro da UC e porque não houve uma
65 notificação avisando a consulta para essas pessoas, cita que ele mesmo ficou sabendo por acaso.
66 E se não foi feito esse levantamento de proprietários, se houve um orçamento para indenização
67 dessas pessoas, caso queiram ser desapropriadas. Seguindo com os questionamentos, **Hermes**
68 **Queiroz**, morador do Morro do Assopro, primeiro entrega um documento com uma série de
69 perguntas e solicita um visto, depois relata que tem uma série de inseguranças, quanto ao seu
70 terreno em APP que na época construiu o que podia, e depois não fez mais nada respeitando, mas
71 quem faz tudo e constrói é beneficiado depois, e quem faz certo fica sem e paga imposto. É a
72 favor da preservação, mas que façam direito, e tirem as dúvidas.

73 Respondendo a estes questionamentos o Sr. Mauro Manoel da Costa inicia respondendo ao Sr.
74 Daniel em relação as demandas para abertura do processo de criação de uma UC, e que há um
75 processo administrativo aberto dentro da Floram com a solicitação de diversas entidades não
76 governamentais solicitando os estudos, mas que também é uma demanda que converge com
77 outras propostas de solicitação de criação de diversas pequenas UCs na área, e os técnicos por
78 facilidade de gestão se criar uma única UC. Ainda, refere-se quanto a questão dos tipos de uso
79 permitidos em uma UC de proteção integral que serão de acordo com os objetivos de criação,
80 exceto em casos previstos na lei, complementa que o art. 31 do SNUC proibe qualquer inserção
81 de espécies de fora do lugar, só que para propriedades privadas faz a citação do parágrafo 2º para
82 propriedades particulares localizadas no interior de Refúgio da Vida Silvestre podem ser criados
83 animais domésticos e cultivadas plantas consideradas compatíveis, isso refere-se então aos usos
84 permitidos diretos da terra. E quanto a ZA, Mauro esclarece que já fizeram avanço nessa
85 questão, solicitado por outras audiências, e estará como garantia já no instrumento de criação da
86 UC, definindo a ZA em uma faixa de 30 m das áreas de APL. Ainda, questiona sobre as



87 preocupações expostas quanto à proteção das áreas de APP, se não há um interesse em proteger
88 os recursos hídricos, a biodiversidade, a regulação climática. E ressalta que a escolha técnica,
89 como já mencionada, de definir a UC dentro das APP, e excluindo áreas das APPs já ocupadas,
90 não são para privilegiar quem ocupou, e sim para evitar o conflito socioambiental nesse
91 momento. Aracídio pega a palavra, e se direciona ao Sr. Daniel quanto ao formato da consulta, e
92 relata que desde 2013 a Floram desenvolve um processo de adequação de UCs municipais ao
93 SNUC, que essa deve ser a 20ª consulta realizada dessa mesma maneira e nunca tinham sido
94 questionados perante a isso por ninguém, nem pelo MP, e que a Floram entende que não há
95 como esclarecer dúvidas, e consultar sobre certa questão sem ser apresentado e explicado o tema,
96 por isso fazem a apresentação. Quanto à Marisa, sobre a questão da possibilidade da trilha,
97 esclarece que é exatamente essa proposta oportuna da UC para o incentivo de uma atividade
98 educativa, pedagógica, recreativa de baixo impacto, que vão com os objetivos de criação da UC,
99 sendo completamente viável e permitido esse plano de atividade, e que através do Conselho
100 Consultivo e Plano de Manejo a Floram pretende atender esses interesses. Assim aproveita para
101 complementar quanto aos usos indiretos permitidos na área, como os de bens difusos e comuns,
102 como água, e também de uso turístico, pedagógico, usar a área pra compensação ambiental,
103 pagamentos por serviços ambientais, isenção de impostos. Aracídio se dirige a questão da
104 regularização fundiária e se foi realizado levantamento dos proprietários existentes na área, e diz
105 que não que isto não é uma prerrogativa prevista em lei para a criação de uma UC, mas que
106 depois no Plano de Manejo, independente da área permitir propriedade privada, é previsto um
107 programa de regularização fundiária para consultar os proprietários que porventura não
108 concordarem com a UC e solicitarem serem desapropriados. Ainda, complementa que na semana
109 passada foi publicado pela Floram uma portaria criando uma comissão para ordenar a
110 regularização fundiária no município com recursos providos de compensação ambiental. E
111 quanto benefício citado das propriedades irregulares já construídas em áreas de APP que foram
112 excluídas dos limites da UC, reforça que não só foi escolha para esse momento de recuar os
113 limites evitando os conflitos, mas que também como refúgio de fauna, essas áreas ocupadas já
114 não apresentam tanto interesse, e que as ocupações em APP fora da UC, continuarão sofrendo os
115 processos para responder por suas irregularidades conforme cada caso e órgão responsável.

116 Retomando a abertura do segundo bloco de questionamentos o presidente passou a palavra para
117 **Daniel da Silva**, retorna a colocar sobre os limites da UC que sua preocupação quanto ao critério
118 definido para essa proposta de inclusão de áreas de APP do Plano Diretor, se o Plano Diretor está
119 repleto de equívocos e terá que ser revisado, isso será um problema. Menciona também que o
120 instrumento de gestão do Plano de Manejo falado, normalmente não é implementado, e que das 9
121 UCs do Município somente 1 tem o Plano de Manejo, que por enquanto as ações de
122 implementação está somente em retiradas de exóticas, onde estará a ação da UC de fato, se vai
123 ficar só no papel. Também cita que o estado de SC nunca colocou no orçamento a
124 desapropriação de proprietários em UCs e que o tabuleiro criado em 74 até hoje não resolveu
125 isso.

126 Seguindo com os questionamentos, **Rodrigo Dalmolin**, do Programa Roteiros do Ambiente e
127 morador do Saco dos Limões, compartilha uma notícia trazida do futuro "nas mais tradicionais e
128 turísticas cidades da região da grande Florianópolis, a noite de 11 de janeiro do ano futuro
129 começou com chuva forte, e prolongou na madrugada do dia 12 fazendo morros deslizarem e



130 provocando encerradas de até 180 km/hora segundo especialistas; 1 mês depois a região ainda
131 contava seus mortos: 911”, e questiona como a história se repete, baseada em fatos reais do
132 acontecimento na região serrana do RJ em 2011 onde 918 pessoas morreram. Diante deste
133 exposto, Rodrigo elucida a situação bem real que é próxima a questão proposta e pede para todos
134 presentes se questionarem sobre qual a relação entre APP, UC e Risco de Catástrofes, cita ainda
135 o relatório produzido pelo MMA que analisou as causas do ocorrido do RJ que apontou que
136 90% da área que ocorreu os deslizamentos estavam em APP ocupadas por edificações e/ou
137 estradas, e que na mesma região atingida na área de uma UC ao lado houve 0% de deslizamentos
138 atribuindo isto devido a proteção da cobertura vegetal. Encerra então colocando que essa
139 proposta da UC preocupa-se justamente com isso, e o que está em jogo pode ser a vida de cada
140 um presente. Seguindo com os questionamentos, **Hermes Queiroz**, reinicia falando que está
141 havendo um equívoco e que todos aqui estão a favor da preservação, e que basicamente a
142 questão é como irá se preservar, que toda comunidade do Assopro quer fazer isso, e propõe que
143 se abra uma conta para que todos que tenham interesse em reservar coloquem o dinheiro lá para
144 poder se ter recurso para fazer a gestão, que ele não quer pagar a conta sozinho pagando os
145 impostos e nada sendo feito. Seguindo com os questionamentos, **Hélio Carvalho**, coordenador
146 do Fórum da Bacia do Itacorubi, inicia apoiando a iniciativa que o município está desenvolvendo
147 para a REVIS Meioambiente e lê a seguinte manifestação: “considerando que tem como por
148 objetivo proteger e resguardar florestas, nascentes e biodiversidades localizados nessas áreas de
149 APP, garantindo serviços que direta e indiretamente esses locais trazem para as comunidades do
150 entorno, e que a REVIS trará um ganho significativo para a proteção de nossos morros e matas,
151 onde estão boa parte das nascentes, mananciais de águas que descem dos morros, abastecendo
152 muitas famílias, e que também recarregam muito lençóis freáticos, a REVIS irá contribuir para
153 proteção da cobertura vegetal prevenindo alagamentos, enchentes e deslizamentos, além de
154 garantir a beleza cênica, tão importante para o equilíbrio psicológico das pessoas. A preservação
155 dessa cobertura vegetal das encostas e morros, trará maior restrição às ocupações irregulares
156 destas áreas o que irá impactar positivamente na preservação de regiões como o do Saco Grande,
157 onde se situa as maiores cavernas de blocos de SC. Relembramos que na década de 90 a proposta
158 que criou o Parque Municipal do Maciço da Costeira contou com grande apoio e participação
159 fundamental de entidades comunitárias da região. E por último afirmamos que estamos
160 confiantes com o processo de criação da REVIS Meioambiente, e que AA proposta chegou em boa
161 hora.” Assinam esse manifesto representantes do Fórum: Associação do Bairro Itacorubi,
162 Conselho do Córrego Grande, Associação de Moradores do Jardim de Santa Mônica, Associação
163 de Moradores do Sertão do Córrego Grande, Associação de Moradores de Vila Matos e
164 Adjacência, Conselho Comunitário Jardim e Flor Anchieta, Conselho Comunitário da Cidade
165 Universitária, e Associação de Mobilidades por Bicicletas de Modo Sustentável. Seguindo com
166 os questionamentos **João de Deus**, retorna a se manifestar chamando atenção para as
167 manifestações que falam de justiça sobre as áreas ocupadas, esclarece que há algumas leis de
168 regulamentação e de proteção dessas [áreas, o que não acontece [e incentivo para os proprietários
169 proteger, e se transformar em UC na categoria de REVIS que permite a propriedade privada, e
170 deve ser um comprometimento assim incentivar quem ficou proprietário na área de UC ser isento
171 ou sofrer redução da tributação de impostos, e isto é previsto em lei.



172 Respondendo a estes questionamentos o Sr. Mauro Manoel da Costa reinicia colocando sobre a
173 questão levantada do Parque somente no papel, e contextualiza o desenvolvimento político
174 ambiental que é recente, no Brasil e em Florianópolis elencando diversas causas dos problemas,
175 e inclusive citando a falta de fiscais ambientais no Município para um controle mais efetivo, que
176 deveria ser exigido pela população que fossem contratados pelo Estado. Ainda, esclarece que
177 mesmo assim, há efetividade em se criar uma UC e não ser somente uma APP citando os
178 exemplos da UC da Lagoinha do Leste e da UC da Lagoa do Peri, que se fossem somente APPs
179 estariam ocupadas como outras regiões, e estariam toda parceladas. Com relação ao Plano
180 Diretor, existe muitas coisas para serem melhoradas, mas essa proposta da UC seria um caminho
181 do meio entre preservação e desenvolvimento urbano com qualidade de vida. Quanto a
182 colocação do Hernes, Mauro se compromete em sentar e conversar com a comunidade do Morro
183 do Assopro para esclarecer dúvidas e integrarem mais eles no processo. Aracídio pega a palavra,
184 e responde quanto ao Plano de Manejo que será o instrumento para reger, estabelecer os
185 zoneamentos e também a criação dos programas necessários para que essa UC seja
186 continuamente implementada. Quanto aos prazos mencionados pelo Daniel, para se acontecer o
187 Plano de Manejo, Aracídio esclarece que houve um equívoco na colocação, que a única UC que
188 possui Plano de Manejo é o Parque Natural Municipal do Morro da Cruz, a qual ele mesmo é
189 conselheiro, e que esta UC apesar de ter sido criada em 2005, somente em 2012 passou pelo
190 processo de adequação ao SNUC, e que em 2013 com recursos do PAC foi elaborado o Plano de
191 Manejo o qual vigora até hoje. Já quanto as outras UCs, todas sofreram esse mesmo processo de
192 adequação a partir de 2014 e a última adequação foi a Lagoa do Peri em 2019, agora o próximo
193 passo vai ser a elaboração dos planos de manejo que tem um prazo de 5 anos para acontecer, isto
194 já está iniciado, e 3 destas UCs já possuem Conselhos Gestores ativo para a elaboração dos
195 planos e assim garantir que se faça política pública com participação social para o controle social
196 da cidade. Mariana inicia a palavra e complementa quanto a questão dos recursos para se poder
197 fazer os Planos de Manejo, relatando que a partir do ano passado o a Floram iniciou a fazer os
198 licenciamentos de impactos locais, o que poderá direcionar os recursos por compensação
199 ambiental destes para se poder fazer os planos. Que esses recursos já estão sendo aplicados nas
200 UCs, e que hoje elas tem recursos destinados para a elaboração de 3 termos de referência, e mais
201 1 plano de manejo, esse recurso a Floram nunca teve anteriormente disponível, assim as
202 perspectivas são melhores, do que já foram do passado.

203 Retomando a abertura do terceiro bloco de manifestações o presidente passou a palavra para
204 José Sabatini, professor da UFSC, trabalha muito tempo com a área ambiental e principalmente
205 com conservação lidando com Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) que é um dos
206 instrumentos da Política do Meio Ambiente, e cita que estava fazendo uns cálculos de algumas
207 UCs das quais participou da proposta de elaboração, e o ZEE trabalha em pensar no zoneamento
208 considerando áreas da UC que você teria menos ganhos, e áreas que você teria mais ganho se
209 fizesse um uso mais intensivo, o que resulta em gradientes de áreas de conservação e áreas de
210 uso público, foram em torno de 41 UCs nos seus cálculos, e nem todas tem Plano de Manejo,
211 mas estão lá, e no papel as que possui o ZEE não são assim também implementadas na hora, mas
212 aguardando para serem, e isto só irá acontecer com efetividade e mais velocidade, se nós
213 cidadãos lutarmos para que isso seja feito e entendermos a importância desses espaços. Se não
214 fizermos isso acontecerá, provavelmente o caso dos 900 mortos, e que também lutamos agora,
215 não para termos resultados agora, isso será para nossos filhos e netos, mas é claro se agente não
216 se preocupa com essas gerações então está tudo bem. Seguindo com as manifestações, Marisa



217 **Fonseca**, reinicia a falar relatando que já vem estudando a possibilidade de tornar sua área como
218 uma RPPN, então que gostaria estar mais próxima dessas discussões e também participar do
219 Conselho Consultivo, e que será uma grande defensora dos animais silvestres e exóticos, e
220 falando de exóticos registra sua preocupação com a quantidade de pinus que está crescendo na
221 região, e que espera que algo seja feito em breve quanto a isto. Seguindo com as manifestações,
222 **Van Zechner**, do programa de pós-graduação da Geografia da UFSC e membro do Observatório
223 de Áreas Protegidas, reforça sobre a importância da ação pública para o funcionamento das UCs,
224 que sem a participação social, e também sua cobrança fica muito mais difícil de tornar a gestão
225 efetiva, porque não tem um diálogo entre a gestão e a comunidade local, e que isso acontece
226 normalmente através do Conselho Gestor, e a partir dele o desenvolvimento do Plano de Manejo
227 que definira como será essa relação da gestão com o local. Ainda, complementa quanto aos
228 orçamentos, que no fim do ano passado estava proposto no orçamento do município recurso
229 destinado para elaboração do Plano de Manejo e este não foi aprovado, assim fica muito difícil a
230 Floram ter recursos para utilizar e fazer com que os processos aconteçam, por isso a
231 importância da representação política e cobrança para que os impostos pagos sejam também
232 destinados para área do Meio Ambiente, o que implica em quem as pessoas estão votando.
233 Seguindo com as manifestações, **Rodrigo Dalmonin**, retorna sua fala continuando a citar trecho
234 do relatório do governo Federal elabora e publicado quanto as atribuições do desastre no RJ
235 "observou-se que o PARNA Serra dos Órgãos uma UC de proteção integral (como aqui
236 proposta), além de proteger e preservar a biodiversidade, processos ecológicos e recursos
237 genéticos, cumpre importante papel na conservação do solo: 1) Proteção de encostas com alta
238 declividade (como no Saco Grande), 2) Proteção dos mananciais hídricos (como as nossas
239 nascentes), 3) Minimização de impactos de chuvas torrenciais, permitindo maior infiltração da
240 água da chuva evitando seu escoamento acelerado". Após citar o relatório, complementa que
241 estamos diante de uma situação de eventos cada vez mais extremos aumentarem, há vários
242 estudos apontando isso. Ainda, ressalta dessa importância de uma floresta bem preservada ser
243 associada a uma fauna bem preservada, que é a proposta desta categoria de Refúgio da Vida
244 Silvestre, para entender o valor que a fauna tem de tamanho serviço ecológico prestada cita
245 exemplos de morcegos que vivem nas cavernas do Saco Grande, que 1 morcego insetívoro em 1
246 hora tem a capacidade de comer 600 mosquitos, incluindo o da dengue, e que os morcegos
247 herbívoros aumentam cerca de 34% da capacidade produtiva de bananeiras. E que sem o REVIS
248 corremos o risco de perder esses tantos benefícios que a natureza faz por nós sem cobrar nada.
249 Seguindo com as manifestações, **Natália Silvério**, membro do Observatório de Áreas Protegidas,
250 reforça que a UC proposta é de Proteção Integral sim, mas que a categoria proposta REVIS
251 permite propriedade particular segundo a lei. O segundo ponto que levanta é que UC é uma
252 forma de gestão do território, assim por meio da instituição pode haver maneiras de destinação
253 de recursos para proprietários que preservam a área dentro da UC, que seria por pagamentos de
254 serviços ambientais. E se disponibiliza como pesquisadora, e como todos do observatório para
255 esclarecer quaisquer dúvidas posteriormente. Neste momento como está avançado o horário e só
256 tem mais 3 inscritos no total, decide-se chamar para manifestar os próximos, para se finalizar
257 direto depois. Assim, o presidente passa a palavra para **Márcio Queiróz** que retorna a se
258 manifestar, esclarecendo que a Associação de Moradores do Morro do Assopro é a favor a
259 preservação e criação da UC proposta, só que estando dentro dos limites querem garantir a
260 segurança jurídica de permanecerem como estão, e que não terão ainda mais enrijecimento de
261 desenvolver coisas no local. E questiona se caso criando a UC eles terão um ônus da
262 fiscalização, respostas, se valerá a pena. Seguindo com as manifestações, **Daniel da Silva**,
263 retorna a se colocar e questiona sobre o processo administrativo aberto seguido a manifestação
264 da sociedade civil, conforme mencionado, de qual é o número desse processo, e também
265 questiona novamente sobre a formulação da presente consulta, com qual fundamento legal foi
266 utilizado para o deserho dessa consulta. Para isso, cita que a lei prevê que os administradores



267 públicos só deverão fazer o que esta orientado na lei, e gostaria de saber onde esta a orientação
268 para essa consulta, e que o SNUC e o decreto não valem, porque não trazem regulamentação
269 específica para o processo de criação de uma UC em uma audiência pública. E ainda, ressalta
270 que esta se referindo ao Decreto Municipal 15.329/2015, no Art.35 fala que tem que ter uma
271 ATA e ele não viu uma da outra reunião e queria uma, a outra coisa é referente ao prazo, que há
272 um prazo de 7 dias após a consulta para que a sociedade se manifeste, ou seja há uma forma.
273 Seguindo com as manifestações, **Mariana Hennemann**, Coordenadora do Plano Municipal da
274 Mata Atlântica, cita a criação do Plano da Mata Atlântica que foi feito com participação popular
275 e que foi aprovado em novembro, e em março será realizado a publicação oficial, dentro do
276 Plano há áreas prioritárias para conservação e recuperação, e área do município norte foi a área
277 mais votada para priorização de ações de conservação, assim coloca o total apoio para a
278 consolidação da UC REVIS Meimbiçpe. Ainda, aproveita para responder a pergunta da Marisa
279 quanto a remoção de exóticas, e que desses recursos mencionados já foram utilizados para
280 diversos projetos de remoção, e continuarão ser destinados para esses que seria uma das
281 priorizações de uso.

282
283 Respondendo as manifestações Sr. Mauro Manoel, sublinhando conforme o Plano Municipal da
284 Mata Atlântica, esclarece que essa presente proposta convergência de diferente processos para a
285 definição dessa área como prioritária e assim ser criado a UC. Menciona que a equipe do
286 DEPUC atualmente é pequena, mas robusta em termos de sonhos e franqueza. Quanto as ATAS
287 elas estão sendo produzidas, e gravadas. E coloca que percebe que as colocações do Sr. Daniel
288 estão mais preocupadas com a forma do que com os conteúdos. E que estão se fundamentando
289 no SNUC conforme apresentado, realizando estudos preliminares, e realizando consultas como
290 forma de identificar áreas e legitimar o processo através da chance da população ter
291 conhecimento do que esta sendo realizado. Ainda, se coloca que esta a disposição para deixar o
292 telefone para passar o número do processo, pois ali ele não tem. Com relação ao Marcio, também
293 já se colocou a disposição para conversarem em como podem estar convergindo nesse processo,
294 mas que não tem como eles (FLORAM, através da proposta da UC) resolverem o problema da
295 comunidade do Morro do Assopro estar ocupando uma APP. Reforça que para esta UC ser
296 implementada ao longo do tempo, ela precisa de envolvimento das pessoas do entorno e da
297 cidade como um todo. Que o poder público representa a sociedade, e os objetivos aqui expostos
298 foram claros enquanto a preservação da biodiversidade, e manutenção da qualidade de vida, mas
299 se a sociedade de Florianópolis não quiser isso, ficará em difícil de acontecer. Para finalizar,
300 menciona a reportagem do El País, na última semana, em que esta atribuindo os desastres
301 acontecidos de mortes na baixada santista, como responsabilidade de toda sociedade brasileira,
302 com relação a nossa negligencia e ausência nas discussões de políticas publicas para o
303 desenvolvimento de nossas cidades.

304
305 Sendo este a última manifestação o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos
306 encerrando assim a Consulta Pública. Esta Consulta Pública foi encerrada as 21:22 horas. Esta
307 Ata foi redigida por Camila Ayroza, estagiária do Departamento de Unidades de Conservação –
308 DEPUC/Floram, de acordo com o áudio da gravação que será encaminhado junto ao processo
309 para sua comprovação para todos os efeitos legais.

310



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS

- **Consulta Pública Ratoles, Santo Antonio de Lisboa, Sambaqui e Vargem Pequena (10 de março de 2020)**



Imagens 78 e 79: Fotografias da consulta pública realizada na EBM Mâncio Costa abrangendo as comunidades da Vargem de Ratoles, Santo Antônio de Lisboa, Sambaqui e Vargem Pequena - 10/03/2020.

Segue a lista de presença e respectiva ata da consulta:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Feipe Schmidt, 1320 - 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
Departamento das Unidades de Conservação - DEPUC
Rod Francisco Thomaz dos Santos, SC 408, nº 3150
CEP 88065-260 - Armação do Pantano do Sul - Florianópolis/SC
E-mail: fdepuc@gmail.com Fone: (48) 3237-5660 / (48) 3235-4107 CNPJ 00.909.972/0001-01

3

Consulta Pública para Criação da Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Melembipe

Local: RATUNES DATA: 10/31/2010

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
BRUNO S. LVS KOSCHER NUNES	AMOLA F.P.M.A	46 99628942 41-51408-043	combrunoc@ig.com.br fpa@fpa.org.br	
Jacqueline A. Hebert Sônia B.C. Kraien Elva O. Ebert	Amélia Monses Floram	48 99767337 48 99942312 36278660	jacqueline@floram.org.br soniakraien@gmail.com ---	
André de Oliveira Percy Neg. Silva Juliana Pellegrini André D. Silva	Instituto Casa Kruza " " Floram A.P.R.A	48 99027577 48 996495692 48 99116429 3260031	instituto@casakruza.com.br --- --- ---	
MARLIANA C. KREINEMANN Tatiele T. M. de Sá Celine dos Santos Flora Neves	Floram Bilboa Florencia Colinas VC de Ilha FLORAM	32516511 99954009 826680XX 35153172	--- --- --- ucdilha@gmail.com	
Humberto Palom Pin MARIO LUZ MARIUS PEREIRA JOSE SALOMÉ BARROS PIRES NELSON LEAL FIDELIS PIRES	FCMBIO UFSC - ECA - OABANA PARQUE VILA DE GALVÃO	9988977 99175073	--- --- ---	



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Feipe Schmidt, 1320 - 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
Departamento de Unidades de Conservação - DEPUC
Rod Francisco Thomas dos Santos, SC-406, nº 3150
CEP 88096-260 - Armação do Forno do Sul - Florianópolis/SC
E-mail: fdepuc@gmail.com Fone: (48) 3237-5660 / (48) 3238-4107 CNPJ 00.909.972/0001-01

7

Consulta Pública para Criação da Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Meioambiente
Local: PATONCES DATA: 10/03/20

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
<i>Adriano Vieira</i>	- X -	984739305		<i>[Signature]</i>
<i>Adriano Vieira</i>	SINABRA - SISE	981600255	<i>adriano.vieira@sinabra.org.br</i>	<i>[Signature]</i>
<i>Hélio Caspary Filho</i>	FÓRUM DA ATEIA DE ITAIONAMA	98381512	<i>hcaspar@ataia.org.br</i>	<i>[Signature]</i>
<i>Karen Kawan</i>	GBM Meio Ambiente	984994999	<i>karen.kawan@gbm.org.br</i>	<i>[Signature]</i>
<i>Julia Garcia Olesen</i>	AMARÁ	984195415	<i>erica.souza@amará.org.br</i>	<i>[Signature]</i>
<i>Yara da Silva</i>	P	983055384		<i>[Signature]</i>
<i>Priscila de Souza</i>	PRB	98455935	<i>priscila@prb.org.br</i>	<i>[Signature]</i>
<i>RAIIV Talsiño</i>	FONE	98431048	<i>raiiv@fone.org.br</i>	<i>[Signature]</i>
<i>DANILLO FURNE</i>	Intendência	98477419	<i>danillo@intendencia.org.br</i>	<i>[Signature]</i>
<i>mi-nascimento de sc</i>	Floram	989202703	<i>mi-nascimento@floram.org.br</i>	<i>[Signature]</i>
<i>Assessoria Técnica Meio Ambiente - FLORAM</i>	DEPUC - FLORAM	37373660	<i>fdepuc@floram.org.br</i>	<i>[Signature]</i>
<i>Roberto Vitorino</i>	Intendência	98777204	<i>roberto@intendencia.org.br</i>	<i>[Signature]</i>
<i>André Oliveira</i>	ARMA	98670102	<i>andrei@arma.org.br</i>	<i>[Signature]</i>
<i>João Medeiros</i>	ARMA	984455622	<i>joao@arma.org.br</i>	<i>[Signature]</i>
<i>Gustavo O. Oliveira</i>	ARMA	98660755	<i>gustavo@arma.org.br</i>	<i>[Signature]</i>
<i>Gustavo (Oliveira)</i>	ARMA		<i>gustavo@arma.org.br</i>	<i>[Signature]</i>
<i>Luís Carlos Wagner</i>	Intendência	98493403	<i>luis@intendencia.org.br</i>	<i>[Signature]</i>



**CONSULTA PÚBLICA PARA CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO
REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MUNICIPAL MEIEMBIPE- DE 10 DE MARÇO DE
2020**

1 Ao dia 10 do mês de Março de dois mil e vinte, às 19:00 horas na EB Mâncio Costa, no bairro
2 do Rátomes, reuniu-se a Equipe Técnica para a Criação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal
3 Meiembipe, para realização de uma consulta Pública para a Criação da Unidade de Conservação
4 do Refúgio de Vida Silvestre Municipal Meiembipe, segundo a Lei nº 9.985/00 – SNUC.
5 Estando presentes o total de 51 participantes, sendo os seguintes representantes da Floram: Sr.
6 Mauro Manuel da Costa - Chefe de Departamento de Unidades de Conservação, Arthur Vieira –
7 Gerente do Departamento de Unidades de Conservação, Elias Feres – Chefe de Divisão de
8 Implementação de UCs, Aracido de Freitas Barbosa Rocha Netto – Chefe de Divisão de
9 Administração de UCs, Silvine Dalpiaz do Carmo – Chefe do Departamento de Educação
10 Ambiental, Mariana Coutinho Hennemann – Diretoria de Licenciamento, Juliana Oliveira –
11 Diretoria de Licenciamento e Henrique dos Reis – Departamento de Educação Ambiental.
12 Presidindo a Mesa, o Sr. Danilo Funks, técnico aposentado da Floram e presidente da extinta
13 Comissão de Adequação de Unidades de Conservação da Floram, abriu a Consulta pro volta das
14 19h20min horas e fez uma explanação sobre as regras da consulta pública e a forma como
15 acontecerá o debate, onde após a explanação técnica os interessados poderão se inscrever para
16 fazer perguntas, todas as perguntas serão respondidas pelos técnicos e se por ventura a equipe
17 não conseguir responder no ato à alguma destas perguntas, ou não julgar pertinente ao interesse
18 coletivo, ela o fará posteriormente via e-mail, sendo que nenhuma pergunta feita nesta reunião
19 ficará sem resposta. Dando prosseguimento o Presidente da Mesa passou a palavra para a Sra.
20 Mariana Coutinho Hennemann, bióloga do Departamento de Licenciamento da Floram, que
21 realizou uma apresentação técnica sobre o Refúgio da Vida Silvestre Municipal Meiembipe
22 (REVIS Meiembipe) e o seu entorno, explanou conceitos gerais da legislação sobre
23 procedimentos, objetivos, criação de unidades de conservação, e seus instrumentos legais
24 (zoneamento, plano de manejo e conselho consultivo). Após essa etapa, a palavra ao Sr. Mauro
25 Manoel da Costa, chefe do Departamento de Unidades de Conservação – DEPUC/ Floram, que
26 apresentou os estudos preliminares da equipe técnica que definiu a proposta apresentada dos
27 limites nova Unidade de Conservação, que possui como critérios a inclusão somente de áreas de
28 APP no Plano Diretor, e excluindo as áreas de APP já ocupadas para eliminar conflitos
29 socioambientais, e ainda apresenta os objetivos da REVIS Meiembipe, e benefícios associados.

30 Após a explanação técnica sobre o REVIS Meiembipe, foram realizadas as inscrições para
31 manifestação de perguntas para os técnicos totalizando 17 (dezessete) inscrições. Ficou
32 estabelecido que os questionamentos fossem divididos em blocos onde primeiramente se
33 apresentarão os primeiros 05 (cinco) questionamentos, após apresentados a equipe irá responder
34 a estes questionamentos, prosseguindo serão apresentados os outros blocos de 05 (cinco) e
35 respostas respectivamente. Abrindo os questionamentos, **Eduardo**, morador de Santo Antônio de
36 Lisboa, mais precisamente da região conhecida como “Barreira”, inicia sua fala parabenizando a
37 equipe técnica pela proposta e apresentação, caracterizando-a de muito esclarecedora, mas
38 principalmente pela disposição das pessoas em fazer um número tão grande de consultas para
39 atender as comunidades. Traz a questão sobre produtores de farinha que realizam suas atividades
40 tradicionais próximos ao local em que mora, e questiona como fica a questão do diálogo entre a
41 Floram e eles associado tanto a manutenção dessas atividades quanto a sua relação com a UC e a
42 conservação da mesma, destacando que é uma atividade muito importante para a preservação do
43 patrimônio cultural açoriano. Seguindo os questionamentos, **Mário Luiz Martins Pereira**,



44 técnico do ICMBio e morador da comunidade de entorno, agradece ao DEPUC pela
45 disposição do espaço e inicia sua fala trazendo a questão da importância econômica com a
46 criação de unidades de conservação, tanto associada a geração de empregos quanto no que se
47 deixa de gastar em relação a prevenção de determinados desastres ambientais causados pela má
48 gestão do território. Explica que na área da UC proposta existem muitas nascentes e locais com
49 grandes declividades, e que, se esses aspectos não forem bem protegidos, grandes problemas
50 podem vir a ocorrer, exemplificando com a situação que a baixada santista estava vivenciando
51 naquela época. Elencu a gama de serviços ambientais promovidos pelas UC, dando ênfase a
52 questão da água, tanto para o abastecimento hídrico quanto como possível causadora de
53 desastres, citando a situação da cidade de São Paulo. Termina sua fala dizendo que o ICMBio
54 apoia a proposta apresentada, e oferece um apoio técnico na sede da Estação Ecológica de
55 Carijós para quem tiver dúvidas sobre a situação. A terceira inscrita, **Flora Neves**, atual
56 presidente do Coletivo UC da Ilha, inicia sua fala trazendo uma rede de turismo de base
57 comunitária da qual faz parte, que possui muitos parceiros em diversas partes da Ilha, inclusive
58 na qual estava sendo realizada a consulta. Diz que entende que a criação do REVIS Meimbipe
59 vem para somar com as comunidades de entorno, potencializando a possibilidade de trabalhar
60 esse turismo na região numa perspectiva mais ecológica, compatibilizando a preservação ao
61 turismo, valorizando as comunidades tradicionais, a agroecologia e conservando os recursos
62 hídricos, fundamentais para a qualidade de vida da população atual e futura, que tende a crescer
63 muito. Fala em nome do Coletivo que apoia a criação desta UC, e que a proposta vem ao
64 encontro da nossa sadia qualidade de vida e dos demais tipos de vida existentes neste
65 remanescente de natureza, que também têm direito de viver de forma digna, e finaliza citando a
66 nova Lei Municipal aprovada pela câmara dos vereadores que garante esse direito à natureza.
67 Continuando com a palavra, **Erica Oliveira**, integrante da Associação dos Moradores de
68 Ratonas, cumprimenta a equipe da Flora, e espera que a criação dessa nova UC seja mais um
69 instrumento de luta pelos direitos da sua comunidade, esclarecendo as dificuldades em manter a
70 região conservada. Cita o turismo rural crescente naquele lugar, associando-o às possibilidades
71 de turismo de base comunitária, e que aos poucos esses serviços ajudam a tornar a população
72 mais independente. Traz a questão sobre o Plano Diretor, citado na apresentação técnica como
73 uma fundamentação legal para a criação da unidade, acrescentando a futura atualização do
74 mesmo, e questiona se os encaminhamentos do Plano de Manejo estarão alinhado a atualização
75 do Plano Diretor, e pergunta se os moradores que possuem grande parte de suas propriedades
76 dentro da zona de APP, que entrarão na UC, irão receber os benefícios de compensação
77 ambiental, o que está previsto em lei, e de que maneira isso vai acontecer. Posteriormente,
78 **Gilberto Ribas**, morador da região e membro das Associações de Moradores e de Pescadores de
79 Ratonas, cita um estudo feito pela equipe técnica da ESEC de Carijós sobre uma área alagada
80 próxima àquela UC, que resultou no descobrimento de uma espécie endêmica da região, além de
81 niniais de importantes espécies de aves. Questiona se a área citada está dentro dos limites do
82 REVIS, e, se não estiver, qual a possibilidade de incluí-la.

83 Respondendo a estes questionamentos, o Sr. Mauro Manoel da Costa inicia respondendo o Sr.
84 Eduardo sobre a coexistência de atividades tradicionais dentro do REVIS, explanando que é
85 possível compatibilizar esses usos com a UC, e explica citando alguns trechos existentes no
86 SNUC que prevêem e justificam essa questão, frisando a importância da conservação também



87 desse tipo de patrimônio cultural, e que a elaboração do Plano de Manejo irá regulamentar
88 esclarecer melhor essas situações, que muitas vezes podem servir até como um potencial da
89 Unidade. Responde também o questionamento do Sr. Gilberto, destacando que a equipe não está
90 fazendo a Consulta apenas por ser um requisito da Lei, mas que tem como grande objetivo
91 recolher sugestões como a apresentada por ele para aprimorar a criação da UC, e que, se a
92 comunidade entende que a área levantada é um local sensível e de fundamental conservação, a
93 equipe técnica irá analisar a situação para incluir o espaço colocado. Ressalta que, para
94 formalizar melhor questões como essa, é importante o encaminhamento de um documento oficial
95 elaborado pelas associações para a equipe responsável, para justificar e legitimar a incorporação
96 de tal área. Passa a palavra ao Sr. Aracido Neto, que complementa a resposta do Sr. Mauro
97 sobre os possíveis usos dentro dos limites da UC, repetindo que, como a categoria de manejo
98 proposta prevê a existência de propriedades privadas, a sua utilização já existente, como trilhas
99 públicas e atividades tradicionais, devem ser fortalecidas e regularizadas aos objetivos da
100 Unidade, sendo compreendidas como importantes potenciais. Salienta a questão levantada pela
101 Sra. Erica sobre as compensações ambientais, estas que podem ser aplicadas em certas atividades
102 como também na isenção de determinados impostos, e cita a ferramenta do *pagamento por*
103 *serviços ambientais*, a qual pode servir como catalizadora dessas práticas existentes. Finaliza
104 citando a questão das roças de mandioca presentes na região de Santo Antônio, enfatizando que
105 o objetivo de criação da Unidade não é só para conservar os aspectos naturais, mas também
106 culturais, além de promover econômica e socialmente as comunidades do entorno.

107 Retomando a abertura do segundo bloco de questionamentos o presidente passa a palavra para o
108 Sr. **André Oliveira**, que parabeniza a equipe pela proposta apresentada, entendendo a importância
109 da proteção especial desses espaços. Explica que na reformulação do Plano Diretor a área de
110 APP desceu muito para dentro do seu terreno, sendo que na escritura da propriedade aquela área
111 está em zoneamento de APL, e que quer articular da melhor maneira com os órgãos competentes
112 para caminhar conjuntamente mantendo um diálogo e parceria. Passa a palavra para o Sr. **Carlos**
113 **Augusto**, morador da região e membro da AMORA, que enaltece a sua preocupação em relação
114 ao avanço urbano em áreas protegidas, e questiona quais os instrumentos efetivos de fiscalização
115 atribuídos, caso a Unidade seja criada, a partir da elaboração do Plano de Manejo, citando
116 algumas situações de denúncias feitas por causa de empreendimentos construídos irregularmente
117 que prosseguiram normalmente. Seguindo com os questionamentos, o Sr. **Flávio**, membro da
118 AMORA e representante do Conselho da Cidade, parabeniza a Floram pela iniciativa, e retoma a
119 fala da Erica sobre a questão do Plano Diretor frisando que o Poder Público tem seis meses para
120 a regulamentação do Plano Diretor a partir da sua data de publicação, fato que não foi
121 consumado, o que é prejudicial em diversas questões, trazendo como exemplo a situação de
122 propriedades privadas inseridas dentro de áreas protegidas, como as de APP, nas quais os
123 proprietários saem somente prejudicados, ficando engessados pelas restrições do zoneamento.
124 Entretanto, com a criação da Unidade proposta, algumas situações podem ser regulamentadas
125 através de certos instrumentos, como o Plano de Manejo. Questiona também se a poligonal do
126 REVIS Meimbeipe foi elaborada a partir dos mapas atualizados do Plano Diretor ou dos atuais.
127 Para finalizar, levanta novamente a problemática das ações de fiscalização, e pergunta quais são
128 os mecanismos que a gestão irá utilizar para lidar com esse empecilho. Passa a palavra para o Sr.
129 **João de Deus**, coordenador da Rede de ONGs da Mata Atlântica, que se manifesta



130 cumprimentando a equipe responsável pelo projeto. Explica que o bioma de Mata Atlântica foi
131 extremamente sacrificado por conta da ocupação humana no Brasil, e traz a notícia que a Rede
132 que representa oficializou o apoio à criação desta Unidade, entendendo que é muito importante
133 para o município de Florianópolis não só para a conservação do bioma presente como também
134 para as gerações futuras, levando em consideração o contexto de alterações climáticas que
135 estamos vivendo. Portanto, garantir a conservação de áreas como essa é essencial para que
136 possamos avistar um futuro adequado e com maior qualidade de vida para a nossa população.
137 Elucida que o REVIS é uma categoria que admite a propriedade privada, entretanto está no
138 grupo de Proteção Integral. A criação de uma UC implica na mudança territorial de zona urbana
139 para zona rural, fato previsto em lei, o que implica na desoneração tributária no aspecto urbano
140 da comunidade, já que não faz sentido um proprietário continuar pagando o IPTU por manter a
141 floresta conservada. Explica que em áreas de APP alguns usos são permitidos, como as práticas
142 agroflorestais, e que é necessário mudar a perspectiva de que a implantação da Unidade irá só
143 restringir a comunidade para uma ideia de uso sustentável, entendendo que a mata em pé é algo
144 muito mais valioso do que derrubada. Voltando a questão da utilização, demonstra que a própria
145 Lei da Mata Atlântica prevê usos indiretos, mesmo para essas áreas de APP. Para concluir,
146 esclarece que a existência do REVIS Meio Ambiente irá regulamentar e orientar esses possíveis usos
147 existentes através dos seus instrumentos de gestão. Para finalizar o bloco de questionamentos, o
148 Sr. Nelson Fidelis, morador da Vargem Pequena, questiona sobre os critérios adotados para a
149 elaboração da poligonal da UC, e critica a qualidade da imagem que estava projetando o mapa,
150 sem maiores detalhamento. Pergunta qual o critério utilizado para a composição de tal carta, e se
151 seguiu realmente as áreas de APP, por qual motivo determinadas áreas que a princípio teriam
152 esse zoneamento não foram abrangidas, citando exemplos. Finaliza com uma fala de
153 desaprovção dos zoneamentos estipulados pelo Plano Diretor.

154 Respondendo a estes questionamentos o Sr. Mauro Manoel da Costa reíncia direcionando a
155 palavra ao André, esclarece que o objetivo da Consulta não é discutir o mapeamento do Plano
156 Diretor, visto que não é uma atribuição do DEPUC e equipe técnica, e que o critério para
157 elaborar a poligonal foi dos zoneamentos em vigor no município, mas que, de qualquer forma, se
158 coloca a disposição esses tipos de questões. Explica que nenhuma edificação foi colocada no
159 interior da Unidade, contudo, pelo fator de ter uma abrangência muito grande, alguma situação
160 pode ter passado por engano, e que, se for o caso, ele teria que procurar a equipe para resolver
161 posteriormente este problema. Justifica que não seria possível naquele momento verificar todos
162 os casos individuais, e que os presentes poderiam utilizar o Geoprocessamento Corporativo da
163 PMF para analisar suas situações. Com relação à fiscalização, elucida que é dever da população
164 reivindicar e lutar por essa necessidade, pressionando o Poder Público para diminuir ou resolver
165 este problema. Frisa a importância da criação desta Unidade para a proteção da região norte da
166 Ilha, e que sua implantação implica numa série de ferramentas para administrar de forma mais
167 efetiva este espaço territorial, trazendo diversos exemplos existentes nas outras UC municipais.
168 Finaliza sua fala fazendo um panorama geral sobre a Ilha de Santa Catarina e a importância
169 dessas estratégias de conservação para garantir um futuro com qualidade de vida para a
170 população residente.

171 Retomando o terceiro bloco de questionamentos, o Sr. Ailson Coelho, atual presidente da
172 UFECO e diretor da Associação de Moradores da Ponta Norte, primeiramente parabeniza a



173 equipe pelo projeto, explica que há algum tempo tem tentado juntamente à comunidade criar
174 áreas protegidas como a proposta. Solicita a inclusão do Morro de Ponta das Canas e da
175 Lagoinha do Norte nos limites do REVIS Meioambiente. Informa sua preocupação em relação ao
176 abastecimento hídrico da Ilha, mais precisamente na região das dunas entre os Ingleses e o Rio
177 Vermelho, e sugere uma maior proteção àquela área que está sendo intensa e rapidamente
178 ocupada. Passa a palavra ao Sr. **Marquito**, atual vereador e presidente da Frente Parlamentar em
179 ProL das Unidades de Conservação, quem inicia a fala explicando um pouco sobre esta Frente e o
180 que tem realizado nesses últimos anos. Parabeniza a equipe pelo projeto proposto, o qual já a
181 pensado há bastante tempo. Frisa que é importante que as sugestões e problemáticas levantadas
182 durante a Consulta sejam protocoladas junto aos órgãos responsáveis para que possam ser mais
183 bem trabalhadas posteriormente. Coloca a questão sobre a Zona de Amortecimento, e pede para
184 a equipe a explicar melhor. Sugere que seja previsto na Zona a realização de atividades como
185 práticas agroecológicas e o turismo de base comunitária, e elenca a importância de ser
186 encaminhada juntamente a poligonal. Por fim, salienta a importância de espaços como esta - da
187 Consulta - em tempos de uma democracia frágil e cambalante no qual estamos vivendo.
188 Prosseguindo os questionamentos, o Presidente da Mesa convoca a Sra. **Andrea de oliveira**,
189 atual presidente do Instituto Çarikura, que parabeniza o projeto proposto. Salienta a importância
190 da apresentação de documentos técnicos à população de forma mais clara, citando a questão do
191 mapa em melhor escala e detalhamento. Pergunta também como ocorrerão as futuras etapas do
192 processo. Continuando o debate, o Sr. **Flávio** reforça a questão levantada pela Andrea, dizendo
193 que só ficou sabendo das consultas quando já estavam acontecendo. Posteriormente, leu para o
194 grupo um ofício encaminhado pelos membros da Associação do Bairro do Sambaqui, que não
195 puderam comparecer na consulta, proferindo palavras de apoio à criação da UC. Além disso,
196 solicitaram a inclusão dos matozinhos presentes na região dentro dos limites do REVIS Meioambiente.
197 Após isso, o Sr. **Hélio Carvalho**, membro do Fórum da Bacia do Itaconubi, traça um histórico
198 sobre as UC existentes no município e o processo até a proposta de criação do REVIS
199 supracitado, frisando que não é uma discussão nova, e reforça a importância da implantação
200 desta Unidade para a segurança do futuro da cidade.

201 Abrindo os esclarecimentos, o Sr. Mauro Manoel da Costa dirige a palavra ao Flávio,
202 enfatizando e agradecendo a leitura do ofício. Explica que os limites iniciais foram elaborados
203 visando à geração do menor número de conflitos, mas que irá acatar a solicitação da comunidade
204 e discutir juntamente a equipe. Explica que, para traçar a poligonal, é necessário utilizar a base
205 de zoneamento que está em vigor. Elucida que a criação da UC está dentro dos conformes em lei,
206 a qual impõe a necessidade da realização de consulta pública para apresentação técnica da
207 proposta, dos limites e objetivos, enfatizando que a equipe foi além do necessário, realizando
208 seis encontros com as comunidades para conseguir abarcar uma parcela maior da população.
209 Explana que a equipe não está querendo enganar ninguém, e que os critérios utilizados foram os
210 mesmos que os apresentados, e repete que não seria possível avaliar os casos individuais naquele
211 momento, mas se disponibiliza em tratar cada um posteriormente. Traz novamente a questão do
212 Plano Diretor, reconhecendo que não é o ideal, mas que a proposta de criação do REVIS
213 procurou seguir o "caminho do meio", tentando atender ao máximo de lidos possível.
214 Complementando a resposta, o Sr. Aracídio ressalta que é inviável analisar os casos individuais
215 durante a Consulta, e volta a frisar que esses espaços não são feitos proforma, mas sim para



216 coletar as sugestões das comunidades visando enriquecer e aprimorar o processo. Esclarece que
217 posteriormente a equipe irá se reunir e discutir sobre as sugestões, fazer os últimos ajustes no
218 relatório técnico e instrumento legal e realizar o refinamento do mapa compilando o que foi
219 levantado nas consultas. Um desses ajustes poderia vir a ser a inclusão da Zona de
220 Amortecimento na poligonal diretamente no ato de criação da UC, principalmente pela
221 motivação das comunidades consultadas, clarificando que os seus usos e limitações seriam os
222 mesmos que os contidos nos próprios zoneamentos do Plano Diretor vigente. Contudo, se
223 posiciona argumentando que a formulação da Zona de Amortecimento traria um caráter mais
224 participativo e íntegro. Finaliza sua fala elogiando a sugestão da ABS, entendendo que a
225 população está vendo com bons olhos a criação da Unidade.

226 Retomando a abertura do quarto e último bloco de manifestações, o presidente passou a palavra
227 para o Sr. **Lino Peres**, vereador do município, que elogia e apoia a proposta e diz que esteve bem
228 presente nos processos de adequação das UC municipais. Destaca a importância da elaboração
229 da Zona de Amortecimento, e retorna ao ponto da possibilidade de pagamento por serviços
230 ambientais à comunidade, ferramenta que pode promover, estimular e incentivar a comunidade
231 local no que tange uma parceria mais forte em relação a conservação deste patrimônio. Passa a
232 palavra ao Sr. **Rodrigo Dalmolin**, morador do Saco dos Limões. Apresenta uma imagem autoril,
233 na qual está retirando uma Jararaca do meio de um dos caminhos e trilhas presentes dentro do
234 território do REVIS Meimbepe, se referindo a ela como uma "refugiada de guerra". Faz essa
235 analogia para salientar a importância da conservação desses remanescentes de natureza, visto
236 que, da mesma maneira do bugio e da anta, esta espécie pode vir a desaparecer pela falta de
237 proteção dessas áreas. Cita um específico e importante serviço ecossistêmico que a mesma
238 oferece para os seres humanos: a produção de uma substância fundamental para a formulação de
239 remédios para pessoas com pressão alta. Destaca que este uso foi descoberto no Instituto
240 Butantan, em São Paulo, uma instituição pública, gratuita e de qualidade, como a Universidade
241 Federal de Santa Catarina. Conclui sua fala questionando: esta cobra tem o direito de existir?
242 Agradece a atenção de todos e se despede. Para finalizar os questionamentos, o Sr. **Gilberto** faz
243 uma reflexão sobre a importância de se pensar qual é a cidade que nós queremos, assim como o
244 seu futuro. Sobre a necessidade de um modelo de desenvolvimento e de turismo menos agressivo
245 e mais inclusivo.

246 Fazendo as considerações finais, a Sra. Mariana Hennemann aproveita o momento para resumir
247 as principais dúvidas levantadas durante as Consultas em geral. Sobre a questão da fiscalização,
248 explica que a criação da UC, com todos os instrumentos de gestão que a acompanha, irá auxiliar
249 de maneira bastante significativa neste processo. Este ato facilita também o ponto das
250 compensações ambientais e pagamentos por serviços ambientais, servindo como estimulador
251 para que essas ferramentas se efetivem. Em relação a poligonal e ao Plano Diretor, esclarece que
252 o zoneamento em vigor levou em consideração as condicionantes que fazem aquelas zonas
253 possuírem tais restrições, e destaca que até em áreas de APL os seus usos são limitados devido a
254 Lei da Mata Atlântica, assim como outras leis que preveem situações como a supressão vegetal.
255 Se referindo à qualidade e detalhamento do mapa da poligonal, disponibiliza a sede do
256 Departamento de Licenciamento, bem como o IPUF, pra orientar nos atendimentos individuais
257 na redução de dúvidas e coleta de sugestões. Repete que após essa Consulta a equipe irá se reunir
258 para discutir sobre as questões levantadas e direcionar os respectivos encaminhamentos.

Página 6 de 7



259 alterando, assim, o que for necessário. Por fim, faz um panorama sobre o Plano Municipal de
260 Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, citando que a partir das oficinas públicas
261 realizadas para a construção do mesmo, a área proposta para a implantação do REVIS foi a mais
262 votada para medidas de conservação da Ilha. Adiciona que a área úmida comentada no início da
263 Consulta pelo Sr. Gilberto também foi escolhida como prioritária para proteção a partir deste
264 processo participativo. Passa a palavra ao Sr. Mauro Manoel da Costa, que enfatiza a questão
265 levantada anteriormente. Finaliza sua fala fazendo um apanhado geral da maratona de Consultas
266 realizadas pela equipe técnica, da Floram e do IPUF para apresentar o projeto proposto. Conclui
267 agradecendo a comunidade do Ratonês pela hospitalidade, como também a todos que
268 participaram do processo, salientando que o corpo responsável irá levar em consideração todas
269 as questões levantadas.

270 Em sequência, o Presidente da Mesa agradece a presença da comunidade, encerrando assim a
271 Consulta Pública aproximadamente das 21h40minh. Esta Ata foi redigida por Luca Mattos,
272 estagiário do Departamento de Unidades de Conservação – DEPUC/Floram, qui a submeterá a
273 apreciação e aprovação para todos os efeitos legais.



8.2 Da Categoria, denominação, objetivos e gestão

Durante a primeira parte de todas as consultas foi realizada uma apresentação demonstrando aspectos relacionados à criação de uma unidade de conservação, e em especial a proposta em questão, destacando a categoria, denominação e objetivos. Em relação a estes itens não houve nenhum questionamento. As comunidades compreenderam o porquê da escolha da categoria de Refúgio de Vida Silvestre, bem como a denominação Meimbipe, como já justificado na seção 7.1 e 7.2, no capítulo anterior.

Quanto a gestão, alguns esclarecimentos foram requisitados principalmente no que diz respeito a atuação do órgão gestor e sobre a sequência dos instrumentos de gestão, a exemplo do plano de manejo e a instituição do conselho consultivo. Tais dúvidas foram resolvidas e as consultas seguiram concentradas no foco principal dos questionamentos das comunidades. Assunto este tratado na seção 8.3 a seguir.

8.3 Da alteração da poligonal

Na medida em que os limites da poligonal proposta foram apresentados para as comunidades ao longo das consultas públicas, diversas demandas e ajustes foram sugeridos. Cada solicitação ou sugestão foi analisada pela equipe, e alterações foram realizadas na poligonal do mapa.

Na região de **Ponta das Canas**, a comunidade trouxe a preocupação em relação às APPs da Lagoinha do Norte e do morrete/promontório chamado Ponta da Lage. Ambas as áreas foram consideradas prioritárias para conservação pelo Plano Municipal da Mata Atlântica - PMMA. Após análise técnica, a equipe absorveu a sugestão.

Em **Ratones** foi levantada a preocupação com a APP da baixada alagável e com a APP do morrete às margens da SC-401, áreas também identificadas como prioritárias pelo PMMA, de forma que a sugestão de inclusão nos limites do REVIS também foi acolhida, limitando-se, no entanto, às áreas zoneadas como APP.

Na consulta pública em Ratones houve também a leitura de manifestação por escrito da Associação de **Bairro de Sambaqui**, entregue posteriormente formalmente ao DEPUC, solicitando a inclusão das APPs das morrarias existentes no bairro de Sambaqui. Apesar de fisicamente separada do limite inicialmente previsto para o REVIS, por se tratar de solicitação formal e de instituição que representa os moradores do bairro, a equipe técnica também decidiu pela inclusão desta gleba à poligonal da Unidade de Conservação.

Na região da **Costa da Lagoa** foram solicitados alguns ajustes na linha da poligonal nas áreas próximas às comunidades, visto que já possuíam estudos das necessidades da cultura tradicional e dos moradores da região, discutidos dentro da comunidade. A equipe técnica entendeu que os ajustes eram de pequena proporção, não traziam prejuízo à UC e atenderam aos anseios da comunidade, que será forte aliada na preservação e manutenção da UC.

Outra sugestão feita em algumas das consultas públicas estava relacionada à importância de incluir áreas de **patrimônio espeleológico** que estão sob zoneamento de Área de Preservação com uso Limitado - APL no Plano Diretor Municipal e



inicialmente não foram incluídas nos limites da UC. Considerando a relevância ecológica e paisagística dessas áreas, a equipe técnica optou por incluir essas áreas sugeridas.

No processo dessa revisão da poligonal para a área norte dos Ingleses, observou-se que há uma ampla área vegetada em início de encosta sob domínio da Prefeitura Municipal de Florianópolis, com zoneamento de APL, Área Verde de Lazer - AVL e Área Comunitária Institucional - ACI. Por serem de domínio público e estarem recobertas por vegetação exuberante, a equipe técnica entendeu pertinente e importante a ampliação dos limites da UC também sobre essas áreas, tendo em vista o potencial para futuras instalações de gestão e uso público.

Outra crítica feita à poligonal durante as consultas públicas diz respeito ao seu desenho muito recortado (segundo o zoneamento de APP), que gera um efeito de borda indesejável e dificuldades de delimitação em campo, com consequente aumento na complexidade do processo fiscalizatório. A partir disso, foi realizada uma simplificação semi-automática em programa de geoprocessamento dos vértices que delimitam a poligonal, tornando os limites mais retos, com menos vértices, reduzindo os problemas anteriormente citados. Isso também resultou, no entanto, em inclusão de pequenos trechos de APL, bem como exclusão de pequenos trechos de APP, nos limites da UC, tendo em vista esses zoneamentos se apresentarem muito recortados no Plano Diretor.

Deste modo, o resultado final dos ajustes realizados na poligonal após as sugestões e solicitações recebidas nas consultas públicas e discutidas pela equipe técnica é apresentado abaixo, e acompanha este relatório, como anexos, sendo composto por mapa, memorial descritivo e minuta do dispositivo legal, em forma física e digital.

8.4 Da Zona de Amortecimento

Muitas dúvidas e questionamentos foram trazidos durante as consultas públicas em relação à Zona de Amortecimento da UC. A partir disso, a equipe técnica optou por já estabelecer a Zona de Amortecimento juntamente com o dispositivo legal de criação, o que está previsto na Lei Federal nº 9.985/2000.

Assim, após ampla discussão técnica e levando-se em conta os anseios da população explicitados nas primeiras consultas públicas, foi definida como Zona de Amortecimento não contínua, com extensão de 30 metros ao longo de toda a borda da poligonal nas áreas que apresentassem zoneamento de Áreas de Preservação com uso Limitado - APL e Áreas de Preservação Permanente - APP, no Plano Diretor Municipal (Lei Complementar nº 482/2014). Assim, sempre que o contorno da poligonal de limite da UC estiver fazendo limite com um desses zoneamentos, é estabelecida uma faixa de 30 metros como sua Zona de Amortecimento, a qual também constará no mapa e memorial descritivo anexos a este relatório e ao instrumento legal de criação da UC.



Imagem 80: Localização geográfica da proposta final do Refúgio de Vida Silvestre Municipal Meiembipe em verde limites do REVIS Meiembipe, em laranja zona de amortecimento e em amarelo outras unidades de conservação. Fonte: Gerência de Cadastro, Geoprocessamento e Pesquisa do IPUF.

8.5 Das devolutivas às comunidades

Durante o processo participativo podem surgir dúvidas para os envolvidos, em relação às consequências das ações e ou proposições levantadas durante o mesmo, bem como a sua continuidade. Propor uma gestão horizontal, que permita a ampla participação e a transparência não é algo muito fácil. Não foi diferente nesse processo que propõe a criação do REVIS MEIMBIPE. Consciente disso o órgão gestor se colocou à disposição das comunidades para atendimentos específicos e ainda para tirar dúvidas pontuais.

Contatos e possibilidades de atendimentos *a posteriori* das consultas públicas foram agendados e realizados com aquelas comunidades que demonstraram interesse em discutir alguma questão pontual. Ocorreram 3 (três) dessas reuniões pontuais *a posteriori*, sendo elas: 1 - Associação dos Moradores de Ingleses, 2- Associação de Moradores da Vargem Grande, 3- Atendimento no Córrego Grande (DEPEA) para a comunidade da Costa da Lagoa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS

Para além disso, todas as manifestações recebidas pelo órgão gestor foram respondidas, e o entendimento geral das associações resultou em uma série de ofícios de apoios e recomendações que se encontram ao final deste item, todas as comunidades envolvidas poderão acompanhar a sequência que criação da referida unidade através dos sites oficiais do órgão gestor.

Segue os ofícios e requerimentos de apoio e demais solicitações recebidas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



**PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS**



Serv. José Antônio de Lima, 50 – Itacorubi - Florianópolis/SC
CNPJ 78.554.781/0001-28
<https://www.facebook.com/ABIItaacorubi/>

Ofício N.º 10/2020

Prefeito, Sr. Gean Laureiro
Prefeitura Municipal
Florianópolis/SC
Ref: Criação do Refúgio de Vida Silvestre Meimbiipe
N E S T A

Florianópolis, 20 de março de 2020.

Caríssimo Senhor Prefeito,

A ABI – associação do Bairro Itacorubi vem acompanhando com atenção e entusiasmo a iniciativa de criação do Refúgio de Vida Silvestre Meimbiipe, na região centro-norte da Ilha de Santa Catarina.

A pressão decorrente da expansão urbana é hoje um problema generalizado, presente também no município de Florianópolis. A criação de áreas protegidas pelo Poder Público Municipal agrega valioso instrumento para a adequada gestão territorial, procurando assim garantir um desenvolvimento da cidade sem comprometer a qualidade de vida e segurança da população.

A iniciativa de criação do Refúgio de Vida Silvestre Meimbiipe vem se agregar a outras estratégias delineadas no Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica. Não resta dúvida que este espaço se mostra de extrema relevância para a conservação da biodiversidade, estabelecendo corredores ecológicos essenciais para a garantia de nichos e processos ecológicos.

Através deste a ABI externa seu apoio à criação do Refúgio de Vida Silvestre Meimbiipe, bem como seu reconhecimento à lisura e coerência técnica com que vem sendo conduzido todo o processo de criação.

Atenciosamente:

78.554.781/0001-28
ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO ITACORUBI - ABI
Tereza José Antônio de Lima, CPF nº
"Insc. no CEP nº 000.000"
Sergio Eduardo Eggenb
Presidente da ABI
Associação do Bairro Itacorubi
(48) 90965-9363

Associação do Bairro Itacorubi – ABI



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



**PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS**

REQUERIMENTO

À FLORAM – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Ref.: Consulta Pública – Revis Meieimbipe

A Associação de Moradores Ponta Norte (AMPN), inscrita no CNPJ 01.435.131/0001-64, Utilidade Pública Lei nº. 10093/2016 com sede Rua Diácono Nemésio Coelho 445, Casa 15, Ponta das Canas, CEP 88056710 – Florianópolis/SC, Santa Catarina, e a diretoria da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO, inscrita no CNPJ 79.886.826/0001-50, vêm perante o r. órgão dizer e requerer o que segue:

CONSIDERANDO, a consulta pública para criação da Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Meieimbipe – REVIS Meieimbipe (Ponta das Canas, Lagoinha do Norte e Praia Brava), ocorrida na data de 03 de março de 2020, às 19h, na Escola Municipal Osvaldo Machado (Ponta das Canas);

E CONSIDERANDO, os objetivos do REVIS Meieimbipe lá elencados pelos servidores da Instituição Floram;

Diante do exposto, **REQUER**, ao final, a inserção na Proposta de criação da Revis Meieimbipe, das seguintes áreas abrangidas na região supramencionada: **o Morro da trilha Ponta da Lage (entre a praia da Ponta das Canas e Lagoinha) na qual está inserido o sítio arqueológico, a Lagoa das Docas que está inserida na Restinga das Pontas das Canas conforme Decreto Municipal 216/85, na qual abrange a Restinga da Ponta das Canas, a Lagoa da Lagoinha do Norte.**

Obs.: O morro entre Praia Brava e Lagoinha do Norte, onde se tem a trilha do morro do Rapa, vislumbra-se uma “ruptura” na área de preservação. Requer, também, a inserção desta área na Proposta do Revis, conforme imagem abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

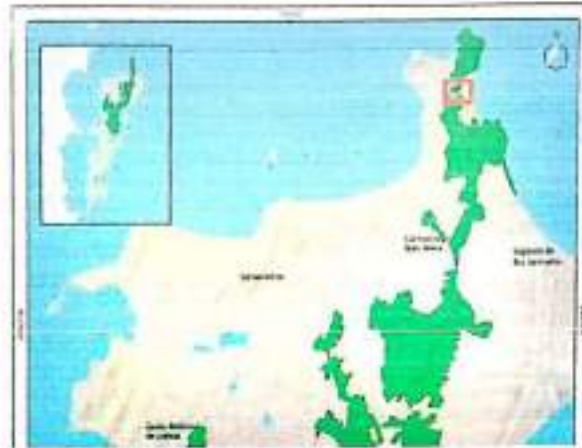
Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



**PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS**



Nesses termos,
pede deferimento

Florianópolis, 12 de março de 2020.

Airton Inácio Giehl Junior
Presidente AMPN
Contato: (48) – 999523527 (whatsapp)
ou e-mail: ampn.oficial@gmail.com

Ailson Antonio Coelho
Presidente UFECO
Contato: (48) – 984065883 (whatsapp)
ou e-mail: contato.ufeco@gmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Feiße Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



**PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS**



Associação do Bairro de Sambaqui

CNPJ: 78.354.842/0001-39

Declarada de utilidade pública pela lei municipal 2.217/95

Ponta de Sambaqui - Florianópolis/SC 10 de março de 2020.

Of. Circular ABS Nº04/2020.

Sr. Rafael Polito dos Santos

Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FLORAM

Assunto: Manifestação sobre a criação Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal.

Prezado Sr.,

Cumprimentando-o formalmente, vimos através deste nos manifestar favoravelmente à criação da Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal (REVIS) - Meimbipe do norte da Ilha.

Acreditamos que a criação desta Unidade de Conservação é extremamente importante para nosso Município, pois além de conservar o meio ambiente natural, favorece o turismo, evita ocupações ilegais e aumenta a segurança das comunidades em relação às questões hídricas, tanto no tocante absorção de água pelo solo e abastecimento dos aquíferos quanto em evitar deslizamentos e catástrofes.

Ainda solicitamos que sejam incluídas as áreas de topo de morro e demais áreas de preservação permanente do bairro Sambaqui na referida Unidade de Conservação.

Sem mais para o momento, nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Respeitosamente,

Dóris Gomes

Presidente

Associação do Bairro Sambaqui



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS

Florianópolis, 16 de março de 2020



Fórum da Bacia do Itacorubi

Assunto: Manifestação de apoio à criação da UC Municipal Refúgio da Vida Silvestre – REVIS Melembipe

Prezado Sr. Gean Marques Loureiro
Prefeito de Florianópolis

C/c Sr. Rafael Poletto dos Santos
Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FLORAM

C/c Sr. Mauro Manoel da Costa
Chefe do Departamento de Unidades de Conservação - DEPUC/FLORAM

O Fórum da Bacia do Itacorubi, instância que congrega Associações Comunitárias da Bacia do Itacorubi, vem trazer manifestação de apoio à proposta de criação da UC Municipal Refúgio da Vida Silvestre Melembipe, considerando que a REVIS Melembipe:

- ⇒ tem por objetivo proteger e resguardar nascentes, florestas e a biodiversidade que se abriga nessas matas de APPs e proteger recursos naturais pelos serviços que, direta ou indiretamente, essas APPs proporcionam às comunidades do entorno;
- ⇒ trará um ganho significativo para a preservação dos nossos morros e matas, onde estão boa parte das nascentes/mananciais de água que descem dos morros, recarregam o lençol freático dos fundos de vale, a exemplo do Manguezal do Itacorubi e da Estação Ecológica do Carijós - berçários de espécies da vida marinha, e que também abastecem muitas famílias de moradores.
- ⇒ virá contribuir para a ampliação da proteção de toda a cobertura vegetal existente nas encostas e morros, evitando a erosão do solo e minorando o problema do assoreamento dos nossos rios, prevenindo alagamentos e enchentes;
- ⇒ preservará a cobertura vegetal das encostas/morros e trará maior restrição à ocupação irregular dessas áreas, o que irá impactar positivamente na preservação de regiões como a do Saco Grande, onde se situa o maior agrupamento de cavernas de blocos do município de Florianópolis, considerada a maior caverna de blocos em extensão do Estado de Santa Catarina, e uma das maiores desse tipo no Brasil;
- ⇒ protegerá as nascentes localizadas nas encostas dos morros da Bacia do Itacorubi, que abastecem os rios do Parque Linear do Córrego Grande;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



**PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS**

⇒ perpetuará a paisagem do verde dos nossos morros, que é tão importante para o equilíbrio psicológico das pessoas.

Relembramos que na década de 90, a proposta que criou a UC Parque Natural Municipal do Maciço da Costeira/1995 contou com grande apoio e participação fundamental das Entidades Comunitárias da Região.

Por último, afirmamos que estamos confiantes que o Processo de criação da UC REVIS Municipal Meioambiente está vindo em boa hora para completar a proteção dos nossos morros.

Cordialmente,

Hélio Carvalho Filho

e

Rosângela Mirela Campos

Coordenadores do Fórum da Baía do Itacorubi

Relação de Entidades que compõem o Fórum da Baía do Itacorubi

ABI – Associação do Bairro Itacorubi;

CCCG - Conselho Comunitário do Córrego Grande;

ACOIAR – Associação Comunitária do Jardim Santa Mônica;

AMOSC - Associação de Moradores do Sertão do Córrego Grande;

AMOVIM - Associação de Moradores da Vila Ivan Meis e Adjacências;

CONPIA - Conselho Comunitário dos Jardins Flor da Ilha e Anchieta;

CONIARDIM - Conselho Comunitário do Jardim Cidade Universitária;

CONJORGE - Conselho Comunitário do Parque São Jorge e

AMOBICI - Associação Mobilidade por Bicicleta e Modos Sustentáveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



**PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS**



Rio de Janeiro, 15/04/2019

À Prefeitura Municipal de Florianópolis
Ilmo sr.
Rafael Poletto
Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente – FLORAM

Assunto: Apoio à criação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Meisembipe.

Prezado Superintendente,

Considerando que a Associação Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso (ARBITL) já vem apostando o desenvolvimento da trilha de longo curso de Florianópolis (Caminho da Ilha de Santa Catarina).

A partir da atuação e das experiências dos nossos membros e voluntários na criação, gestão e manutenção de unidades de conservação salientamos que a conectividade e a preservação do ambiente natural na Ilha de Santa Catarina tem se mostrado essencial para a preservação da biodiversidade local e fornecimento de serviços ecossistêmicos, tais como abastecimento de água de qualidade e regulação climática, além de conter a alteração na frágil organização dos sistemas naturais.

É importante salientar que a proposta de criação de unidades de conservação nos municípios norte da Ilha data de 2007, e que naquela oportunidade foram envolvidos nas discussões pesquisadores, equipe do DEPUC, IPUF, ICMBio e lideranças comunitárias. Ademais, trabalhos de pesquisa citaram a importância de se criar uma unidade de conservação naquela área.

Entendemos que o município de Florianópolis é destaque nacional no que diz respeito a conservação da natureza e implantação de trilhas, por meio do Programa Rotários de Ambiente e organizações parceiras.

Acreditamos que a criação deste Refúgio da Vida Silvestre complementará os esforços de conservação e preservação da biodiversidade da região norte da Ilha de Santa Catarina, e que também subsidiará na implementação do Plano Municipal da Mata Atlântica.

A Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade (Rede Trilhas) foi criada no dia 19 de outubro de 2018 pela portaria interministerial MMA/MTur 407. O objetivo da Rede Trilhas é interligar unidades de conservação, paisagens e ecossistemas naturais. A medida também tem o intuito de reconhecer e proteger rotas pedestres de interesse natural, histórico e cultural, além de sensibilizar a sociedade para a importância do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Concluindo, Associação Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso (Rede Trilhas) extema total o apoio à criação do Refúgio de Vida Silvestre Municipal Meisembipe, e reconhecem o esforço da equipe do DEPUC da FLORAM e demais órgãos municipais do poder público, universidades e demais instituições envolvidas na elaboração do projeto técnico e na condução do processo de consulta pública para a criação da unidade de conservação e benefício das comunidades locais.

Atenciosamente,

Hugo de Castro Pereira
Presidente

Associação Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso - Rede Trilhas



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



**PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS**



União Internacional para a Conservação da Natureza – Associação UICN

Brasília, 20 de abril de 2020.

Ilmo Sr. Rafael Poletto
Fundação Municipal do Meio Ambiente – FLORAM
Prefeitura Municipal de Florianópolis

Assunto: Apoio à criação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal Melembipe

Prezado Superintendente,

A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) tem o objetivo de promover o equilíbrio entre populações humanas e recursos naturais, promovendo para isso um desenvolvimento sustentável baseado no uso e conservação racional dos solos, água, ar do nosso planeta e seus recursos vivos. O trabalho da UICN concentra-se na avaliação e conservação da natureza, garantindo governança eficaz e equitativa de seu uso e implementando soluções baseadas na natureza para os desafios globais de clima, alimentos e desenvolvimento.

Grandes desafios relacionados a proteção e conservação de áreas levaram ao surgimento de diferentes formas de governança, incluindo a gestão por governos locais. Buscando apoiar esta forma de governança, o Programa e a Comissão de Áreas Protegidas da UICN vem promovendo ações específicas para a proteção da biodiversidade a partir de orientações técnicas para a criação e gestão de áreas protegidas locais.

A partir da atuação e das experiências dos nossos membros institucionais brasileiros na criação de áreas protegidas e sobretudo por meio de nosso membro local de Florianópolis, o Instituto Çarakura, salientamos que a preservação do ambiente natural na Ilha de Santa Catarina tem se mostrado essencial para a preservação da biodiversidade local e fornecimento de serviços ecossistêmicos, tais como abastecimento de água de qualidade e regulação climática, além de conter a alteração na frágil organização dos sistemas naturais.

É importante salientar que a proposta de criação de unidades de conservação nos municípios norte da ilha data de 2007, e que naquela oportunidade foram envolvidos nas discussões pesquisadores, equipe do DEPUC, IPUF, ICMBio e lideranças comunitárias. Ademais, trabalhos de pesquisa citaram a importância de se criar uma unidade de conservação naquela área.

Entendemos que o município de Florianópolis é destaque nacional no que diz respeito às áreas protegidas, e em especial às unidades de conservação, estando incluído em um dos projetos da UICN no Brasil "Áreas Protegidas Locais", juntamente com o ICUEL, GIZ, MMA/ICMBio e FLORAM.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



**PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS**

União Internacional para a Conservação da Natureza – Associação UICN

Acreditamos que a criação deste Refúgio de Vida Silvestre complementar os esforços de conservação e preservação da biodiversidade da região norte da Ilha de Santa Catarina, e que também subsidiará na implementação do Plano Municipal da Mata Atlântica.

Concluindo, a UICN externa total o apoio à criação do Refúgio de Vida Silvestre Municipal Melembipe, e reconhece o esforço da equipe do DEPUC da FLORAM e demais órgãos municipais do poder público, universidades e demais instituições envolvidas na elaboração do projeto técnico e na condução do processo de consulta pública para a criação da unidade de conservação e benefício das comunidades locais.

Respeitosamente,

Alvaro Vallejo
Diretor Regional
Escritório Regional para América do Sul
UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza)
Alvaro.Vallejo@iucn.org



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



Sociedade Brasileira de Espeleologia

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip
Fundada em 1º de novembro de 1969
CNPJ 52.168.481/0001-42

www.cavernas.org.br sbe@cavernas.org.br



Of. DIR S/N
REF: Apoio à criação do Refúgio de Vida Silvestre Municipal Meimbipe

Belo Horizonte MG, 18 de maio de 2020

A: **Prefeitura Municipal de Florianópolis**

A/C: **Sr. Gean Marques Loureiro**
Prefeito do Município de Florianópolis

C/C: **Rafael Poletto dos Santos**
Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis – FLORAM

Mauro Manoel da Costa
Chefe do Departamento de Unidades de Conservação da FLORAM

Prezado Prefeito,

A Sociedade Brasileira de Espeleologia, organização da sociedade civil de interesse público, atua há mais de 50 anos na defesa das cavernas e dos ambientes cársticos brasileiros. Com mais de 1.800 associados, a entidade congrega 30 dos principais grupos de espeleologia nacionais. Representa ainda o Brasil na União Internacional de Espeleologia (UIS), onde ocupa uma das cadeiras da Diretoria, ao lado de países como Alemanha, Austrália, Estados Unidos, França e Japão. Sua missão é defender as o patrimônio espeleológico através da promoção e difusão do conhecimento e de sua importância socioeconômica e ambiental.

Neste cenário, é de nosso conhecimento a proposta de criação do Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Municipal Meimbipe, em Florianópolis/SC. Tal proposta é resultado de intenso esforço de órgãos públicos municipais, universidades e comunidades locais. Com relação ao patrimônio espeleológico contemplado na proposta, destacamos:

- Os limites propostos para a criação da REVIS Municipal Meimbipe, em Florianópolis/SC, encerram um total 39 cavernas, o maior e mais importante conjunto de cavernas de Santa Catarina, aproximadamente 20% do total observado no Estado (CANIE, 2020);
- O Sistema de Cavernas da Água Corrente, inserida nos limites da presente proposta, é a maior caverna registrada para a ilha de Santa Catarina, com mais de 1 km de desenvolvimento, sendo uma das maiores cavernas em tálus do Brasil. Tal caverna é considerada ainda abrigo essencial de espécies oficialmente ameaçadas de extinção, como o bagre de água doce (*Listrura camposi*, Criticamente Ameaçado) e a rã manezinha (*Ischnocnema manezinho*, Vulnerável).



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



Sociedade Brasileira de Espeleologia

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip
Fundada em 1º de novembro de 1969
CNPJ 52.168.481/0001-42

www.cavernas.org.br sbe@cavernas.org.br



- A proteção do patrimônio natural constituído pelo complexo de maciços cristalinos contidos nos seus limites, incluindo florestas e nascentes no entorno das cavernas, é fundamental não somente ao equilíbrio do ambiente cavernícola e à manutenção da sua biodiversidade, mas também à continuidade de processos ambientais e serviços ecossistêmicos associados;
- A proteção do patrimônio cultural, histórico, espeleológico e arqueológico da região, contribuirá para a conservação da geodiversidade e sua valorização na composição da paisagem, além de incentivar a realização de atividades educacionais, pedagógicas, turísticas e recreativas.

Diante do exposto, a SBE externa seu total apoio à criação do REVIS Municipal Meiembipe. Esta proposta trará considerável ganho à conservação do patrimônio espeleológico.

Cordialmente,

Allan S. Calux
Presidente
Sociedade Brasileira de Espeleologia



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.909.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS

8.6 Instrumento legal de criação: proposta de minuta

Ao final dos estudos e após as consultas públicas foi elaborada uma minuta de instrumento legal visando a criação do REVIS Meimbipe. Esta já havia sido esboçada durante as reuniões da equipe técnica, porém foi aperfeiçoada no decorrer das consultas no que se refere aos usos públicos, atividades tradicionais no interior do REVIS e sua Zona de Amortecimento, sendo o ANEXO I deste relatório.



9. Considerações finais e encaminhamentos

Como foi exposto até aqui, muitas razões fundamentam a importância da criação da Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Municipal Meimbipe. Além das razões, que por si só justificam a proposta, também foi apresentada urgência no que se refere a gestão ambiental da região em tela, tendo em vista os benefícios da criação e implantação desta nova UC para todo o município de Florianópolis. As inúmeras razões se pautam nos diversos serviços ecossistêmicos fornecidos por uma unidade de conservação com as características descritas neste relatório, que vão desde serviços de regulação, extremamente relevantes nos cenários climáticos atuais e futuros, até os imensuráveis e essenciais serviços de provisão e culturais, que movem boa parte da economia do Município. Todos esses aspectos ressaltam os ganhos socioambientais para a Cidade, atuais e futuros, a partir da criação do REVIS Meimbipe como ferramenta de gestão e planejamento na busca da qualidade de vida. Neste sentido, entende-se que todos esses benefícios não são, em si, somente a proteção da flora e da fauna, do mató e dos bichos selvagens que (ainda) estão lá no alto dos morros, mas também, a manutenção dos ambientes como um todo, incluindo as comunidades que vivem aninhadas nesta mesma paisagem.

Porém, cabe destacar, a UC não irá resolver todos as questões. Os problemas ambientais são mais amplos que as UCs. A UC é mais uma ferramenta de gestão, de planejamento, que deve ser desenvolvida em consonância com outras políticas públicas. É mais uma ferramenta, mais uma ponte, para a gestão da cidade, que deve se iniciar com sua implementação. E na medida que for desenvolvendo seus objetivos, seu plano de manejo, legitimada por seu conselho gestor, contribuirá para muito além de seus limites.

Neste raciocínio, a partir desta robusta justificativa, este relatório apresenta como viável e necessária a criação da Unidade de Conservação - **Refúgio de Vida Silvestre Municipal Meimbipe**.

Assim, vistos os benefícios supracitados e o amplo processo participativo desenvolvido, com construção coletiva com diversos colaboradores e especialistas, além do apoio de diversas entidades e representações comunitárias, atendendo de forma integral ao previsto na legislação, o Departamento de Unidades de Conservação - DEPUC sugere que a UC seja criada por Decreto Municipal, ressaltando que, em última instância, a decisão sobre os respectivos encaminhamentos acerca da criação do **Refúgio de Vida Silvestre Municipal Meimbipe** é do Chefe do Executivo Municipal.



10. Bibliografia Consultada

ANTUNES, Pâmela Castro et al. Population dynamics of *Euryoryzomys russatus* and *Oligoryzomys nigripes* (Rodentia, Cricetidae) in an Atlantic forest area, Santa Catarina Island, Southern Brazil. *Biotemas*, [s.l.], v. 22, n. 2, p. 143-151, jun. 2009.

ANTUNES, Pâmela Castro et al. Population dynamics of *Akodon montensis* (Rodentia, Cricetidae) in the Atlantic forest of Southern Brazil. *Mammalian Biology*, [s.l.], v. 75, n. 2, p.186-190, mar. 2010. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.mambio.2009.03.016>.

BRESOLIN, Antonio. Flora da restinga da Ilha de Santa Catarina Material Suplementar: carta chorographica do município de Florianópolis. *INSULA Revista de Botânica*, v. 10, p. 3-54, 1979. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/insula/article/view/13574>

BRESSIANI, Vinícius B.; GRAIPEL, Maurício E. .Comparação de Métodos para Captura de Cuíca-d'água, *Chironectes minimus* (ZIMMERMAN,1780) (MAMMALIA, DIDELPHIDAE) no Sul do Brasil. *Mastozoología Neotropical*, Mendoza, v. 15, n. 1, p. 33-39, 2008.

CÁCERES, N.c.; GHIZONI-JR, I.r.; GRAIPEL, M.e.. Diet of two marsupials, *Lutreolina crassicaudata* and *Micoureus demerarae*, in a coastal Atlantic Forest island of Brazil. *Mammalia*, [s.l.], v. 66, n. 3, p.331-340, 2002. Walter de Gruyter GmbH. <http://dx.doi.org/10.1515/mamm.2002.66.3.331>.

CÁCERES, Nilton C. et al. Frugivory by the black-eared opossum *Didelphis aurita* in the Atlantic Forest of southern Brazil: Roles of sex, season and sympatric species. *Biotemas*, [s.l.], v. 22, n. 3, p. 203-211, set. 2009.

CAMPOS, Renata Calixto; STEINER, Josefina; ZILLIKENS, Anne. Bird and mammal frugivores of *Euterpe edulis* Santa Catarina island monitored by camera traps. *Studies On Neotropical Fauna And Environment*, [s.l.], v. 47, n. 2, p.105-110, ago. 2012. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/01650521.2012.678102>.

CASTILHO, Pedro Volkmer de; SIMÕES-LOPES, Paulo César. Zooarqueologia dos mamíferos aquáticos e semi-aquáticos da Ilha de Santa Catarina, sul do Brasil. *Revista brasileira de Zoologia*, [s.l.], v.18, n. 3, p. 719 - 727, 2001.

CHEREM, Jorge J. et al. Lista dos mamíferos do estado de Santa Catarina, Sul do Brasil. *Mastozoologia Neotropical*, [s.l.], v. 11, p. 151 - 184. 2004

CHEREM, Jorge José et al. Mastofauna terrestre do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, Estado de Santa Catarina, sul do Brasil. *Biotemas*, [s.l.], v. 24, n. 3, p.73-84, 28 jun. 2011. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7925.2011v24n3p73>.

CONSEMA. RESOLUÇÃO CONSEMA Nº 002, de 06 de dezembro de 2011. Reconhece a Lista Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção no Estado de Santa Catarina e dá outras providências. Florianópolis/SC, 06 de dezembro de 2011.

FARIAS, Fernando Bittencourt. AVIFAUNA FLORESTAL DA ILHA DE SANTA CATARINA: HISTÓRICO E FATORES QUE INFLUENCIARAM NA SUA



COMPOSIÇÃO. 2014. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

FORMAN, R. T.T. 1995. Land Mosaics: The Ecology of Landscapes and Regions. Cambridge University Press. 632p.

FORMAN, R.T.T; GODRON, M., 1986. Landscape Ecology. Wiley, 619p.

FRÉZIER, A. F. Relation du voyage de la mer sud aux côtes du Chily et du Perou. Histoire d un voyageaux isles Malouines. In: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. 1979. Ilha de Santa Catarina; relatos de viajantes nos séculos XVII e XIX. Florianópolis. 355p.

GOULART, Fernando V. B. et al. Estrutura populacional e uso do estrato vertical por *Micoureus paraguayanus* (Didelphimorphia, Didelphidae) em fragmentos de Floresta Atlântica de planície no sul do Brasil. Biotemas, [s.I.], v. 19, n. 3, p. 45-53, set. 2006.

GRAIPEL, Maurício E.; CHEREM, Jorge J. ; XIMENEZ, Alfredo. Mamíferos terrestres não voadores da Ilha de Santa Catarina, sul do Brasil. Biotemas, [s.I.], v. 14, p. 109 – 140. 2001. GRAIPEL, M. E. et al. Trapping small mammals in the forest understory: a comparison of three methods. Mammalia, [s.I.], v. 67, n. 4. 2003.

GRAIPEL, Maurício E. et al. Dinâmica Populacional de Marsupiais e Roedores no Parque Municipal da Lagoa do Peri, Ilha de Santa Catarina, Sul do Brasil. Mastozoologia Neotropical, Mendoza, v. 13, n. 1, p. 31-49, 2006.

GRAIPEL, Maurício E.; FILHO, Manoel dos Santos. Reprodução e dinâmica populacional de *Didelphis aurita* Wied-Neuwied (Mammalia: Didelphimorphia) em ambiente periurbano na Ilha de Santa Catarina, Sul do Brasil, Biotemas, [s.I.], v.19, n. 1, p. 65-73, mar. 2006.

GRAIPEL, Maurício E.; SANTORI, Ricardo T.. Aquatic locomotion of the terrestrial opossum *Didelphis aurita* (Didelphimorphia, Didelphidae) using undulatory swimming mode. Mammalia, [s.l.], v. 80, n. 3, p.321-323, 1 jan. 2016. Walter de Gruyter GmbH. <http://dx.doi.org/10.1515/mammalia-2014-0135>.

JUNK, W.J. et al. (2014). Definição e Classificação das Áreas Úmidas (AUs) Brasileiras: Base Científica para uma Nova Política de Proteção e Manejo Sustentável. In: Cunha, C.N., Piedade, M.T.F., Junk, W.J. (Org.). Classificação e Delineamento das Áreas Úmidas Brasileiras e de seus Macrohabitats. 1ed. Cuiabá: INCT-INAU – EdUFMT: 13-76. SIMIONI, J.P.D; GUASSELLI, L.A.G. (2017). Banhados: abordagem conceitual. Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, n.30, p.33-37.

MARTIN, Cristiane Fonseca. MONITORAMENTO DE FAUNA SILVESTRE ATROPELADA NO ENTORNO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE CARIJÓS. 2015. 43 f. TCC (Graduação) - Curso de Zootecnia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. MMA. Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/dcom_sumario_executivo_livro_vermelho_ed_2016.pdf>.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

Rua Felipe Schmidt, 1320 – 5º andar CEP 88010-002 Centro CNPJ 00.908.972/0001-01

Fone: (048) 3237 5660 / e-mail: fdepuc@gmail



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS

MEA- MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. Ecosystems and Human Well-Being: Synthesis. Washington, Island Press, 137p, 2005.

OLÍMPIO, José . Conservação da Fauna de Mamíferos Silvestres da Ilha de Santa Catarina: Aspectos Biogeográficos, Históricos e Sócio-Ambientais. 1995. 125 p. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

PERNETTY, A.J. Histoire d un voyageaux isles Malouines. In: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. 1979. Ilha de Santa Catarina; relatos de viajantes nos séculos XVII e XIX. Florianópolis. 355p.

PROJETO FAUNA FLORIPA, FLORAM-UFSC

ROCHA, Vítor de Carvalho. VARIAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL DA COMUNIDADE DE ANFÍBIOS ANUROS EM REMANESCENTES DE FLORESTA OMBRÓFILA DENSA DA ILHA DE SANTA CATARINA, FLORIANÓPOLIS – SC. 2013. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SALVADOR, Carlos H.; GRAIPEL, Maurício E.; SIMÕES-LOPES, Paulo C. Body size of commom opossum *Didelphis aurita* Wied-Neuwied 1826 (*Didelphimorphia*: *Didelphidae*) on southern brazilian islands. *Brazilian Journal of Biology*, [s.I], v. 69,n. 2, p.631-637, mai. 2009.

SEIDLER, C. 1976. Dez anos no Brasil. 3 ed. São Paulo: Livraria Martins Editora.

SHELVOCKE, G. A voyage round the world by the way of the great south sea. In: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. 1979. Ilha de Santa Catarina; relatos de viajantes nos séculos XVII e XIX. Florianópolis. 355p.

URBANIZADORA COLMÉIA. Parecer técnico espeológico para avaliação de grau de relevância de cavernas. Florianópolis, 2018.



ANEXOS:

- I.** Minuta do Decreto;
- II.** Mapa com a delimitação da unidade de conservação;
- III.** Memorial Descritivo da poligonal referente aos limites propostos para o Refúgio da Vida Silvestre Meiembipe e Listagem dos vértices georeferenciados;
- IV.** Memorial Descritivo da poligonal referente aos limites propostos para a Zona de Amortecimento Refúgio da Vida Silvestre Meiembipe e Listagem dos vértices georeferenciados.

**OS ANEXOS ESTÃO SENDO ENCAMINHADOS TAMBÉM EM FORMA DIGITAL
GRAVADOS EM CD ROOM**

